

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

FERNANDA SANTA ROZA AYALA MARTINS

**O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS E LOCALIZAÇÃO DE TRABALHADORES
NACIONAIS E A POLÍTICA AGRÁRIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: GRUPOS
AGRÁRIOS, PROJETOS E DISPUTAS NO MARANHÃO (1910-1918)**

Niterói,
2012

FERNANDA SANTA ROZA AYALA MARTINS

**O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS E LOCALIZAÇÃO DE TRABALHADORES
NACIONAIS E A POLÍTICA AGRÁRIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: GRUPOS
AGRÁRIOS, PROJETOS E DISPUTAS NO MARANHÃO (1910-1918)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação
em História Social da Universidade Federal Flumi-
nense como exigência para obtenção do Grau de
Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sonia Regina de Mendonça

Niterói,
2012

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

M386 Martins, Fernanda Santa Roza Ayala.

O serviço de proteção aos índios e localização de trabalhadores nacionais e a política agrária na Primeira República: grupos agrários, projetos e disputas no maranhão (1910-1918) / Fernanda Santa Roza Ayala Martins. – 2012. 105 f. ; il.

Orientador: Sonia Regina de Mendonça.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

Bibliografia: f. 114-120.

1. Brasil. 2. Política indigenista. 3. Índio da América do Sul. 4. Maranhão. 5. Política agrária. 6. Trabalho rural. 7. Primeira República. I. Mendonça, Sonia Regina de. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

FERNANDA SANTA ROZA AYALA MARTINS

**O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS E LOCALIZAÇÃO DE
TRABALHADORES NACIONAIS E A POLÍTICA AGRÁRIA NA PRIMEIRA
REPÚBLICA: GRUPOS AGRÁRIOS, PROJETOS E DISPUTAS NO MARANHÃO
(1910-1918)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense como exigência para obtenção do Grau de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof. (a) Dr. (a) Sonia Regina de Mendonça
Universidade Federal Fluminense – UFF (Orientadora)

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos
Universidade Federal Fluminense – UFF (Arguidor)

Prof. (a) Dr. (a) Eli de Fátima Napoleão de Lima
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ (Arguidora)

Agradecimentos

Quero agradecer à minha orientadora Prof.^a Dr.^a Sonia Regina de Mendonça, cuja historiografia me serve de inspiração e exemplo. Obrigada pela confiança que sempre depositou em mim, pela paciência, pelo carinho e pelas possibilidades que me apresentou.

Obrigada à Prof.^a Dr.^a Eli de Fátima Napoleão de Lima e ao Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos pelas elaborações e sugestões expressas no Exame de Qualificação que foram fundamentais para a conclusão desta dissertação.

Agradeço aos integrantes do Núcleo de Pesquisa Estado e Poder, coordenado por Sonia Regina de Mendonça, em especial àqueles integrantes do grupo de orientação coletiva. Pedro, Maurício, Melissa, Sônia, Carolina, Nathália, Érica, Camila, muito obrigada pelas contribuições e apoio.

Ao Prof. Dr. Flavio dos Santos Gomes e a Prof.^a Dr.^a Olivia Gomes da Cunha meu profundo agradecimento e admiração. Orientadores da graduação, fundamentais na minha trajetória profissional e no meu entusiasmo com a profissão, sem os quais, talvez, não tivesse nem imaginado a possibilidade de ingressar em uma pós-graduação.

À Vânia, Ricardo, Cely e Terezinha, mãe, pai e avós, que sempre me deram apoio e incentivo.

Por fim, agradeço ao meu companheiro, Felipe Antunes de Oliveira, pela paciência e pelas longas conversas das quais resultaram importantes considerações e reflexões que ajudaram sobremaneira no desfecho desse trabalho.

RESUMO

MARTINS, Fernanda Santa Roza Ayala. **O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais e a política agrária na Primeira República: Grupos agrários, projetos e disputas no Maranhão (1910-1918)** – Dissertação de Mestrado – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

Criado em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) inaugurou formalmente uma política indigenista na República. No entanto, o Serviço não contemplava somente as populações indígenas, voltando-se também para um contingente de trabalhadores rurais mais amplo, tratando de formá-lo e viabilizá-lo como mão-de-obra capaz de se inserir nos padrões “racionais” e “modernos” de plantio, cultivo e mercado. Com sede na Capital Federal e implementado por meio de Inspetorias Regionais que abarcavam todos os Estados da federação, o Serviço se dividia entre o trabalho de “incorporação dos índios à sociedade civilizada” por meio de sua fixação em Postos e Colônias Agrícolas e a localização e estabelecimento do “trabalhador nacional” junto à Centros Agrícolas. Ambas as práticas caminharam juntas, sob os auspícios do mesmo Serviço, até o ano de 1918 quando, por meio de reforma institucional, parte das atribuições desta instituição, correspondente à Localização do Trabalhador Nacional, foi deslocada para o Serviço de Povoamento, igualmente sob os auspícios do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC). Este trabalho busca analisar o processo de institucionalização dessa política indigenista, bem como sua aplicação no Estado do Maranhão, de modo a considerá-las como parte das disputas nos marcos da política agrária da Primeira República.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Maranhão. 2. Política Agrária. 3. Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais.

LISTA DE ABREVIATURAS

ALSP – Assembleia Legislativa de São Paulo

APM – Arquivo Público do Maranhão

CLTEMGA - Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso e Amazonas

MAIC – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

SPILTN – Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais

SNA – Sociedade Nacional de Agricultura

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabelas

Tabela 1. Despesas da União por Ministério, 1909-1918.....	40
Tabela 2 - Situação dos Centros Agrícolas Sabino Vieira (BA), David Caldas (PI) e Alcântara (MA) - 1916, 1917 e 1919	48
Tabela 3 - Trajetórias das Principais figuras políticas do Maranhão até metade do séc.XIX	55
Tabela 4 - Trajetórias de algumas figuras políticas do Maranhão – Primeira República.....	59
Tabela 5 - Titulares do Governo Estadual do Maranhão, 1906-1922.....	66
Tabela 6. Receita do Estado do Maranhão, 1910-1916	69
Tabela 7. Inspetoria Agrícola do Maranhão, 1911	72
Tabela 8. SPILTIN - Inspetoria do Maranhão, 1911.....	76
Tabela 9. Sócios da Cruzada Gonçalves Dias, 1911.....	79

Gráficos

Gráfico 1 - Preço do açúcar por tonelada no mercado internacional	50
---	----

Mapas

Mapa 1. Mapa físico do Maranhão: Baías de Cuman e São Marcos.....	88
Mapa 2. Mapa Hidrográfico do Maranhão atual	106

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS E LOCALIZAÇÃO DE TRABALHADORES NACIONAIS (SPILTIN).....	19
1.1 Terra, trabalho e projetos de nação: o negro e o índio no pós-abolição	19
1.2 Frações de classes agrárias e a luta por hegemonia: a Sociedade Nacional de Agricultura	36
1.3 O(s) projeto(s) vencedor (es) : as propostas do SPILTIN.....	42
CAPÍTULO 2 - O CASO DO MARANHÃO: PROJETOS, DISPUTAS E FRAÇÕES DE CLASSES DOMINANTES AGRÁRIA.....	49
2.1 Produção agrícola, terra e trabalho no Maranhão: breve análise de conjuntura (1910-1918).....	50
2.2 Breve análise da sociedade política Maranhense (1910-1918).....	53
2.3 “Sem braços não há lavoura”: O processo de instauração do SPILTIN no Maranhão.....	68
CAPÍTULO 3 - DE “MASSA ANONIMA” A “TRABALHADORES NACIONAIS”: A LOCALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NACIONAIS E O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DOS GRUPOS INDÍGENAS NO MARANHÃO	82
3.1 O Centro Agrícola de Alcântara.....	84
3.2 “A campanha de paz”: representações acerca das identidades indígenas e do papel do SPILTIN no processo de territorialização dos grupos indígenas no Maranhão do século XX.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	115

INTRODUÇÃO

Ao inaugurar uma política indigenista laica no alvorecer da Primeira República o Serviço de Proteção ao Índio e Localização do Trabalhador Nacional (SPILTN), estabelecido a partir de 1910, visava dois contingentes diversos: as populações indígenas e o chamado “trabalhador nacional”. Tal amplitude de ação implicava em estratégias distintas, mas com objetivos afins. A denominação genérica “trabalhador nacional” abrangia uma população rural de origens diversas, inclusive indígenas já incorporados aos parâmetros do órgão indigenista - tratando de imprimir a essa parcela da população uma condição transitória. Por meio de práticas definidas como de “qualificação” ou “civilização”, impunha-se iniciativas formadoras e imobilizadoras da mão de obra rural, principalmente no eixo norte-nordeste, impedindo a migração para as cidades ou regiões agrícolas mais dinâmicas, transformando suas lógicas de sociabilização e, por conseguinte, neutralizando os conflitos locais - ao mesmo tempo em que fomentava outros atritos. Para tanto, buscava-se forjar um padrão de trabalhador rural de origem nacional sob os parâmetros da “agricultura racional”, a partir da inserção de um modelo de cooperativização rural e de ensino. Inaugurava-se, assim, uma política estatal de distribuição espacial, controle do processo de mercantilização da terra e da força de trabalho rural.

Palco de processos históricos que remontam ao período colonial, caracterizados pelas disputas por terra, mão de obra e poder político, marcado por relações interétnicas conflituosas, o estado do Maranhão abrigava diversos grupos indígenas, com diferentes chefes, de diferentes etnias que interagiam entre si e com diversos setores da sociedade local desencadeando um quadro complexo de relações sociais. Essa mesma região também protagonizou - no período que antecedeu a abolição da escravidão - a formação de inúmeros quilombos que cederam e resistiram às tropas provinciais, formando um campesinato negro que, igualmente, interagiu de forma conflituosa com os diferentes grupos indígenas, colonos, fazendeiros e trabalhadores rurais.¹ Mediante tal cenário, o Estado do Maranhão foi uma das poucas regiões dentre as quais conjugou-se efetivamente a dimensão da Localização do Trabalhador Nacional à prática do Serviço de Proteção ao Índio².

Tendo em vista tais particularidades regionais, esta dissertação trata de propor a

¹Flávio Gomes, em *Experiências Atlânticas. Ensaio e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação*, expõe uma série de conflitos entre indígenas e quilombolas na região do Turiaçu-Gurupi no séc. XIX.

²No período entre 1910 e 1918, além do Centro Agrícola de Alcântara no Maranhão, apenas efetivou-se o Centro Agrícola David Caldas (Piauí), o Centro Agrícola de Laranjeiras (Sergipe), o Centro Agrícola de Mamanguape (Paraíba), o Centro Agrícola de Água Preta (Pernambuco), o Centro Agrícola de Porto Real e Colégio (Alagoas) e o Centro Agrícola Sabino Vieira (Bahia).

análise da política estatal, direcionada às populações indígenas e rural, implementada pelo Serviço de Proteção ao Índio e Localização do Trabalhador Nacional (SPILT) neste Estado, entre 1910 e 1918. O marco cronológico foi fixado de modo a compreender o período de inauguração do órgão pelo Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio (1910) e o momento em que, por meio de uma reforma institucional, parte das atribuições do SPILT, correspondente ao Serviço de Localização do Trabalhador Nacional, é realocada no Serviço de Povoamento sob os auspícios deste mesmo Ministério (1918).

Para isto, considera-se de fundamental importância as reflexões de Nicos Poulantzas, autor que trata o Estado como uma condensação material e específica, de cada momento histórico, de uma relação de forças entre as classes e frações de classes.³ A interpretação do autor busca evitar os impasses que se dá entre a concepção de “Estado Sujeito”, ao qual é imputado autonomia absoluta relacionada ao poder que o próprio Estado passa a deter e aos portadores deste poder e da racionalidade estatal – burocracia e elites políticas-, e a concepção de Estado como “coisa-instrumento” – ou seja, totalmente dominado por uma classe. Para este autor as contradições de classe assumem no seio do Estado a forma de contradições internas entre os diversos ramos no aparelho do Estado e em de cada um deles, de modo que é o jogo das contradições constitutivas da materialidade do Estado que torna possível a função de organização que o é conferida⁴.

Ao abandonar a visão de Estado como dispositivo unitário, o autor propõe que a noção de política do Estado se estabelece por um jogo efetivo de contradições interestatais. O que conferiria uma *autonomia relativa do Estado*, a qual se manifesta concretamente pelas diversas medidas contraditórias que cada uma das classes ou frações de classes conseguem introduzir na política estatal. No entanto, ao pensar as divisões internas do Estado, o funcionamento concreto de sua autonomia e o estabelecimento de sua política, Poulantzas chama atenção para o fato de que estes não se reduzem às contradições entre as classes e frações de classes do *bloco no poder*, mas também dependem do papel do Estado frente às classes dominadas, uma vez que os aparelhos do Estado consagram e reproduzem a hegemonia ao estabelecer um jogo de compromissos provisórios entre o bloco no poder e determinadas classes dominadas. Segundo Poulantzas,

O Estado concentra não apenas a relação de força entre as frações do bloco no poder, mas também a relação de forças entre estas e as classes dominadas. Assim as lutas populares estão constitutivamente presentes no Estado, de modo que as

³ Poulantzas, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

⁴ Idem, p.22

contradições entre bloco no poder e classe dominada intervém diretamente nas contradições no seio do bloco no poder.⁵

Não obstante, toma-se como ponto de partida a noção de que a proposta interpretativa de Poulantzas para o Estado está intimamente relacionada às elaborações de Antonio Gramsci. Este último ao recuperar os conceitos de *sociedade civil* e *sociedade política* recria o conceito de Estado estabelecendo a noção de *Estado ampliado*. Para o autor o conceito de *sociedade civil* é inseparável da noção de totalidade e está ligado ao terreno das relações sociais de produção, às formas sociais de produção da vontade e da consciência e ao papel que exerce o Estado⁶. Seria, então, a partir do eixo da produção que se forjam interesses, antagonismos e as conjugações de vontades individuais. Dessa forma, a sociedade civil é entendida como um momento organizativo cuja mediação implica nas relações de produção e na construção do próprio Estado. Esta se conecta com o âmbito da dominação direta (a produção), através de sua organização e de seus intelectuais e ao terreno do comando sobre o conjunto da vida social, por meio do Estado⁷. Para Gramsci,

podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto dos organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas.⁸

Segundo definição de Virginia Fontes, a sociedade civil em Gramsci é o local da formulação e da reflexão, da consolidação dos projetos sociais e das vontades coletivas e por meio de sua imbricação no Estado restrito assegura que este atue na mesma direção dos interesses dirigentes e dominantes.⁹

O Estado do Maranhão, no período em questão, enquadra-se no âmbito conjuntural de crise dos preços de seus principais produtos exportáveis - além de transformações das relações de trabalho rurais, inauguradas com a abolição da escravidão - o que teria sido determinante na interação entre interesses locais e a ação do SPILTIN na região. Desta forma, o presente

⁵POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 161

⁶GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. v.3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Caderno 13.

⁷FONTES, Virgínia. A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980, IN: NEVES, Lucia M. W. & LIMA, Julio C. F. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio, Fiocruz, 2006, pp. 201-240.

⁸ Gramsci, A. *Cadernos do Cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Rio, Civilização Brasileira, V. 2, 2001, p. 20-21.

⁹FONTES, 2006, pp. 201-240.

trabalho tem como objetivo central compreender as disputas entre as classes dominadas, dominantes e frações de classes locais, bem como os diferentes projetos e interesses envolvidos na configuração da política pública representada pela ação do SPILTN na região de forma a buscar superar uma visão dual em que se contrapõe sociedade e Estado. Trata-se, portanto, de partir de uma concepção de Estado que o define como construção histórica resultante de conflitos e disputas - os quais se configuram sob a forma de arranjos entre as classes e frações de classes dominantes - tendo, para isso, como principal eixo norteador o trabalho desenvolvido por Sonia Regina de Mendonça.

A categoria utilizada pela autora, *Ruralismo brasileiro*, representa uma chave de compreensão da questão agrária, das relações entre organizações representativas das diversas frações da classe agrária e as agências estatais e dos conflitos intra-classe dominante no período. Para Mendonça, em inícios do século XX, a conjuntura de crises efetivas dos preços de bens primários exportáveis – com a exceção do café - teria contribuído para rearranjos entre as frações de classe agrárias dominantes não hegemônicas, em outras palavras, àquelas que não estavam diretamente ligadas aos setores cafeeiros, que buscaram se organizar por meio de seus aparelhos privados de hegemonia galgando no seio do Estado restrito a ampliação e efetivação de suas demandas.

O termo é empregado com relação às origens de um movimento de institucionalização, em nível da sociedade civil e política, da diferenciação dos interesses agrários no Brasil, ocorrido entre o fim da escravidão e as duas primeiras décadas do século atual [século XX], unificado pelo fim último de restaurar a vocação agrícola do país mediante a diversificação da agricultura nacional.¹⁰

Para autora, o projeto identificado como ruralismo orientou a reordenação da política intra-classe dominante agrária acomodando os conflitos e unificando determinados grupos agrários em torno da defesa da correlação de força inscrita no bloco de poder¹¹, dentre eles estavam frações de classe agrárias do Maranhão, principalmente aquelas relacionadas ao setor do algodão e do açúcar. Utilizando-se da ratificação da *vocação agrícola* do Brasil como fio condutor de mudanças que redirecionariam o incentivo à produção para o mercado interno, o ruralismo teria se caracterizado como um projeto político e ideológico, cujo fulcro era a ideia de crise e atraso e o motor a ideia de modernização.¹² Tais frações de classe, organizadas em torno da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), teriam conseguido um canal para

¹⁰ MENDONÇA, Sônia R. de. *O Ruralismo brasileiro: 1888 – 1931*. São Paulo: Hucitec, 1997, p.15.

¹¹ *Ibidem*, p.13

¹² *Idem*, p. 113

imprimir seus interesses no Estado restrito mediante a implementação do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC), órgão que agregaria o SPILT. Deste modo, é de fundamental importância para o melhor entendimento das disputas em jogo, quando da instalação do SPILT no Maranhão, a análise do papel de instituições da sociedade civil e política como a SNA, e seu braço nesse Estado – a Associação Comercial do Maranhão -, e o MAIC. Segundo Mendonça,

se para a reprodução da cafeicultura paulista, o contínuo fluxo de imigrantes, pelo menos até a primeira guerra mundial, era suficientemente amplo para gerar certo descaço quanto à incorporação de nacionais, o mesmo não ocorreria com os demais setores agrícola, ainda que implicando na redefinição parcial da grande propriedade. A criação de colônias de pequenos proprietários nacionais despontaria como solução nos discursos veiculados pelos porta-vozes do complexo agrário menos dinâmico do país.¹³

Não obstante, o período em questão foi marcado por intensos debates acerca do uso e da formação de mão de obra rural no Brasil e, dentre as discussões próprias dos círculos intelectuais e políticos, observa-se diferentes projetos para a mão de obra rural, os quais também exprimiam perspectivas relacionadas à definição da função do Estado na edificação de uma unidade e identidade nacionais. Tais disputas teóricas, que traduziam a necessidade de se regularizar as relações sociais entre negros e brancos e índios, donos de terra e trabalhadores rurais, se faziam presentes no Estado do Maranhão mediante a íntima relação entre os intelectuais orgânicos locais e os centros de produção dos debates sobre o pós-abolição, como a faculdade de Direito de Recife e a escola de Medicina da Bahia.

Desta forma o conceito de *habitus*, tal qual desenvolveu Pierre Bourdieu - “como sistema das disposições socialmente construídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador de conjunto de práticas e das ideologias características de um grupo de agentes¹⁴” – torna-se fulcral para a caracterização dos agentes locais, representantes das classes dominantes, e o modo como determinaram-se os padrões de interação com os agentes do SPILT na região.

Outro autor de extrema importância para a construção desta dissertação é Antônio Carlos de Souza Lima que, em sua obra sobre o SPI, reconhece o significado determinante dos aparelhos do estado nos processos de construção de uma nação. No entanto, assume a necessidade de se analisar o *campo indigenista* de maneira mais retida. Lima, busca averiguar as possibilidades de compor a análise da política indigenista brasileira enquanto *campo*,

¹³ MENDONÇA, 1997, p. 86

¹⁴ BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003, p.191

entendendo que esta utilização representaria um primeiro passo na ruptura com a representação vigente acerca da história da política indigenista, o que possibilitaria:

1) a reconstituição histórica, de forma a situar e a integrar a política indigenista como parte da política mais geral de Estado, notadamente a política agrária, procurando analisar a posição dos agentes e agências em atuação nesse campo em relação (ou como parte) da classe dirigente. 2) a construção do *habitus* unificador desse conjunto de agentes.¹⁵

No que tange a historiografia que versa sobre a política indigenista, segundo John Manuel Monteiro, fundamentava-se em duas visões acerca das populações indígenas: a exclusão destes enquanto agentes históricos, limitando-os ao domínio da antropologia, e a noção de que a população indígena estaria em vias de desaparecimento¹⁶. Deste modo, a história dos povos indígenas resumia-se às crônicas de sua extinção ou à exaltação do SPILTN enquanto via única para a sobrevivência desses grupos.¹⁷

Um exemplo é a obra de Darcy Ribeiro, que se configurou como um cânone na produção referente às populações indígenas. Não obstante, assim como qualquer perspectiva, seu ponto de vista é comprometido ideologicamente pelo tempo, função e local em que viveu. Por ser uma construção em produzida em um momento em que o SPI achava-se ameaçado de extinção, acusado de corrupção e alvo de diversas denúncias, Ribeiro acaba por promover a defesa da instituição¹⁸. Para Lima, Darcy Ribeiro apresenta a história do SPI como função de um vínculo com a pessoa de Marechal Rondon¹⁹ e, desta forma, estaria cumprindo uma função de justificar e legitimar a ação do SPI (LTN) de modo a conferir à instituição um caráter de salvadora única dos povos indígenas no século XX.

Nesta mesma lógica de defesa da instituição, David Hall Stauffer²⁰ produz sua obra nos marcos da visão positivista da História, na qual o SPI aparece como fruto da atuação de

¹⁵ Idem, p.35

¹⁶ MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. UNICAMP, 2001

¹⁷ Vale ressaltar alguns autores que buscaram romper com esta dualidade como Roberto Cardoso de Oliveira e João Pacheco de Oliveira. Para esse último, a “etnologia das perdas” deixou de possuir um apelo descritivo ou interpretativo e a potencialidade da área, do ponto de vista teórico, passou a ser a problemática das emergências étnicas e da reconstrução cultural. OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.) *A Viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

¹⁸ LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: Poder Tutelar, indianidade e formação do Estado brasileiro*. Petrópolis: Vozes. 1995

¹⁹ Marechal Rondon promoveu políticas de integração por meio da construção de linhas de comunicação e foi o preconizador de uma política estatal laica e republicana voltada para as populações indígenas. Tomado pelos ideais positivistas defendia a pacificação dos índios e sua total incorporação na sociedade “civilizada” em nome da “integração e do progresso da nação.” Era Engenheiro Militar, membro da Sociedade Nacional Agrícola (SNA) e foi diretor do SPILTN.

²⁰ STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do serviço de proteção aos índios (1889 a 1910). *Revista de História* (37-44)-1559/60

um indivíduo, Marechal Rondon, e seu grupo (positivista), cujo interesse é tão somente a salvaguarda dos povos indígenas, num exemplo de humanitarismo. Lima atenta para o fato de que inclusive os agradecimentos aferidos por Stauffer fazem referência a quadros do SPI, como, por exemplo, Rondon, e da sociedade positivista.²¹

Este quadro analítico muda a partir da década de 1970 por vertente da antropologia que busca unir as preocupações referentes à relação história / antropologia com as demandas de um emergente movimento indígena.²² Nessa conjuntura, Lima produz sua dissertação de mestrado, em 1987, que se desdobra em publicação de fundamental importância para o desenvolvimento desse trabalho²³, em que propõe para história indigenista os seguintes critérios:

(...) Ruptura com a interpretação que a toma sempre como remetida ao seu "momento apogeu", à "sua idade de ouro", que torna critério de legitimidade ainda para o estado presente do campo indigenista, ao se reconhecer e ser reconhecido, como depositário e reproduzidor de um capital de significações supostamente gerado pela posição "fraternal", responsável pela instituição SPILTN.²⁴

Mediante os avanços epistemológicos, metodológicos e analíticos elaborados por este autor, a proposta deste trabalho tem como fundamento considerar a política indigenista sob um conjunto histórico-social amplo de modo a incorporar e articulá-la à política agrária vigente estabelecendo relações entre o âmbito local e o nacional. Ademais, busca-se analisar categorias como *índio* e "*nacionais*", construídas a partir da intervenção estatal por meio da política do SPILTN, em sua historicidade com o intuito de compreender a sua aplicabilidade na vida material, bem como a edificação de seu(s) valor(es) simbólico(s) no processo histórico abordado.

Uma parte da documentação utilizada para construção da análise proposta no presente trabalho está no Arquivo do Museu do Índio/FUNAI – Fundo SPI, onde constam relatórios oficiais e cartas de membros ou aliados políticos da instituição. No entanto, infelizmente, não se pôde contar com a documentação produzida pela Inspeção do Maranhão, visto que esta

²¹LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Aos fetichistas, ordem e progresso: Um estudo do campo indigenista no seu estado de formação. Tese mestrado*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil. 1987, p.58

²² MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. UNICAMP, 2001

²³ LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: Poder Tutelar, indianidade e formação do Estado brasileiro*. Petrópolis: Vozes. 1995

²⁴ LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Aos fetichistas, ordem e progresso: Um estudo do campo indigenista no seu estado de formação. Tese mestrado*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil. 1987, p.28

não se encontra disponível para consulta, tendo sido destruída em incêndio²⁵. Vale ressaltar que os documentos em questão são aqueles que de alguma maneira se aliam ao SPILTN, não havendo espaço aos opositores nesse conjunto documental.

Outros conjuntos documentais consultados são os relatórios anuais do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, discursos e relatórios dos governadores do Maranhão, o arcabouço de legislação que envolve a questão e os anais da Câmara dos Deputados. Além, disso publicações em periódicos como “O Paiz”, “A Lavoura”, “O Pacotilha” (MA), “O Diário Maranhense”, os quais, com exceção do segundo, estão disponíveis na Biblioteca Nacional. Também foram consultados documentos que se encontram no Arquivo Público do Maranhão, situado em São Luiz, como correspondências, ofícios e relatórios expedidos pelo Governo do Maranhão.

O primeiro capítulo desta dissertação busca analisar o processo de institucionalização da política indigenista brasileira, representada pelo SPILTN, de modo a considerá-la como parte das disputas em torno da política agrária no pós-abolição. Para isso, busca-se, na primeira sessão, identificar os diferentes projetos, debates e disputas em torno da mão de obra rural no pós-abolição, relacionando-os aos interesses das respectivas frações de classes presentes nesse cenário, bem como seus aparelhos privados de hegemonia. Já a segunda sessão trata de analisar o processo de institucionalização do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), identificando-o com as demandas das frações de classe agrárias dominantes e não-hegemônicas, relacionando-o ao projeto da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e ao Serviço de Proteção ao Índio e Localização do Trabalhador Nacional (SPILTN). A terceira sessão ocupa-se da análise mais retida do “projeto vitorioso”, ou seja de uma política de formação de mão de obra rural que congregava índios e não índios (“nacionais”), verificando os objetivos, demandas e interesses atentando para a organização da estrutura do SPILTN e para o seu quadro de funcionários.

O segundo capítulo tem como objetivo abordar as disputas entre os grupos de interesse em torno da implementação do SPILTN no Maranhão, buscando identificar os agentes envolvidos nesse processo. As sessões que o compõe ocupam-se de identificar os grupos/indivíduos que disputavam o cenário político e econômico Maranhense, seus respectivos interesses e o modo como se organizavam em torno dos distintos projetos para o

²⁵ Em 1967, quando o SPI foi extinto para dar lugar à Fundação Nacional do Índio – FUNAI, um incêndio destruiu quase totalmente o acervo. Todo o material foi resgatado pelo Museu do Índio, a partir de 1976, através de um trabalho sistemático de recuperação dos documentos acumulados pelas unidades administrativas criadas pelo SPI em vários pontos do país. É um dos dez acervos documentais brasileiros que fazem parte da *Nominação do Registro Nacional do Programa Memória do Mundo da Unesco*. Também, o Fundo SPI, foi recomendado para o *Registro Regional para América Latina e Caribe*.

campo – especialmente no tocante à mão de obra - relacionando-os ao contexto político e econômico nacional e, ainda, analisar a relação entre esses grupos e a SNA, identificando-os como partes de uma fração da classe dominante agrária não hegemônica, cujos interesses estavam representados/organizados por este aparelho privado de hegemonia e pela Associação Comercial do Maranhão. Trata-se, ainda, de analisar o processo de instalação do órgão indigenista na região, a relação entre a proposta do SPILTIN e as demandas da classe dominante agrária local, bem como as tensões decorrentes deste processo.

O terceiro capítulo aborda a interação entre o SPILTIN, os grupos dominantes agrários, a população rural local e os grupos indígenas. Busca-se, na primeira, sessão analisar o processo de instalação e funcionamento do Centro Agrícola de Alcântara, mapeando os agentes envolvidos, suas estratégias e interesses em jogo. Já a segunda sessão tem como objetivo analisar o processo de instalação e funcionamento dos postos indígenas e verificar, também, tomando por base as relações estabelecidas entre SPILTIN e grupos indígenas, as estratégias e interesses em jogo.

CAPÍTULO 1

O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS E LOCALIZAÇÃO DE TRABALHADORES NACIONAIS (SPILTIN)

Criado em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTIN) inaugurou uma política indigenista na primeira República brasileira²⁶. Todavia, o Serviço não contemplava apenas esta parcela da população ocupante do “solo nacional”, voltando-se também para um contingente mais amplo de trabalhadores rurais, de modo a formá-lo e, em teoria, capacitá-lo como mão de obra capaz de se inserir nos padrões “racionais” e “modernos” de plantio, cultivo e mercado.

Com sede na Capital Federal, na época o Rio de Janeiro, e implementado por meio de Inspetorias Regionais que abarcavam todos os Estados da Federação, o Serviço se dividia entre o trabalho de “incorporação dos índios à sociedade civilizada” por meio de sua fixação em Postos e Colônias Agrícolas dirigidas pelo SPILTIN e aquele de localização e estabelecimento do “trabalhador nacional” junto a Centros Agrícolas²⁷. Ambas as diretrizes caminharam juntas sob os auspícios do mesmo Serviço até o ano de 1918, quando uma reforma institucional, por meio de lei orçamentária, realocou parte das atribuições da instituição, correspondente à localização do trabalhador *nacional*, junto ao Serviço de Povoamento, igualmente integrante do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC)²⁸.

O presente capítulo pretende analisar o processo de institucionalização da política indigenista brasileira representada pelo Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTIN) considerando-a como parte das disputas em torno das políticas agrária e agrícola no pós-abolição.

1.1 Terra, trabalho e projetos de nação: o negro e o índio no pós-abolição

Para Célia de Azevedo, antes mesmo da proclamação da independência do Brasil, em

²⁶ Criado pelo decreto n. 8.072, de 20 de julho de 1910 e inaugurado em 7 de setembro de 1910.

²⁷ Com relação aos índios, partia-se de núcleos de atração de índios “hostis e arredios”, passava-se a povoações destinadas a índios já em caminho de hábitos mais sedentários e daí a centros agrícolas onde, já afeitos ao trabalho nos moldes rurais que se queria promover, se instalariam juntamente com os “trabalhadores nacionais”. Este método de incorporação estava calcado na doutrina positivista, a qual considerava os índios em estágio fetichista da evolução do espírito humano sendo eles susceptíveis de progredir caso lhes fossem proporcionados os instrumentos da sociedade ocidental.

²⁸ O Decreto n.3.454 de 6 de janeiro de 1918 transferia a verba de “obras, custeio, conservação e desenvolvimento dos Centros Agrícolas” do SPILTIN para o Serviço de Povoamento, passando, os Centros Agrícolas, a funcionarem sob a jurisdição desse serviço.

1822, a preocupação com a composição e o ordenamento da população passa a ser tratada em termos nacionais²⁹. Patrono do SPILT, “patriarca da independência”, José Bonifácio de Andrada e Silva, é uma das figuras mais emblemáticas dentre aqueles que prezavam pela abolição lenta e gradual, ao identificar na escravidão a causa da pobreza e imoralidade do país. Este influente político, a despeito de considerar os africanos como seres de baixo nível mental, empenhou-se em formular estratégias para sua integração, transformando-os em trabalhadores livres, e propondo, para isso, fixá-los no campo a partir de incentivos que incluíam a concessão de parcelas de terras.

A perspectiva dos males da escravidão, assume a partir de 1830, outras especificidades, se tomarmos como marco a publicação de Frederico Leopoldo Cezar Burlamaque *Memória analítica acerca do comércio de escravos e acerca dos males da escravidão doméstica* (1837)³⁰, em que defende a abolição lenta e gradual e a conversão dos ex-escravos em trabalhadores treinados nos padrões de produtividade e racionalidade “modernos”. Burlamaque, que fora diretor do Museu Nacional no período entre 1847-1866, contribuía com as publicações do periódico abolicionista *O Philantropo* (1849-1852), além de compor a *Sociedade Contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização, e Civilização dos Indígenas*, a qual apresentava dentre suas propostas o repatriamento de africanos³¹.

Nota-se que a partir de meados do século XIX, observa-se a apropriação do discurso liberal entre os abolicionistas que entendiam o cativeiro como obstáculo ao desenvolvimento econômico e social do país e que, a partir de construções referenciadas nessa matriz ou nas proposições defensoras de um Estado forte e intervencionista, elaboraram diferentes propostas de incorporação da mão de obra a ser liberada pela abolição. Lilia Schwarcz, que estudou a questão racial nos círculos intelectuais brasileiros no período entre 1870 e 1930, nos ajuda a compreender a articulação estabelecida por tais atores sociais entre as teorias raciais e os modelos liberais de prática política e concepção de Estado. A autora enfatiza a heterogeneidade de correntes de pensamento que tinham como pano de fundo o darwinismo social ou o evolucionismo social.³² Para Schwarcz, em meio a um contexto caracterizado pelo enfraquecimento e pelo fim da escravidão, o argumento racial teve diversas implicações

²⁹ AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. São Paulo: Annablume, 2008, p.35

³⁰ BURLAMAQUE, Frederico Leopoldo César. "Memória Analítica acerca do comércio de escravos e acerca dos males da escravidão doméstica" In: *Memórias da Escravidão*, op. cit..

³¹ AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. São Paulo: Annablume, 2008, p.35

³² SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1997.

teóricas sendo utilizado em formulações que conjugavam os problemas relativos à mão de obra à necessidade de se estabelecer critérios diferenciados de cidadania. Segundo a autora:

Do darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que problematisassem as implicações negativas da miscigenação. Das máximas do evolucionismo social, sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e “aperfeiçoamento”, obliterando-se a ideia de que a humanidade era uma. Buscavam-se, portanto, em teorias formalmente excludentes, usos e decorrências inusitados e paralelos, transformando modelos de difícil aceitação local em teorias de sucesso.³³

A partir dos anos 50 do século XIX, período de convergência entre a questão racial e o liberalismo, segundo Célia Azevedo, aprofundaram-se entre os emancipacionistas as soluções imigrantistas, que buscavam na Europa um tipo ideal de trabalhador capaz de “ajudar” a forjar uma suposta nacionalidade brasileira.³⁴ Tal corrente apresentava uma diversificada gama de projetos que se ocupavam da discussão sobre a mão de obra, muitas vezes fazendo convergir o projeto imigrantista com o aproveitamento da mão de obra “nacional”, como no caso da Sociedade Central de Imigração que, baseando-se nas formulações que difundiam a ideia da inferioridade racial, reconhecia o aproveitamento dos “nacionais” no mercado de trabalho livre como forma de atender as necessidades complementares. Ou seja, aquelas consideradas menos importantes do que as destinadas ao imigrante³⁵.

Fundada em 1883, sediada no Rio de Janeiro e com filiais em diversas províncias do Brasil, a Sociedade Central de Imigração tinha dentre seus principais atuantes Visconde de Taunay e André Rebouças³⁶. O primeiro, defensor efusivo da imigração como fator regenerativo, acreditava ser o elemento branco um componente da nacionalidade brasileira que serviria de guia para elevação moral do negro, cabendo ao Estado apenas o reconhecimento de direitos “que lhes permitissem reconhecer o Brasil como sua pátria”, a partir, principalmente da defesa da pequena propriedade agrícola. Já o segundo, André Rebouças, além de propor incentivos aos fazendeiros que se empenhassem na contratação de imigrantes, também defendia o aproveitamento do “nacional” no mercado de trabalho, o que seria feito pela iniciativa privada. O exemplo de André Rebouças evidencia uma conjunção das ideais positivistas de evolução, do liberalismo - com relação ao papel do Estado -, do

³³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1997, p, 18.

³⁴ AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. São Paulo: Annablume, 2008, p.37

³⁵ Idem, p.85

³⁶ Igualmente, outra entidade difusora do projeto imigrantista era a Sociedade Paulista de Agricultura, fundada em 1902 e cuja ação pelas políticas de valorização do café teria sido de fundamental importância.

evolucionismo social e do imigrantismo. Suas propostas revelariam continuidades com relação às de Bonifácio, uma vez que apontavam para a necessidade de incorporar a mão de obra egressa da escravidão por meio da pequena propriedade, agregada a ações disciplinadoras. No entanto, fomentava, ao mesmo tempo, a política imigracionista, lastreado na teoria do evolucionismo social.

Assim, nota-se que o projeto imigrantista não se limitava apenas a suprir as necessidades de mão de obra abrangendo, igualmente, o ideal de construção de uma nacionalidade brasileira que deveria ter como seu elemento axial o imigrante branco. Para os partidários dessa formulação, o Brasil que se pretendia formar seria livre e integrado por cidadãos brancos, já que os negros seriam os mais atrasados na linha evolutiva social. Daí a urgência da imigração, pois, apesar dos “nacionais” serem desqualificados como trabalhadores e cidadãos, abria-se a possibilidade de sua regeneração em termos biológicos e culturais.³⁷

Segundo Carolina Viana Dantas, em artigo sobre intelectuais negros, o racialismo científico se fez bastante presente no debate político e cultural brasileiro entre fins do século XIX e inícios do XX, redefinido e adaptado às especificidades de cada região³⁸. Segundo a autora, a partir deste paradigma, outros intelectuais como Silvio Romero³⁹ (da Faculdade de Direito de Recife), Joaquim Nabuco⁴⁰ e João Baptista de Lacerda (do Museu Nacional), por exemplo, enalteciam a mestiçagem como instrumento da assimilação racial dos assim considerados grupos inferiores, contrapondo-se as ideias deterministas que condenavam o Brasil ao “atraso” e à “barbárie” devido a sua composição racial.⁴¹

Igualmente, o Apostolado Positivista elaborava formulações acerca do tema. Os seguidores de Augusto Comte designavam os negros como “Raça Afetiva” e, para a corrente, os africanos e seus descendentes não constituíam uma ameaça à ordem social, por portarem características “naturais” como a passividade, a abnegação e a submissão. Ademais, partindo

³⁷PESSANHA, Andre Santos. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as ideias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: Quartet: UNIABEU, 2005, p. 12-13

³⁸DANTAS, Carolina Viana. *Brasil Café com Leite. Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na primeira república*. Revista Tempo n.26, 2008.

³⁹Romero, a partir da linha darwinista social, defendia que o Brasil era composto por três raças, branco, negro e índio, a primeira dela com papel preponderante. AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. São Paulo: Annablume, 2008, p.65

⁴⁰Este intelectual negro brasileiro forjou e vulgarizou, desde a campanha abolicionista, uma visão positiva da contribuição dos africanos para a construção nacional e para a constituição moral do povo. GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Intelectuais negros e formas de integração nacional*. Estudos Avançados n.18 (50), 2004

⁴¹Tais concepções estão presentes nas perspectivas de deterministas como Goubineau, Le Bom e Borca que defendiam a ideia de que a mestiçagem personificava a degeneração que poderia advir do cruzamento de “espécies diversas”. SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia. Das Letras,1997, p, 56

da ideia de que as sociedades caminhariam numa escala progressiva e previsível rumo ao estágio final da civilização, creditavam a essa parcela da população a possibilidade de evolução social. No entanto, diversamente daqueles lastreados nos preceitos liberais, os positivistas apostavam no Estado como ator capaz de forjar o trabalhador e a identidade nacional.⁴²

Sabe-se, portanto, que, no bojo das discussões sobre a abolição da escravidão presentes no século XIX e inícios do século XX, muitas outras agremiações se formaram obedecendo aos critérios de aproximação dos interesses de classes ou frações de classes, traduzidos em propostas para a construção do “povo” e da “nação” brasileira. Essas entidades da sociedade civil posicionaram-se por meio de seus representantes, buscando, muitos deles, inscrever seus projetos junto à sociedade política. Tal imbricação entre o debate do pós-abolição e a sociedade política se dava já que esta se configurava como espaço de disputa pela direção junto ao Estado restrito.

Um exemplo destacado por Célia Azevedo são os debates ocorridos na Assembleia Legislativa de São Paulo que contemplavam as diferentes expectativas com relação à formação da mão de obra e ao papel do Estado, onde também estavam presentes os projetos que buscavam aproveitar o potencial do “trabalhador nacional”. Segundo a autora, antes que se formasse uma forte corrente de políticos imigrantistas na Assembleia provincial de São Paulo na década de 1870, grande atenção se destinou às propostas de aproveitamento do nacional. Este foi o caso do deputado Manoel Pereira de Souza Arouca que, em 1874, apenas quatro anos após a implementação de uma lei provincial (SP) autorizando empréstimos a fazendeiros para investimento na imigração - proposta defendida por grandes fazendeiros de café como, Antônio Prado, Martinho Prado Júnior, Nicolau de Souza Queiroz, Francisco Antonio de Souza Queiroz, Jorge Tibiriçá e Visconde de Parnahyba (Antonio de Queiroz Telles), dentre outros, os quais se organizaram em entidades da sociedade civil com o objetivo de realizar a intermediação entre o governo e cafeicultores em vista de galgar subsídios provinciais e federais para a introdução de trabalhadores agrícolas imigrantes em seus empreendimentos⁴³ -, combatia o imigrantismo com base no argumento de ser o “trabalhador

⁴² Idem, p.95

⁴³ Foram numerosas as instituições criadas no período que voltavam-se para as questões relacionadas à colonização e imigração. Destaca-se: a como a Associação Auxiliar da Colonização e Imigração (fundada em 1871) Agência Oficial de Colonização (fundada em 1877), a Inspetoria Especial da Colonização em São Paulo (fundada em 1877), a Sociedade Central de Imigração (fundada em 1885), a Inspetoria Provincial de Imigração (fundada em 1885), a Sociedade Auxiliadora da Imigração (fundada em 1885), e a Sociedade Promotora de Imigração (fundada em 1889). SCOTT, Ana Sílvia Volpi. *As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil*. Congresso de Historia Económica de Zaragoza, 2001. Disponível em <http://www.unizar.es/eueez/cahe/volpiscott.pdf>

nacional” o único capaz de converter-se em mão de obra local - calcado na teoria das aptidões naturais segundo cada povo e cada raça. Causando dissensos na Assembleia, Arouca propunha medidas de incorporação dos “nacionais” aos padrões mercantis de produção. Para isso, “propunha um projeto especialmente para arregimentar e organizar os nacionais livres, acostumando-os a um trabalho mecanizado que os arrancaria deste estado semi-civilizado e semibárbaro, característico da população paulista, para no futuro resultar em um amplo desenvolvimento da província”.⁴⁴ Semelhante proposta baseava-se na ideia de que o “nacional” não estava preparado para se integrar a padrões de produtividade lucrativos, uma vez que trabalhava apenas para suprir as meras necessidades de sua sobrevivência cabendo aos “patrões”, então, imprimirem o controle do tempo e da disciplina do trabalho.

A autora identificou outro apelo à incorporação do “trabalhador nacional” na Assembleia paulista, já no ano de 1885, introduzido pelo deputado João Bueno⁴⁵ que afirmava a necessidade de proporcionar medidas que também favorecessem aos nacionais. Bueno contrapunha-se, por exemplo, à força da Sociedade Promotora de Imigração⁴⁶ - entidade fundada por cafeicultores paulistas que tinha em sua composição cafeicultores como o deputado Antonio Prado, além do presidente e vice-presidente da província de São Paulo, barão de Parnaíba e Francisco Antonio de Souza Queiroz Filho -, cujo centro de ação era a subvenção do trabalhador estrangeiro e que, também baseada na a ideia de que a mão de obra livre nacional era pouco adaptada ao trabalho, sendo considerada “preguiçosa, desleal e com pouca disposição”, defendia a noção de que caberia utilizá-la somente como mão de obra provisória e na formação de novas plantações⁴⁷.

Para Célia Azevedo, os debates travados na Assembleia paulista expressavam o grande medo de rebeliões, tanto lideradas por imigrantes, quanto por “trabalhadores nacionais”, medo esse compartilhado pelas frações da classe dominante rural e também nos centros urbanos. Em decorrência disso, e mediante tais pressões, foram propostos diversos mecanismos de coerção jurídico-policia, além de aprendizados profissionais, fundamentais para o

⁴⁴ ALSP, 1874, pp.376-7. Apud, AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 127.

⁴⁵ João Álvares de Siqueira Bueno era proprietário de terras no município de Guarulhos. SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Identidade Urbana e globalização: a formação dos múltiplos territórios em Guarulhos*. São Paulo: Annablume, 2006, p.93

⁴⁶ Em 1888 o conselheiro da Sociedade Promotora de Imigração, Antônio da Silva Prado, encabeça um projeto de lei que autoriza o presidente da província a contratar a Sociedade Promotora para a introdução de 100 mil imigrantes europeus. SANTOS, Iverson Poletto dos. *A Sociedade Promotora de Imigração: formação e influência, 1886 -1895*. In.: *Histórica*. Revista do Arquivo Público de São Paulo. Ed. 25, 2007.

⁴⁷ TRENTO, Angelo. Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana para o Brasil. São Paulo: Nobel, 1989, p.25

treinamento na disciplina de trabalho que se queria atingir.⁴⁸

Diante disso, o que deve ser enfatizado é que as ideias de assimilação, incorporação e homogeneização, bem como a necessidade de um aprendizado moral por parte da mão de obra, não só rural como também urbana, integravam os debates sobre a mão de obra no pós-abolição, representando a necessidade de determinados grupos de melhor controlar e ordenar essa população, bem como de forjar uma suposta nacionalidade⁴⁹. Observa-se, no âmbito da recente República, a permanência das disputas em torno da necessidade de regularizar as relações sociais entre negros e brancos, donos de terra e trabalhadores rurais- sob múltiplas formas de relações de trabalho-, conjugando as balizas da ordem e do progresso, que se faziam urgentes mediante o projeto republicano vencedor. Os intensos debates acerca do uso e formação da mão de obra rural no Brasil - oriundos ainda do Império-, teriam permeado o cenário republicano de modo a agregar as novas demandas e perspectivas de grupos dominantes ligados a uma economia que absorveria os trabalhadores egressos das relações escravistas de produção.

Dentre os centros de formação intelectual das classes dominantes republicanas, onde ocorriam grandes debates acerca dos questionamentos presentes no pós-abolição, figuravam, por exemplo, a Escola de Medicina da Bahia e a Faculdade de Direito de Recife, frequentadas por boa parte dos intelectuais identificados aos projetos das diferentes frações da classe dominante agrária. Tais escolas, que se instituíaem em formadoras dos distintos *habitus* desses indivíduos mantinham, por sua vez, permanente diálogo com outros centros de produção de saber, dentre eles o Museu Nacional, no Rio de Janeiro e o Museu Paulista, onde a discussão sobre a questão racial assumiu papel central, originando diferentes teorias, formulações e projetos.⁵⁰ Segundo Schwarcz:

(...) misto de cientistas e políticos, pesquisadores e literatos, acadêmicos e missionários, esses intelectuais irão se mover nos incômodos limites que os modelos lhes deixavam: entre a aceitação das teorias estrangeiras – que condenavam o cruzamento racial – e a sua adaptação a um povo que a essa altura já muito miscigenado. Boa parte desses cientistas, porém, discutiam e produziam suas ideias nos diversos centros dos quais faziam parte as veiculavam por meio deles.⁵¹

Constata-se, no decorrer de toda a primeira República, uma estreita relação entre formação intelectual e política de modo que, atentando para a trajetória dos agentes políticos

⁴⁸Idem, p. 112

⁴⁹ Idem, p.47

⁵⁰SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia. Das Letras,1997, p.66

⁵¹ Idem, p.19

nesse período, evidencia-se sua inserção no campo das discussões científicas onde as teorias raciais se faziam bastante presentes. Presenciava-se, portanto, dentre as discussões próprias aos círculos intelectuais e políticos, diferentes projetos para a mão de obra rural, que também exprimiam visões distintas sobre o papel do Estado na edificação da unidade e identidade nacionais, o que, no caso do Maranhão, será objeto de análise no segundo capítulo dessa dissertação.

No que tange especificamente às populações indígenas, observa-se que estas também compunham o escopo das discussões do e sobre o pós-abolição, tendo atravessado os debates do século XIX adentrando ao século XX. Sobretudo, em decorrência do avanço sobre novos territórios, tanto pelo Estado, quanto pela produção agrícola mercantil, as populações indígenas de um modo geral eram representadas como objeto de discórdias, como entraves à expansão da fronteira. Por outro lado, havia o discurso que, centrado em uma representação romantizada acerca dos “índios”, apostava nessa categoria social como elemento fundador de uma “verdadeira” identidade nacional. Segundo Antonio Carlos de Souza Lima,

(...)todas as concepções da natureza dos povos indígenas apresentavam em comum o fato de situá-los como inferiores, quer em relação a “civilização nacional” ou à “raça branca”, quer como no caso dos positivistas, situando-os numa fase evolutiva primária. Ou ainda, porque a “generosidade” ou a “ingenuidade” os colocavam em situação de inferioridade no trato com os civilizados.⁵²

Baseados no paradigma evolucionista, a questão que se colocava tinha o cerne no debate a cerca da perfectibilidade dos indígenas - ou seja, se eram eles passíveis de se tornarem “civilizados”- e na definição do papel do Estado mediante de tal embate. Apesar da complexidade do debate, em que se utilizavam as diversas teorias em voga, por vezes misturando-as de forma a adequá-las aos distintos interesses, Antonio Carlos de Souza Lima Lima observa que aquilo que denomina de “campo indigenista”, em finais do século XIX, dividia-se em duas grandes posições. A primeira defendia uma forma centralizada de Estado investindo na necessidade do uso de recursos coercitivos para promover o “avanço científico” do Estado Nacional. Tal proposta, baseada nas teorias positivistas, estruturou muitas ações de alguns setores do Exército, servindo também de matriz ideológica para o SPILT, relação a ser discutida com maior cuidado na sessão seguinte.

Já a segunda posição representava a matriz liberal de pensamento defendida, principalmente, pelas classes dominantes paulistas e que, pouco a pouco, foi perdendo sua força ao também incorporar a ideia da necessidade de intervenção estatal junto às populações

⁵² LIMA, 1987, p.172

indígenas, contexto mesmo da necessidade da intervenção econômica do Estado, promovida pela Política de Valorização do café.⁵³ Todavia, a despeito do fato de que a ação do Estado junto às populações indígenas não tenha sido fruto de qualquer decisão unânime, envolvendo diversos projetos em disputa, cada qual representando os interesses de determinados grupos, há que se perceber que, em seu conjunto, todos eles visavam atingir objetivos similares como abrir novas frentes territoriais para a expansão das fronteiras agrícolas e controlar a população indígena, pondo fim aos atritos entre populações indígenas e agentes da expansão, sejam eles representantes de políticas estatais ou não.

Conforme apontado anteriormente, o Estado de São Paulo tornou-se um grande centro sobre o pós-abolição, principalmente pela força das propostas imigrantistas. Tais debates, no período republicano, também refletiam as divergências sobre as condições das populações indígenas, principalmente na medida em que se aprofundaram os conflitos entre as populações indígenas identificadas como Kaingangs paulistas (coroados) e os agentes do expansionismo⁵⁴ junto aos territórios por estes grupos dominados⁵⁵.

Os Kaingangs paulistas ocupavam o denominado “Oeste paulista”, região onde os conflitos entre índios, fazendeiros locais e trabalhadores eram intensos, tendo recrudescido por volta de 1905, com o início da construção da Ferrovia Noroeste do Brasil. Esta, partindo de Bauru, cruzava o Noroeste do Estado buscando ligação com o Mato Grosso do Sul. Tais conflitos são descritos pelo ministro da agricultura, indústria e comércio, em seu relatório anual da seguinte forma:

A Estrada de Ferro Noroeste do Brazil cortou, como é sabido, a região habitada pelos indios kaingangs de São Paulo, determinando assim o encontro de seus trabalhadores com esses indios. As relações que dahi resultaram foram da mais franca hostilidade, de parte a parte. Os kaingangs, defendendo a todo o transe a terra em que sempre viveram, não viam nos trabalhadores daquela estrada sinão inimigos e violadores do seu solo; os trabalhadores, por sua vez, desconhecendo as justas razões que assistiam aos indios para assim proceder, respondiam suas aggressões com ataques formidáveis, nos quaes busavam cruelmente da superioridade da força, chegando ao ponto de effectuar massacres contra os seus quasi inermes adversarios. Esse estado de guerra contínua e implacável não somente deu logar a perdas de

⁵³LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: Poder Tutelar, indianidade e formação do Estado brasileiro*. Petrópolis: Vozes. 1995

⁵⁴Esses agentes podem estar identificados com projetos implementados a partir do Estado, como a expansão da malha ferroviária, ou com as frentes de expansão levadas a cabo por particulares, como as fazendas de café e gado.

⁵⁵No início do século XX, conforme mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú (1948), o território paulista era distribuído entre três etnias indígenas: no vale do Tietê e do Paranapanema estendendo-se, a leste, até o litoral, dominavam os Guaranis, muitos deles em contato com “povoações civilizadas”; próximos ao rio Paranapanema, na margem direita, numa região intermediária entre Guaranis e Kaingang, estavam os Otí; e, de Bauru até o rio Paraná, em direção oeste, avizinados ao norte pelos Guaranis e ao sul pelos Otí e Guaranis, até o rio Paranapanema, estavam os Kaingang paulistas, também chamados de Coroados.

vidas de ambos os lados, como creou ainda um ódio recíproco, que muito devia perturbar qualquer acção pacificadora.⁵⁶

Nessa região as frações da classe dominante agrária, centradas em ideias pretensamente científicas de mestiçagem e hierarquia entre as “raças”, primordialmente defendiam o projeto imigrantista como solução para a suposta crise de mão de obra no país, o que não a eximia de disputas e diferentes representações sobre a problemática, conforme apontado anteriormente. O debate sobre a melhor política a ser adotada com relação à questão indígena ganhou fôlego na imprensa, em congressos e nos discursos políticos⁵⁷. Todos estes veículos expressavam tanto as perspectivas dos defensores efusivos da política de *extermínio* dos indígenas que obstaculizavam o projeto expansionista vinculado à expansão cafeeira, quanto à proposta de *pacificação* do índio por intermédio da catequese, além do projeto que acabou por tornar-se vencedor: o da *pacificação e incorporação leiga* dos indígenas à sociedade por meio de seu aproveitamento como mão de obra⁵⁸.

As tensões entre os que prezavam pela assimilação das populações indígenas e os que defendiam sua eliminação tornou-se cada vez mais acirrada, ganhando espaço em jornais e publicações de época.⁵⁹ Um dos principais pivôs das disputas em torno da questão indígena em São Paulo foi Von Ihering, diretor do Museu Paulista⁶⁰ que, ao tomar conhecimento da situação dos Kaingangs, sustentou a posição de que a realidade dos índios na sua atualidade já não era aquela representada pelos cronistas do XVI e, entendendo a categoria “índio” como forma pura, não considerava esta parcela da população digna de interesse científico, nem tampouco de interesse do Estado. Segundo Ihering,

(...) por esta minha descrição dos índios, que atualmente vivem no Estado de São Paulo, torna-se evidente que eles perderam a maior parte de seus antigos usos

⁵⁶ Relatório do Ministério da Agricultura Indústria e Comercio. 1911-1912, p.137

⁵⁷ Segundo Ribeiro (1999) o movimento que levaria à criação de um órgão oficial incumbido de tratar do problema indígena começa por campanhas da imprensa que, a princípio veiculavam descrições de chacinas e apelos por providencia do governo.

⁵⁸ Cabe ressaltar que as categorias *pacificação*, *leiga* e *proteção* eram objetos de disputas entre os diferentes projetos indigenistas. O conceito de incorporação leiga se dá em contraposição à incorporação pela catequese religiosa em um contexto de edificação de um Estado republicano laico. LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Sobre indigenismo e autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da proteção fraternal no Brasil*. In: Sociedade indígenas e indigenismo. Org. FILHO, João Pacheco de Oliveira. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987, p.176

⁵⁹ MONTEIRO, John Manuel. Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. UNICAMP, 2001

⁶⁰ Lília Schwarz aponta para a disputa inaugurada pelo diretor do Museu Paulista, Von Ihering, com o Museu Nacional, cujo diretor era João Baptista de Lacerda, por considerar e expor em artigo que o Museu Paulista era o único no Brasil criado com bases científicas. Ambos os museus empenhavam-se no estudo da “antropologia científica” tendo nas populações indígenas objetos de estudo. Lacerda apresentara estudo sobre os botocudos em que conclui, a partir de referenciais evolucionistas, que esse grupo era a representação do atraso, ao mesmo tempo em que acreditava na evolução humana com um sentido único. SCHWARCZ, 2010, p.82

característicos. Em geral os índios catequizados, que estão domiciliados nas aldeias deste estado, não oferecem nenhum interesse etnográfico e aqueles que a este respeito são dignos de atenção levam uma vida retirada e são inacessíveis, tornando-se perigosos à escassa população civilizada do sertão.⁶¹

A posição de Ihering, para Antonio Carlos de Souza Lima, incorporava-se ao debate da intervenção estatal de modo a defender a livre iniciativa. Caberia ao Estado, somente a fiscalização de leigos e missionários na tarefa da transformação social dos povos indígenas⁶². De acordo com Lilia Schwarcz, as publicações de Ihering no jornal *O Estado de São Paulo* no ano de 1911, podem ser consideradas como a primeira vez em que um cientista no Brasil utilizava-se da imprensa para advogar questões sociais, tomando como justificativa teórica o darwinismo social.⁶³ No entanto, apesar do pretense respaldo científico, as afirmações do diretor do Museu Paulista sobre os Kaingangs eram duramente combatidas pelos que compartilhavam do projeto de intervenção estatal, até mesmo como forma de legitimar a necessidade da criação de um órgão estatal específico para tratar da questão:

Para justificá-lo [o extermínio], não faltava nem a sanção de uma pseudociência que já começa a proliferar entre nós, segundo a qual o extermínio dos que ocasionalmente podem menos, e que por isso são classificados como inferiores, é um princípio aceito e tido como legítimo. (...) São do Sr. Von Ihering, diretor do Museu Paulista, as seguintes horrorosas palavras: “Os actuaes índios do Estado de São Paulo não representam um elemento de trabalho e de progresso. Como também nos outros Estados do Brasil não pode se esperar trabalho sério e continuado dos índios civilizados e como os Kaingangs são um empecilho à colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio se não o de seu extermínio.”⁶⁴

No entanto, vale ressaltar que, conforme bem salienta Souza Lima, há que se relativizar o papel desta polêmica no que tange às origens do SPILTN. O autor alerta para o processo de edificação de uma história oficial das origens do indigenismo de Estado, visão esta propagada pelo próprio SPI (LTN), posteriormente, esmiuçada por David Stauffer e, finalmente, consagrada por Darcy Ribeiro. Para Lima, Stauffer pautou de maneira distorcida a questão das origens do SPI, reduzindo-a a um suposto debate catequese *versus* extermínio, pacificação *versus* extermínio, com o objetivo de ressaltar a ação da instituição. Entretanto, apesar de apontar para a pouca expressividade de um discurso que advogava o extermínio,

⁶¹ IHERING, Von. A antropologia no estado de São Paulo. Revista do Museu Paulista, VII,1907, p. 216

⁶² LIMA, Antonio Carlos de Souza. 1995, p.184

⁶³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia. Das Letras,1997, p.83

⁶⁴ Manoel Miranda. *O Estado de São Paulo*, 1911

Lima não nega a existência histórica de sua prática.⁶⁵

A formulação de uma política indigenista republicana, representada pelo SPILT, teve como solo comum as teorias evolucionistas, mas coube, principalmente, no âmbito da correlação de forças, a um grupo de positivistas ligados ao Apostolado Positivista do Brasil, que, calcados no evolucionismo conteano, difundiam a certeza de que, uma vez libertos de pressões externas e amparados pelo Estado, os diversos grupos indígenas passariam pelos “estágios evolutivos” necessários à “civilização”⁶⁶. Desta forma, caberia ao Estado catapultar os indígenas do seu estágio fetichista de evolução guiando-os ao estágio do positivismo científico. Representados por agentes como o Marechal Rondon⁶⁷, Luis Horta Barbosa⁶⁸, Rodolfo de Miranda e Teixeira Mendes, inspiravam-se nas propostas de José Bonifácio tanto no que tange às populações indígenas, quanto no tocante aos “nacionais”, conforme difundido em discurso em homenagem a Bonifácio, por ocasião da inauguração do SPILT:

Foi ele (José Bonifácio) que, no início da Nacionalidade brasileira, levantou a voz em prol da civilização dos indígenas, e para protestar em nome de sua política que é filha da moral e da razão, contra a escravização dos africanos, esforçando-se ao mesmo tempo por fazer a sua definitiva incorporação a nossa sociedade (...)⁶⁹

Para Bonifácio, as populações indígenas deveriam ser integradas à nação por meio de estratégias de convencimento representadas pelo “ensinamento, exemplo e persuasão”, o que ele denominava de “métodos brandos”. Tal discurso seria apropriado pelos defensores da *incorporação leiga*, promovida pelo SPILT, respaldando-se nos ideais positivistas que apontavam para a necessária moralização dessas populações e para afirmação de uma política a ser perpetrada pelo Estado com o objetivo de elevá-las ao progresso.⁷⁰ A ideia de que caberia ao Estado eliminar os fatores do “atraso” alavancando as populações indígenas e

⁶⁵ LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: Poder Tutelar, indianidade e formação do Estado brasileiro*. Petrópolis: Vozes. p. 280

⁶⁶ RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis, Vozes, 1977, p.98.

⁶⁷ Marechal Rondon promoveu políticas de integração por meio da construção de linhas de comunicação e foi o preconizador de uma política estatal laica e republicana voltada para as populações indígenas. Tomado pelos ideais positivistas defendia a pacificação dos índios e sua total incorporação na sociedade “civilizada” em nome da “integração e do progresso da nação.” Era Engenheiro Militar, membro da Sociedade Nacional Agrícola (SNA) e foi diretor do SPILT da sua inauguração à extinção desta instituição

⁶⁸ A Inspeção Regional número cinco do SPILT se ocupava da região de Mato Grosso e São Paulo, tinha como sede a capital paulista e como inspetor chefe Luis Horta Barbosa, o qual também foi membro da SNA e estava subordinado a Diretoria do SPILT, cujo chefe era Marechal Rondon.

⁶⁹ BARBOSA, Luiz Bueno Horta. *Homenagem a José Bonifácio no 88º aniversário da Independência do Brasil: inauguração do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais*. In: BARBOSA, L. B. Horta. *Pelo índio e pela sua proteção oficial* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

⁷⁰ O debate acerca da condição dos indígenas, no que tange a questão tutelar, está presente inclusive no Código Civil de 1916 em que esta parcela da população é agrupada na categoria de “relativamente incapaz”.

rurais rumo à modernização pode ser percebida por meio do conceito de *poder tutelar* que, aplicado por Antonio Carlos de Souza Lima, se configura como fundamental para o entendimento da ação do SPILT - não só com relação às populações indígenas, mas também para com o “trabalhador nacional” - visto que o exercício desse *poder tutelar* implicava na obtenção do monopólio dos atos e do controle da população pelo Estado.

Segundo Lima, para além das representações dos positivistas ortodoxos, o projeto defendido por estes agentes incorporavam elementos elaborados dentro do Exército como a valorização do conhecimento técnico, a idoneidade moral, a ideia de “salvação nacional”, o amor à causa, a “constância, amizade e sofrimento”, identificados com os ideais de José Bonifácio que promoviam a calma e a abnegação. Segundo o autor,

detendo um certo capital simbólico (...) Cândido Rondon, seria o fundador do programa mais acabado dessa posição quanto à Inspeção Federal de Proteção Fraternal aos Indígenas. Note-se, porém, que a agência criada comportaria a Localização dos Trabalhadores Nacionais que, em nenhum momento, aparecia em tal plano, demonstrando claramente a incorporação e a união de temáticas a partir do MAIC, restringindo bastante a autonomia que seria sempre reivindicada pela história oficial para a proposta rondoniana, e demonstrando de forma evidente a influência de outros grupos como a SNA.⁷¹

Segundo Darcy Ribeiro:

A feição prática da nova política indigenista se assentou na experiência pessoal de Rondon, acumulada em vinte anos de atividades nos sertões de Mato Grosso. Positivista militante, tendo orientado toda a sua vida de acordo com os postulados de Augusto Comte, escolhendo para atuar, o setor onde poderia mais eficazmente imprimir à tropa sob seu comando uma feição construtiva e pacífica, tal como Comte propugnara para o advento do Estado positivo quando os remanescentes dos antigos exércitos seriam utilizados em funções de policiamento e nas grandes obras civis.⁷²

Nota-se que Darcy Ribeiro apresenta a história do SPILT a partir de seu vínculo com o Marechal Rondon, acabando por glorificar a figura do militar. Quanto a esse processo, Lima alerta para o perigo das interpretações legitimadoras dos mitos: "Ao construir excepcionalidades, o mito retira à possibilidade de análise histórica toda a proteção oficial cunhada neste século em que o Estado Nacional se expandiu como forma de organização sobre o território".⁷³ Em outras palavras, deve-se cuidar para não correr o risco de eliminar da análise o quadro de disputas em torno do SPILT e desconsiderar sua implantação do

⁷¹ Cf. Lima, 1987, p.192

⁷² RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis, Vozes, 1977, p.135

⁷³ Idem, p.45

contexto sócio-histórico mais amplo.

Haja vista que o presente trabalho parte de uma concepção de Estado em que o cerne está em sua permanente construção histórica resultante de conflitos e disputas, os quais se configuram sob a forma de arranjos e/ou tensões entre as classes e suas frações, é mister considerar o processo de instauração do SPILTN como expressão dessas disputas, cujas práticas, transformadas em políticas públicas, resultaram da correlação de forças em jogo. Tal concepção conjuga-se a uma interpretação sobre a construção do Estado na Primeira República como um processo dinâmico de ampliação tanto da ampliação da sociedade civil, quanto da própria sociedade política, no tocante a suas agências e mecanismos de exercício do poder, atentando para a autonomia relativa desta última perante os interesses econômicos hegemônicos.

As ações do SPILTN visavam a dois contingentes populacionais, muitas vezes não tão diversos, fossem as populações indígenas, fosse o chamado “trabalhador nacional”, o que implicava em estratégias distintas para atingir as mesmas finalidades. Por meio de práticas representadas como de inserção à vida “civilizada”, concretizaram-se iniciativas que impediam a migração para os centros urbanos ou regiões agrícolas mais dinâmicas de modo a fixar o trabalhador no campo e neutralizar conflitos locais favorecendo, assim, determinadas frações regionais/ locais das classes dominantes no tocante ao acesso ao estoque de terra e de mão de obra. Desta forma, o discurso oficial veiculado pelo órgão foi marcado pela necessidade de forjar um modelo de trabalhador rural a partir de um paradigma de produção rural e de educação voltado para a construção de um “trabalhador nacional”. Tal nomenclatura genérica incorporava também os mais diversos contingentes populacionais existentes no campo, além de imprimir à visão sobre os indígenas uma condição transitória, de modo que a forma como esses viessem a ser incorporados à sociedade encontrava-se “pré-definida”, cabendo ao Estado restrito conduzir essa grande “massa dispersa” à “vida civilizada”⁷⁴.

Em relatório anual a diretoria do SPILTN afirmaria que, ao mesmo passo em que o governo “protege, ampara e salva o índio brasileiro, promove e assegura os meios indispensáveis à conquista do interior do país até agora vedados aos nacionais e estrangeiros.”⁷⁵ Portanto, nota-se que ficava facultado às agências administrativa oferecer as condições para a ocupação dessas áreas por aqueles que viam nas populações indígenas ou rurais “inimigos temerosos”. Ademais, contraditoriamente, a instituição se apresentava, simultaneamente, como bastião da possibilidade de sobrevivência dos grupos indígenas, ainda

⁷⁴Relatório do MAIC, 1911

⁷⁵Relatório do SPILTN, 1916.

que defendendo sua total subsunção à categoria “trabalhador nacional”, a qual eliminava as formas de reprodução da própria condição do ser indígena.

Desta maneira, o projeto “vencedor” difundia um padrão de racionalidade mercantil e produtiva por meio do aproveitamento da mão de obra local, a despeito do projeto que defendia a adoção de mão de obra estrangeira no campo. Segundo João Pacheco de Oliveira Filho, a ideia dos dirigentes do órgão era incentivar os índios à agricultura e demais atividades consideradas pelos grupos dominantes locais como produtivas, preparando caminho para sua integração à sociedade brasileira⁷⁶.

No que tange à categoria “trabalhador nacional”, o discurso difundido pelo MAIC e referido ao SPILT, também não escapava da defesa do Estado como entidade que levaria, de forma *tutelar* e autoritária, à “grande massa rural”, os meios para sua integração à sociedade que se queria construir:

Era justo que se procurasse reunir á população real do país essa grande massa anonyma, que se vai degradando pela miséria, fazendo-se com que ella, longe de ser uma ameaça contra a vida rural, pelos vícios que fatalmente hão de assoitá-la, seja um elemento útil ao paiz e á lavoura.⁷⁷

No trecho acima, a massa aparece como sinônimo de falta de ordem e coesão, corroborando a ideia de que sem a mediação do Estado, os indivíduos estariam fadados ao caos. O Estado assumiria, portanto, uma postura assertiva, difundindo o padrão de racionalidade mercantil e produtiva tido como imperioso àquela conjuntura histórica. Apesar da omissão discursiva com relação à noção de raça, talvez pelo ímpeto unificador e universalizante desta política que pretendia formar e integrar uma Nação verifica-se que os esquemas classificatórios emergentes das práticas desta instituição não escaparam dessa dimensão, conforme ilustra o depoimento do Inspetor regional do Maranhão, Tenente Pedro Dantas, por ocasião de conflito com os, por ele denominados, índios Urubus:

Um Tembé garante –me ter visto entre os índios, um preto e ter ouvido em português a frase: “vocês estão vadeando!...” ; dois civilizados julgam ter ouvido a palavra “desgraçado!”; eu só ouvi distintamente “caraju” , que significa branco e confuzamente “naicatu” (ruim , não presta), quando eu lhes dizia que éramos caraju catu (bons) amigos delles.⁷⁸

Os critérios de classificação utilizados pelo Inspetor reforçam a lógica expressa de forma emblemática pela oposição entre “massas anônimas” e “civilização”. De um lado, os genericamente denominados “índios”, dentre eles um indivíduo classificado como “preto” -

⁷⁶ OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaios em antropologia histórica*. Rio de Janeiro: UFRJ. 1999

⁷⁷ Relatório do MAIC, 1911.

⁷⁸ Telegrama publicado em *A Pacotilha*, 1911

ambos personagens cujas vidas estavam fora dos domínios do Estado - e, de outro, os “civilizados”, representando o Estado e um Tembê que, apesar de não ser considerado ainda “civilizado”, já estava sob a tutela estatal, podendo, portanto, ser-lhe atribuída uma identidade, mesmo que genérica.

Ainda com relação à categoria “trabalhador nacional” e, observando-se a continuidade de um debate iniciado com a emergência dos temas do fim do tráfico de escravos e da abolição da escravidão, fica claro a que parcela de trabalhadores o Serviço visava atender, conforme exposto em relatório do MAIC:

Já não é possível deter, nos centros rurais, os antigos libertos, que à falta de qualquer medida complementar da lei de 13 de Maio que reivindicou seus direitos, dispersaram-se, em seguida, afluindo aos grandes centros de população; porém conseguir-se – a radicar ao solo o que delles resta nos campos, evitando-se que esses êxodos frequentes agravem, cada vez mais, a vida custosa das cidades.⁷⁹

Além do argumento centralizado no êxodo rural, o SPILTIN também se valia de discussões que tangenciavam o aproveitamento da própria mão de obra nacional egressa das relações escravistas de produção, em contraposição à ideia corrente de que o “trabalhador nacional” não teria “aptidão natural” para o trabalho nos moldes “modernos” de produção - estratégia discursiva brandida por aqueles que promoviam o projeto imigrantista, que apresentavam os “nacionais” como vadios, racialmente inferiores, mestiços, indisciplinados, dentre outras categorias pejorativas.

Em relatório de 1911, assinado pela diretoria do SPILTIN e endereçado ao ministro do MAIC, argumentava-se que a capacidade de produção do trabalhador não estaria no seu valor individual e sim na técnica e nos métodos tendentes ao seu máximo aproveitamento⁸⁰. Assim, justificava-se a validade da ação estatal, traduzida pelo do Serviço de Localização de Trabalhadores Nacionais e, para tanto, enfatizava-se a instalação de Centros Agrícolas pelo órgão, especificamente destinados ao treinamento desses trabalhadores. Para os quadros dirigentes do MAIC, “os Centros Agrícolas são as primeiras escolas destinadas ao ensino e proteção dos nossos trabalhadores rurais, o que mostra que qualquer opinião acerca da capacidade desse leva ao mau julgamento”.⁸¹

Neste mesmo relatório, afirma-se que “o abatimento em que vivia o nosso proletário agrícola que via os carinhos cercando o estrangeiro ao passo que elle nunca entrava nas

⁷⁹ Relatório do MAIC, 1910

⁸⁰ Relatório do SPILTIN, Diretoria, 1911.

⁸¹ Idem, p.5

cogitações do governo” era, além de injustiça, um entrave ao estímulo do trabalhador e, portanto, um erro político. Portanto, as ações do SPILTIN resultariam tanto no estabelecimento de Postos de Atração e Povoações Indígenas - destinados à proteção e incorporação destes à *civilização* - quanto na criação dos Centros Agrícolas, que fixariam os “trabalhadores nacionais” em espaços demarcados a partir de terras devolutas cedidas à União pelos estados.

Deste modo, a solução implementada pelo MAIC, através do SPILTIN, representava a vitória de um projeto integracionista que via no “nacional” e no indígena uma “perfectibilidade” passível de ser atingida por meio da intervenção Estatal:

Um dos meios mais eficazes será atrair esses infelizes para o trabalho, dando-lhes a esperança de se poderem constituir em pequenos proprietários, fornecendo-lhes abrigo, ensinando-lhes o manejo das máquinas agrícolas, provendo-lhes de recursos para a primeira instalação e de escola primária e aprendizado agrícola para seus filhos e, ainda assim, não teremos feito inovações em nosso regime de fixação do trabalhador, porque são esses os favores que conferimos ao trabalhador estrangeiro.⁸²

A partir do trecho acima seria possível inferir, em uma análise apressada, que a posição do MAIC, ao enfatizar a necessidade do aproveitamento de uma mão de obra “nacional”, opunha-se ao projeto imigrantista. Entretanto, cabe ressaltar que a proposta adotada e praticada pelo MAIC não excluía cabalmente tal proposta, muito pelo contrário, privilegiava-a, na medida em que o Ministério aquinhoava com maior receita o Serviço de Povoamento, responsável pela política imigrantista estatal.

Para não incorrer em tal erro, há que se analisar o MAIC como *locus* de disputas de entre vontades coletivas organizadas no âmbito da sociedade civil, junto a aparelhos privados de hegemonia. Assim, face ao até aqui exposto a respeito dos diferentes discursos e projetos para a questão indígena e os trabalhadores rurais no pós-abolição, a próxima sessão tratará de averiguar quais segmentos da sociedade civil achavam-se representados junto ao SPILTIN e como organizaram e inscreveram suas demandas específicas nessa agência da sociedade política.

1.2 *Frações de classes agrárias e a luta por hegemonia: o papel da Sociedade Nacional de Agricultura*

Segundo Sônia Mendonça, a partir da abolição da escravidão e agregado às mudanças nas relações que configuravam as condições de trabalho no campo, a renda da terra emergia

⁸²Relatório do MAIC, 1910.

como forma de valor, processo este institucionalizado principalmente a partir da Lei de Terras de 1850, de modo que a política para a mão de obra rural ao longo da Primeira República ficara submetida, intrinsecamente, à política fundiária brasileira.⁸³ Tal cenário configura o pano de fundo das disputas de hegemonia intra-frações da classe dominante agrária, cujas propostas e projetos para o campo e a agricultura brasileira tinham como base necessidades econômicas diversas, gerando ora alianças, ora oposições políticas.

Mendonça aponta para o fato de que, nos primeiros anos da República, as propostas de diversificação agrícola e de prioridade à produção direcionada ao mercado interno foram fundamentais na consolidação da organização e da ação de frações não-hegemônicas da classe dominante agrária⁸⁴. Tais frações de classe, em nome da “vocalização eminentemente agrícola do país”, elaboraram um discurso próprio e pretensamente nacional sobre a agricultura, difundindo-o e organizando-o por meio de aparelhos privados de hegemonia que acabariam por pressionar a sociedade política. Dentre eles destacou-se a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), fundada em 1897 e integrada por segmentos de grandes proprietários do eixo Norte - Rio de Janeiro – Sul, por meio das sociedades de agricultura instaladas no âmbito regional, que não apresentavam demandas diretamente relacionadas à cafeicultura exportadora. Caracterizada pela autora como uma entidade que buscava ampliar o nível de associativismo entre frações da classe dominante agrária não paulistas em quase todo o território nacional, pautava-se pela defesa da *diversificação* e *modernização* da agricultura, além do projeto de difusão da pequena propriedade como estratégia para a fixação do homem ao campo, em oposição ao projeto hegemônico paulista imigrantista e de valorização do café.

Em busca de espaço junto ao Estado restrito onde pudesse inscrever seus pleitos, esta agremiação - por meio de seu presidente honorário, o usineiro maranhense, Christino Cruz - apresentou à Câmara dos Deputados, em 1902, o projeto de re-criação de um Ministério da Agricultura, justamente no mesmo contexto em que os grandes cafeicultores paulistas pleiteavam a assinatura de um empréstimo adicional buscando dar novo fôlego à primeira política de valorização do café, iniciada em 1906, a partir do convênio de Taubaté. Como sócio da SNA, Christino Cruz fora eleito membro do Conselho Superior de *A Lavoura*, principal veículo de propaganda dessa agremiação. Influente político maranhense, era também engenheiro agrônomo, tendo sido considerado o “pai da agronomia” neste Estado, conforme proferido em 1911 no ato de inauguração da Inspetoria Agrícola do Maranhão, instância do

⁸³ MENDONÇA, Sônia R. de. *O Ruralismo brasileiro: 1888 – 1931*. São Paulo: Hucitec.1997

⁸⁴ Tais frações de classes estariam identificadas com o eixo Norte - Rio de Janeiro – Sul, que não apresentavam demandas diretamente relacionadas à cafeicultura exportadora – setor hegemônico -, optando por um projeto agrícola que tinha na diversificação da produção e no treinamento do trabalhador nacional o seu principal cerne.

MAIC, tida como importante iniciativa para a recuperação da economia agrária local:

Se nos recordarmos também que este monumental trabalho de organização do Maranhão, organização que requer a mais provada competência profissional é, na maior parte, obra de um Engenheiro Agrônomo, ilustre e distinto filho desta terra, honra de sua classe e orgulho de seus pares na representação nacional, e que esse engenheiro agrônomo é o Sr. Dr. Christino Cruz, não achareis descabido que eu considere a agronomia uma religião e que este agrônomo é o seu Sacerdote *Magnu*, em Maranhão, quer pela competência que tem relevado, quer pelo seu extraordinário senso prático em tudo quanto respeita a agricultura (...).⁸⁵

Ainda com relação à atuação de Christino Cruz, ao indagar sobre a substituição de sua cadeira no Congresso após sua morte, um artigo publicado em *A Pacotilha* de 1915, afirmaria:

Seu nome foi uma vez insistentemente lembrado para ocupar o Ministério da Agricultura, cuja criação é devida aos esforços por elle para isso empregados no Congresso Nacional, de que foi ilustre e digno membro(...) Outros serviços de mais amplo efeito deve-lhe o Maranhão. Basta apenas lembrar da Escola Agrícola, a Estação Experimental de Caroatá e a Fazenda Modelo de Caxias(...) A sua morte, pois, há menos de um ano, veio agravar o desamparo em que já se sentia nossa tão desgraçada lavoura.⁸⁶

Desta forma, nota-se a importância de Cruz na articulação entre os interesses locais, a Sociedade Nacional de Agricultura e o processo de instauração do MAIC. Este processo é caracterizado pela polarização entre os defensores da intervenção estatal pelo viés da valorização do café e os partidários da criação do Ministério, ou seja, aqueles que buscavam políticas estatais que beneficiassem outros setores da economia agrária. Essa última proposição era defendida por frações agrárias não hegemônicas organizadas pela SNA, enquanto a primeira delas era sustentada pelos grandes cafeicultores paulistas. Segundo Mendonça, o projeto da SNA sucumbiria temporariamente ao projeto paulista, visto que, apesar de ter aprovação em 1906, o ministério só conseguiu sua efetiva implementação em 1909, após a institucionalização do empréstimo de consolidação do Convênio de Taubaté, realizada por Afonso Pena em 1908, em um claro exemplo de barganha política.⁸⁷

Como bem observa Lima, a formação de um novo Ministério implicaria não só em ampliar a possibilidade de ação governamental desses grupos, como também na partilha do orçamento da União⁸⁸. Esta segunda dimensão atingiria Ministérios monopolizados por

⁸⁵ Discurso de José Joaquim Marques, diretor da Inspeção Agrícola do Maranhão, publicado em *A Pacotilha*, 24/10/1911.

⁸⁶ Artigo assinado por Helvidio Prisco, Idem, 3/01/1915.

⁸⁷ Idem, p.123

⁸⁸ LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: Poder Tutelar, indianidade e formação do Estado brasileiro*. Petrópolis: Vozes. 1995, p.64

grupos políticos mineiros e paulistas, como o Ministério da Aviação e Obras Públicas e o Ministério da Fazenda, que tinha como prerrogativa o estabelecimento de mecanismos responsáveis pelo controle das receitas públicas, inclusive aqueles necessários à Política de Valorização do Café, já que passava pela contratação de empréstimos externos e pela criação de mecanismos monetários de desvalorização cambial.⁸⁹

Entretanto, a disputa pelo MAIC beneficiou-se da conjuntura de sucessão presidencial, quando da concorrência entre Hermes da Fonseca e Rui Barbosa. Não por acaso a instauração deste Ministério se deu na gestão de Nilo Peçanha como vice-presidente em exercício, o qual tivera importante papel como articulador da campanha hermista contra o civilismo de Barbosa. Segundo Mendonça:

Empossado após a morte de Afonso Pena, Nilo Peçanha aproveitaria a oportunidade para lavrar dois tentos: romper manobras paulistas destinadas à escolha de candidato [à presidência] favorável à continuidade da Valorização do Café e instalar o MAIC. Contemporizando com a fração hegemônica, indicaria para o cargo de primeiro titular da pasta o então secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, o cafeicultor, engenheiro e perrepeista histórico, Antonio Cândido Rodrigues.⁹⁰

Portanto, Nilo Peçanha procurou conciliar os interesses dos grupos que o apoiaram de forma a conferir suporte indireto à candidatura de Hermes da Fonseca e se manter no poder, o que teria reflexo, inclusive, no jogo político local em diversos Estados, dentre eles o Maranhão, tema a ser abordado no segundo capítulo desta dissertação. Tendo em vista a necessidade de atender às barganhas políticas – ou produção de consenso - próprias a esta correlação de forças, a escolha de nomes e o quadro dos dirigentes do MAIC atenderiam a tais condições. Desta forma, apesar de ceder aos interesses da SNA, o novo Ministério teve à frente em seus primeiros anos (1910-1913) três paulistas, período que expressa o quadro de relações de forças entre as frações da classe dominante agrária, configurando o que Mendonça denomina de “interlúdio paulista”.

O primeiro nome indicado para Pasta da Agricultura, Indústria e Comércio foi o de Antônio Cândido Rodrigues⁹¹, membro da Sociedade Paulista de Agricultura, que, apesar de se voltar para a defesa da agricultura cafeeira, tinha necessidade de agradar aos defensores de

⁸⁹ Idem, p.122

⁹⁰ MENDONÇA, Sônia R. de. *O Ruralismo brasileiro: 1888 – 1931*. São Paulo: Hucitec.1997, p.126

⁹¹ Antonio Cândido Rodrigues era engenheiro militar, chefe do Serviço de Colonização do Paraná, secretário estadual de agricultura de São Paulo (1900-1903), secretário de agricultura (1908-1909), vice presidente do estado de São Paulo, além de cafeicultor. Cf. MENDONÇA, 1997.

Hermes da Fonseca.⁹² No entanto, tendendo ao apoio civilista, Rodrigues foi substituído por Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda, seguido por Pedro de Toledo, que assinou o regulamento do SPILTN, sendo estes dois últimos os principais articuladores da campanha hermista em São Paulo.

Assim, somente a partir de 1913 consolidou-se a íntima ligação entre a SNA e o Ministério, cuja maioria dos titulares era composta de ex-presidentes daquela entidade da sociedade civil. Segundo Mendonça, a maioria dos ministros que chefiaram o MAIC contava com ao menos uma passagem pelo ensino superior, o que remete ao aludido na primeira sessão deste trabalho, sobre a simbiose entre os campos político e intelectual, sendo 54,5% engenheiros e 27,3% bacharéis. Destaca-se, portanto, o predomínio das profissões de caráter técnico portadoras de *habitus* vinculados ao controle e planejamento do espaço e do homem⁹³. Segundo Mendonça:

Tendo em vista os condicionantes de sua gênese, o Ministério da Agricultura Indústria e Comércio logo revelaria, por seus relatórios anuais, o vasto escopo de sua área de atuação, em plena consonância com as principais questões em pauta no debate ruralista. A preocupação com as temáticas de arregimentação da mão-de-obra rural, do ensino agrícola e da diversificação/ modernização produtiva transformaram-se nos eixos do órgão que, por seu intermédio, procuraria garantir ao Estado poder de ingerência e participação em domínios cada vez mais amplos da agricultura e das relações sociais no campo.⁹⁴

Para a autora, a atuação do Ministério se deu, predominantemente, nas seguintes bases: redistribuir e fixar o “trabalhador nacional”; assistir e incorporar as comunidades indígenas e fomentar a imigração/colonização que se traduziram nos serviços Ensino Agrônômico, no SPILTN e no Serviço de Povoamento, os quais, voltados para fins equivalentes, tratavam de construir e gerir o espaço nacional, além de elaborar uma ética do trabalho agrícola sob a tutela do Estado.⁹⁵ A partir de análise das verbas reservadas ao MAIC pelo orçamento geral da União e sua distribuição dentre os diversos serviços ministeriais, Mendonça observou o favorecimento do Serviço de Indústria Pastoril, do Serviço de Povoamento e Inspeção e, por fim, do Serviço de Fomento Agrícola. Tal quadro expressaria não apenas a diretriz diversificadora da política agrícola, ou seja, da intervenção do Estado em setores não diretamente relacionados ao café, mas também seu engajamento junto às demandas formuladas pela SNA no tocante ao controle da força de trabalho. Segundo moção

⁹² Idem, p.106

⁹³ Idem, p.110

⁹⁴ Idem, p.117

⁹⁵ Idem, p.110

da SNA publicada em *Jornal do Commercio* no ano de 1908:

A Sociedade Nacional de Agricultura, ante o choque das opiniões que sentem dado acerca do modo de vencer a resistência dos silvícolas do interior do país, a penetração do trabalho nacional nas regiões que habitam, e ante a originalidade de algumas dessas opiniões, confia no critério do Governo da nação relativamente ao modo de organizar e orientar os serviços de incorporação dessas tribos à civilização nacional, estabelecendo, por um lado, colônias agrícolas e fomentando a instrução e educação cívica daqueles dentre eles que forem vencidos pelo carinho e pela bondade dos representantes do Estado, e cuja solicitude e paciência se mantenha impecável, sobre o sério serviço de fiscalização e, por outro lado, estabelecendo de modo criterioso e humano de garantir a vida dos funcionários encarregados desta missão civilizadora, excluindo o espírito de represália e de vingança que tem esterilizado tão útil propaganda.⁹⁶

A partir de uma comparação entre as receitas dos diferentes Ministérios no período, apontada por Mendonça e evidenciadas na tabela 1, pode-se inferir o crescimento do aparato militar na Primeira República. A despeito do fato dos maiores receptores de verbas públicas serem o Ministério da Viação e Obras Públicas e o Ministério da Fazenda, verifica-se o cuidado com a Marinha e o Exército, ambos ocupando, juntos, o terceiro lugar no Orçamento da União.⁹⁷

TABELA 1. Despesas da União por Ministério, 1909-1918

Despesa da União por Ministério							
	Agricultura	Exército	Fazenda	Justiça	Marinha	Relações Exteriores	Viação e Obras Públicas
Período	Contos de réis (1:000\$000)						
1909	8.764	76.910	187.819	52.476	55.753	5.877	130.589
1910	20.899	69.226	246.386	48.898	60.196	5.775	172.156
1911	28.649	90.297	245.668	50.277	64.468	5.898	196.956
1912	38.155	96.273	241.052	56.427	73.306	7.285	276.743
1913	35.852	79.207	282.431	54.103	61.360	17.505	232.487
1914	18.307	84.272	315.198	52.791	58.372	7.553	230.208
1915	13.777	77.933	290.056	47.602	44.644	6.662	207.805
1916	10.093	67.651	269.882	45.146	40.180	6.831	240.399
1917	13.409	67.253	373.665	50.600	42.057	6.617	243.643
1918	17.026	97.694	327.897	58.885	45.060	8.155	264.037

Fonte: Série histórica do IBGE (<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>)

⁹⁶ SNA, 1908 - (Moção). *Jornal do Commercio*, 17 de dezembro. Cf. LIMA, 1992.

⁹⁷ MENDONÇA, Sônia R. de. *O Ruralismo brasileiro: 1888 – 1931*. São Paulo: Hucitec. 1997, p.111

Desta forma, verifica-se que a ação estatal na edificação do espaço nacional se deu, concomitantemente, como uma construção política e militar, mas também totalmente imbuída das dimensões econômica - como suporte para atividades produtivas e de mercado - e ideológica - haja vista a identificação de um projeto de formação de uma identidade nacional. Cabe, portanto, pensar o papel do aparato militar para além dos limites de seus Ministérios.

O engenheiro e militar, Marechal Cândido Rondon, respondia pela promoção de políticas de integração por meio da construção de linhas de comunicação no interior do país e defendia uma política estatal laica e republicana, voltada para as populações indígenas, baseada nos ideais positivistas de pacificação desses últimos e sua total incorporação à sociedade “civilizada”, em nome da “integração e do progresso da nação”. Este não só havia se filiado às hostes comteanas, sendo adepto do Apostolado Positivista, como também figurava entre os defensores da ideologia da “vocação eminentemente agrícola do país”, tornando-se um dos sócios da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA).

Segundo Antônio Carlos de Souza Lima, o convite ao Marechal Rondon para implantar o SPILTN partira de Domingos Sérgio de Carvalho, ex-diretor da Seção de Antropologia do Museu Nacional e ex-chefe, nesta mesma instituição, de Edgard Roquete Pinto, engenheiro agrônomo, secretário geral e diretor para assuntos referentes ao álcool, ao Museu da Sociedade e   defesa agrícola da SNA, durante o período de 1900 a 1906 e que, em 1910, assumiria o cargo de consultor técnico do MAIC⁹⁸.

Essa rede de articulação superpunha-se, em parte, àquela envolvida na campanha hermista e suas estratégias de barganha de cargos. Nilo Peçanha, apesar de não pertencer ao Apostolado Positivista, era por este reverenciado como seu Presidente Científico.⁹⁹ Além disso, Rondon fora, quando da sua formação militar, em 1882, amanuense da Secretaria do Segundo Regimento de Artilharia a Cavalos servindo na quarta bateria, cujo comandante era, justamente, Hermes da Fonseca¹⁰⁰. A articulação se dava, ainda, através da intermediação exercida por Mario Barbosa Carneiro, positivista do Apostolado e primo de Horta Barbosa, este último sócio da SNA e que viria a tornar-se Inspetor Chefe da Inspetoria de São Paulo e Mato Grosso do SPILTN. Mario Barbosa também era um dos colaboradores de Rondon na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso e Amazonas (CLTEMGA),

⁹⁸ LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Sobre indigenismo e autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da proteção fraternal no Brasil*. In: Sociedade indígenas e indigenismo. Org. FILHO, João Pacheco de Oliveira. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987, p.168

⁹⁹LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: Poder Tutelar, indianidade e formação do Estado brasileiro*. Petrópolis: Vozes. 1995, p.115

¹⁰⁰Hermes da Fonseca já empossado presidente defende a continuidade da Comissão Rondon frente às críticas de José Joaquim Seabra, então Ministro da Aviação e Obras Públicas. Idem, p. 119

mais conhecida como “Comissão Rondon”, além de Diretor Geral de Contabilidade do MAIC, em todo o período compreendido entre 1910 e 1930.¹⁰¹

Tendo aceitado o convite, Rondon assume a direção do Serviço criado em 1910 para atender à suposta necessidade de empreender a “regeneração agrícola” do país por meio da “extensão da ciência” e do “ensino” ao campo¹⁰², principais itens da pauta de reivindicações dos dirigentes da SNA, de modo a mediar conflitos entre índios, colonos e fazendeiros, para além de gerenciar a ocupação de novos territórios e controlar os trabalhadores rurais e seu acesso à terra.

1.3 O(s) projeto(s) vencedor (es) : as propostas do SPILTIN

O SPILTIN estabeleceu Inspetorias em diversas regiões do país, de maneira a sustentar sua ação em âmbito nacional. As Inspetorias, na maioria das vezes, tinham suas sedes localizadas nos centros urbanos, configurando-se como eixos políticos e de poder, dotados da função de coordenar a ação de seus quadros na instalação do Serviço nas várias unidades da federação, fosse sob a forma de Povoações Indígenas, Postos Indígenas de Atração e Pacificação, fosse sob a forma de Centros Agrícolas. Observa-se que o padrão de relação estabelecido entre a SNA e o MAIC, cujo escalão de titulares foi integrado por presidentes desta entidade da sociedade civil, parece ter sido bastante reforçado com a criação SPILTIN. Sob a direção do Marechal Cândido Rondon, o Serviço contava com um quadro composto fundamentalmente por militares¹⁰³ e engenheiros agrônomos, aprofundando a tendência ao predomínio das profissões de caráter técnico, sendo muitos deles sócios da SNA¹⁰⁴. Seu Regulamento seria aprovado somente em Dezembro de 1911, estabelecendo dentre suas finalidades:

- a) prestar assistência aos índios no Brazil quer vivam aldeados, reunidos em tribus, em estado nômade ou promiscuamente com civilizados;
- b) estabelecer em zonas férteis, dotadas de condições de salubridade, de mananceais

¹⁰¹ LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: Poder Tutelar, indianidade e formação do Estado brasileiro*. Petrópolis: Vozes. 1995, p.115

¹⁰² MENDONÇA, Sônia R. de. *O Ruralismo brasileiro: 1888 – 1931*. São Paulo: Hucitec. 1997, p.139

¹⁰³ Segundo Lima, o oficial militar era tido como estrategista para a “edificação da nacionalidade”. De acordo com a ideologia positivista, o agente privilegiado para realizar a dupla tarefa concernente à delimitação das fronteiras empíricas e simbólicas da nação era o soldado-cidadão. LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: Poder Tutelar, indianidade e formação do Estado brasileiro*. Petrópolis: Vozes. 1995, p.113

¹⁰⁴ O regulamento do Serviço previa que a Diretoria poderia contar com um quadro fixo composto por dois ajudantes técnicos, um agrônomo, um cartógrafo, um desenhista, três primeiros oficiais, três segundos oficiais, três terceiros oficiais, um porteiro, um contínuo e dois serventes, além do corpo de funcionários próprios a cada Inspetoria que teria sido composta por um inspetor chefe, um agrônomo e funcionários extranumerários.

ou cursos de água e meios fáceis e regulares de comunicação, Centros Agrícolas, constituídos por trabalhadores nacionais que satisfaçam as exigências do presente regulamento.¹⁰⁵

Nota-se que o Regulamento da agência impunha categorias genéricas às populações consideradas indígenas, de acordo com o grau de seu relacionamento com a sociedade brasileira. Assim, grupos com menor grau de contato – correspondentes à categoria de “índios selvagens” ou “índios bravos” - eram representados como “nômades” ou “hostis”. Já aqueles que tinham contato mais estreito, eram classificados como “aldeados”, devendo ser agrupados em Povoações Indígenas. Havia também aqueles já reunidos em Povoações Indígenas, denominados “pacíficos” ou “mansos”, além dos que se estabeleceriam junto aos Centros Agrícolas, demonstrando que já estariam totalmente incorporados - ou “elevados” - à categoria de “trabalhador nacional”. Todavia, esse esquema classificatório reproduzia a noção de evolução positivista e, dessa forma, o destino que se atribuía aos índios era sua total subsunção à população de “trabalhadores nacionais”.

No que tange aos índios considerados “hostis”, a estratégia de agrupamento e controle baseava-se, primeiramente, em sua atração e fixação junto a *Postos de Pacificação* e, posteriormente, em seu estabelecimento em *Povoações*. O objetivo era torná-los capazes de produzir e conviver sob as normas estabelecidas pelo Estado e, para isso, usava-se da Educação escolar e da inserção de máquinas e técnicas agrícolas, conforme especificado no Regulamento do órgão:

14º fornecer aos índios instrumentos de música que lhes sejam apropriados, ferramentas, instrumentos de lavoura, machinas para beneficiar os productos de suas culturas, os animais domésticos que lhes forem uteis e quaesquer recursos que lhes forem necessários;

15º introduzir em territórios indígenas a indústria pecuária, quando as condições locais o permitirem;

16º ministrar, sem caracter obrigatório, instrução primaria e profissional aos filhos de índios, consultando sempre a vontade dos paes;¹⁰⁶

As técnicas de interação desenvolvidas pelo SPILTIN baseavam-se no conhecimento acumulado pelas relações estabelecidas pela Comissão Rondon com vários grupos indígenas, e se materializavam de modo que, o local escolhido para o estabelecimento do *Posto de Atração*, fosse acessível, pois se esperava que fosse frequentado por cada novo grupo “descoberto”, possibilitando o contato.¹⁰⁷ Instalado o abrigo provisório do Posto de Atração,

¹⁰⁵ Art.1 do Regulamento do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, 1911

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização brasileira*. Petrópolis: Vozes. 1993.

previa-se a abertura de uma clareira, área de construção de um abrigo para a “defesa” do pessoal do SPILTN dos chamados “ataques”. A expectativa era a de que os indígenas se convencessem de que esses funcionários lhes trariam algum benefício e, para isso, buscava-se construir uma relação de troca com centrada no oferecimento e objetos que eram considerados pelos agentes do SPILTN como “presentes”. Desta forma, roupas, facões e instrumentos de lavoura eram difundidos entre as populações indígenas mais resistentes, vulgarizando-se, justamente com eles, valores simbólicos da sociedade envolvente. Vencida essa primeira etapa, passava-se, então, à chamada fase da “confraternização”.¹⁰⁸ Tratava-se, portanto, da adoção de uma estratégia de produção de consenso.

Para Lima, tais estratégias compunham uma forma de poder baseada na tutela, que, ao mesmo tempo em que excluía, ao criar *Postos Indígenas* aos quais os povos indígenas deveriam se submeter, também incluía populações e terras numa rede nacional de controle dotada de um centro único de poder.¹⁰⁹ O Estado passava, então, a ser o mediador entre essas populações e a sociedade envolvente sendo-lhes atribuídas, de acordo com o regulamento do SPILTN, as seguintes funções:

- 7º exercer vigilância para que não sejam [os índios] coagidos a prestar serviços a particulares e velar pelos contractos que forem feitos com elles para qualquer gênero de trabalho;
- 8º procurar manter relações com médio dos inspectores do serviço de protecção aos índios, velando pela segurança delles, por sua tranquillidade, impedindo, quanto possível, as guerras que entre si mantem e restabelecendo a paz;
- 9º concorrer para que os inspectores se constituam procuradores dos índios, requerendo ou designando procuradores para representá-los perante as justiças do paiz e as autoridades locais;¹¹⁰

Faz-se necessário, portanto, remeter a ideia de exclusão/ inclusão à análise do processo de mercantilização da força de trabalho e da terra que perpassou toda a ação indigenista no decorrer da Primeira República. Observa-se que este binômio não deve ser apreendido em rigorosa oposição, porém como faces constituintes de um mesmo processo, já que a exclusão das condições anteriores de existência dessas populações corresponderia, ao mesmo tempo, a um tipo determinado de inclusão, posto esperar-se dessa mão de obra a qualificação tida como necessária para sua mercantilização. Em outras palavras, essas populações eram expropriadas de sua capacidade autônoma de sobrevivência e de parte do valor produzido por seu trabalho,

¹⁰⁸Relatório do SPILTN, 1916.

¹⁰⁹LIMA, Antonio Carlos de Souza. Um grande cerco de paz: Poder Tutelar, indianidade e formação do Estado brasileiro. Petrópolis: Vozes. 1995

¹¹⁰BRASIL, MAIC. Regulamento do SPILTN. 1911

valor de uso. Todavia, simultaneamente, achavam-se incluídas em um processo mercantil que produziria as formas de pensamento que assegurariam sua manutenção, o que é evidenciado pela constatação, no Regulamento do SPILT, da previsão da emancipação dos Centros Agrícolas.¹¹¹ Para Roberto Cardoso de Oliveira¹¹², foram, justamente, as relações comerciais que passaram a ligar o “mundo indígena” à região socioeconômica na qual estava integrado, fosse com a sociedade, fosse com a economia regional, o que nos leva a supor ter sido o SPILT uma das agências estatais promotoras do processo de mercantilização da vida social dessas populações.

O discurso veiculado por meio da documentação produzida pelo MAIC em nenhum momento explicitava qualquer solução para a problemática da mão de obra que se aproximasse da solução imigrantista subvencionada pelo governo de São Paulo. Mas, ao contrário, este mecanismo era duramente criticado.

O trabalhador nacional impunha-se, por igual, á attenção do Governo, attenta sua condição de quasi abandono em vastas regiões do nosso territorio, ora sujeito ás vicissitudes da vida nomade, ora submettido a um regimen de trabalho a salario ou parceria que járnais foi regulado por lei, podendo elles, entretanto, por suas energias, por sua adaptação ao meio climaterico e pelo trato habitual de nossas principaes culturas, constituir valiosos agentes de producção em zonas até agora desertas. Faltava-lhes o estímulo que vem da posse da propriedade territorial, da garantia de seus direitos, do amparo dos poderes publicos, visando a educação deiles e dos seus filhos, concedendo-lhes, pelo menos, as regalias que se conferem áquelles que nos chegam do estrangeiro vindo cooperar para o nosso progresso economico. Cabia, pois, ao Governo promover a realização das idéas que justificavam o decreto de 20 de Junho de 1910 e, apesar do curto prazo decorrido, entre de Outubro daquellie anno, data da instailação da respectiva Directoria, até ao momento actual, póde-se affirmar que elias têm revelado a firmeza e efficacia dos principios em que repousam. Inestimavel concurso vão prestando os governos locae a esses serviços, quer pelo apoio moral que lhes prestam, quer pela promulgaçãõ de leis concedendo terras para instailaçãõ de povoações indígenas e centros agricolas.¹¹³

Desta forma, em relação à segunda finalidade do SPILT, pautada pela noção tutelar, o estabelecimento dos Centros Agrícolas tratava de fixar trabalhadores rurais/nacionais à terra, de modo a oferecer-lhes terras devolutas em troca de sua atividade produtiva, além de treiná-los segundo os padrões de produtividade de mercado. Quanto às terras oferecidas:

Art. 27. Si os terrenos preferidos para a fundação de um «Centro Agrícola» forem de propriedade do governo do Estado ou do município, o Governo Federal procurará obter-los por doação.
Parapho único. Os Centros Agrícolas serão de preferênciã estabelecidos nos

¹¹¹FONTES, Virgínia. *Reflexões impertinentes*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005. p.43

¹¹²CARDOSO DE OLIVEIRA, R. . *Urbanización y Tribalismo: La Integración de los índios Terêna a una Sociedad de Clases*. Ciudad de México, DF: Instituto Indigenista Interamericano, 1972.

¹¹³BRASIL, MAIC. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio Dr. Pedro Toledo no ano de 1911*, p.54

Estados ou municípios que fizeram á União doação de terrenos nas condições estabelecidas no artigo 24.¹¹⁴

De acordo com o Regulamento, os indivíduos que não tivessem cometido crimes, que atendessem à faixa etária compreendida entre vinte e um e sessenta anos de idade e fossem dotados de capacidade física e aptidão para o trabalho, eram considerados aptos a serem acolhidos por um Centro Agrícola. Entretanto, dava-se preferência aos chefes de família, prevendo-se que, ao se voluntariar, o trabalhador rural receberia transporte para si, sua família e bagagem até o Centro, onde seria munido de ferramentas, plantas, sementes, três meses de assistência financeira e um ano de assistência médica. O governo também se disponibilizava a realizar empréstimos, depois de decorridos os três meses de auxílios previstos. Além disso, previam-se as seguintes disposições:

O Governo Federal estabelecerá nos Centros Agrícolas escolas primarias com curso diurno e nocturno, officinas, campos de experiência e de demonstração, com aprendizado agrícola, depósitos de instrumentos de lavoura e de animaes reproductores mais adequados á zona: animaes de trabalho para serem utilizados pelos trabalhadores localizados durante os primeiros seis mezes de sua installação, a juízo do director do Centro: bem assim as installações necessários para e beneficiamento dos productos da lavoura local.¹¹⁵

Em troca, a prerrogativa era a de que esses trabalhadores exercessem suas atividades em lotes de vinte a cinquenta hectares, aos quais teriam acesso por meio da compra:

Art. 28. Os trabalhadores nacionaes poderão adquirir os lotes que lhes couberem, mediante pagamento immediato ou dentro do prazo de sete annos, a contar da data da sua installação no Centro, cabendo-lhes, conforme a hypothese, titulo definitivo ou provisório da propriedade¹¹⁶.

O preço dos lotes, compreendendo a casa, seria estabelecido pelo titular do MAIC de acordo com a proposta do diretor do SPILTN. Ainda assim, estava vedado ao trabalhador arrendar, vender ou hipotecar o lote, bem como gravar sobre ele qualquer contrato, até que obtivesse o título definitivo de propriedade. E, mesmo após isso, somente poderia vender ou arrendar o lote a indivíduos que passassem pelo juízo do diretor do Serviço e com a aprovação do Ministro¹¹⁷. Visando incentivar a produtividade do trabalho, previa-se “prêmios” que estimulassem a quitação das dívidas do trabalhador rural para com o Estado. Assim, tão logo fossem expedidos todos os títulos de propriedade dos lotes, emancipar-se-ia o Centro Agrícola,

¹¹⁴BRASIL, MAIC. Regulamento do SPILTN,1911

¹¹⁵BRASIL, MAIC. Regulamento do SPILTN,1911

¹¹⁶BRASIL, MAIC. Regulamento do SPILTN,1911, Art.28

¹¹⁷BRASIL, MAIC. Regulamento do SPILTN,1911, Art. 44

dando por encerrado o regime da tutela estatal. Desta forma, o Estado instituía-se, ele próprio, no construtor e gerente de um verdadeiro “banco de terras” e de mão de obra.

Segundo relatório do MAIC, o primeiro Centro Agrícola fora instalado na Bahia em 1913, situado no município de Entre Rios e denominado Centro Agrícola Sabino Vieira, o que acarretou em mais de cinco mil hectares da fazenda Aurora, sob o controle do Estado¹¹⁸. Aparentemente não foram muitos os que aceitaram a oferta para se estabelecer em Centros Agrícolas. Todavia, em 1918, este Centro em particular contava com sessenta e seis famílias e uma população total de 457 pessoas, além de uma significativa produção de milho, mandioca, tabaco, feijão, açúcar e algodão.

Do ano da inauguração do SPILTIN até 1918, foram implantados outros Centros Agrícolas sendo eles, o Centro Agrícola de Alcântara (Maranhão), o qual será abordado no terceiro capítulo; o Centro Agrícola David Caldas (Piauí); o Centro Agrícola de Laranjeiras (Sergipe); o Centro Agrícola de Mamanguape (Paraíba); o Centro Agrícola de Água Preta (Pernambuco); o Centro Agrícola de Porto Real e Colégio (situados em Alagoas).¹¹⁹ Já com relação ao número de ocupantes desses Centros Agrícolas e ao montante de lotes distribuídos, as informações fornecidas pelos relatórios ministeriais são bastante esparsas, conforme demonstra a Tabela 2. Sabe-se que, em 1914, os quatro primeiro Centros citados - localizados na Bahia, Maranhão, Piauí e Sergipe - totalizavam seiscentas famílias, porém foi possível localizar qualquer informação acerca do número de integrantes de cada uma delas.

No que tange à população indígena, o aspecto fundiário da política em questão previa seu assentamento em terrenos da União, fossem terras devolutas ou terras cedidas por Estados e/ou municípios. Diferentemente dos “trabalhadores nacionais” instalados nos Centros Agrícolas, os indígenas estabelecidos em *Povoações* e *Postos Indígenas* teriam assegurado apenas o usufruto do terreno, sendo-lhes negada a propriedade, e não lhes sendo permitida a venda ou qualquer tipo de contrato sobre as terras.

¹¹⁸BRASIL, MAIC, Relatório, 1917, p.264

¹¹⁹BRASIL, MAIC, Relatório, p.177

TABELA 2. Situação dos Centros Agrícolas Sabino Vieira (BA), David Caldas (PI) e Alcântara (MA) - 1916, 1917 e 1919

Centros Agrícolas	1915	1916	1917	1918	1919
Sabino Vieira (BA)	-	Famílias: 108 Indivíduos: - Espaço ocupado:--	Famílias: - Indivíduos: 68 Espaço ocupado:--	-	Famílias: 76 famílias Indivíduos: 448 Espaço ocupado: 108 lotes demarcados (de 2160 a 5000 hectares);
David Caldas (PI)	-	Famílias: 138 Indivíduos: 653 Espaço ocupado: -- (esperava-se 403 famílias , 2528 indivíduos, provenientes da seca)	Famílias: 208 Indivíduos: 864 Espaço ocupado:--	-	Famílias: - Indivíduos: - Espaço ocupado: -- 216 hectares ocupados (de 5 a 10 lotes)
Alcântara (MA)	-	Famílias: 500 Indivíduos: -- Espaço ocupado:--	-	-	Famílias: -- Indivíduos: -- Espaço ocupado: 30 lotes ocupados cada um com área aproximada de 10 léguas em quadrado;

Fonte: Brasil, MAIC, *Relatórios* de 1917, 1918 e 1923

Nota-se, portanto, por meio do projeto do SPILT, a conjugação entre a política fundiária e a política para mão de obra. O ideário republicano de um país positivo e civilizado, em pleno rumo ao progresso, harmonizava-se com os interesses de frações das classes dominantes agrárias de distintas regiões – particularmente das regiões do Norte e Nordeste – em manter a disciplina e o controle do trabalho, dos trabalhadores e da terra. Tratava-se, então, de um projeto disciplinar que instituía a figura do cidadão e do “nacional”, agregadas à ideologia do trabalho livre com caráter edificante de novos comportamentos e atitudes.¹²⁰ A valorização da disciplina, da moralidade, da vida regrada e da organização eram aspectos da vida cotidiana que deveriam ser reestruturados para o trabalhador agora “livre” e que seriam garantidos pelas edificações do SPILT.

¹²⁰RIOS, Ana Maria Lugão. *Campesinato negro no pós-abolição: repensando o coronelismo, enxada e voto*. São Leopoldo: Caderno IHU Idéias. UNISINOS. n.76. 2007.

CAPÍTULO 2

PROJETOS, DISPUTAS E FRAÇÕES DA CLASSE DOMINANTE AGRÁRIA: O CASO DO MARANHÃO

Palco de processos históricos que remontam ao período colonial, caracterizados pelas disputas por terra, mão de obra e poder político, além de ser marcado por relações interétnicas conflituosas - como o exemplo da Rebelião do Alto Alegre (1901)¹²¹ - o Estado do Maranhão abrigava diversos grupos indígenas, dotados de diferentes chefes, de variadas etnias e que interagiam entre si e com diversos setores da sociedade local de modo a, dependendo de seus interesses, se aproximarem ou afastarem desencadeando um complexo quadro de relações sociais.

Essa mesma região também protagonizou a formação de inúmeros quilombos que cederam e resistiram às tropas oficiais, formando um campesinato negro que interagia, muitas vezes conflitivamente, com os distintos grupos indígenas, colonos, fazendeiros e trabalhadores rurais.¹²² Com a inauguração da República, e diante de tal cenário, a instalação de um órgão estatal que se ocupasse de mediar conflitos situados em contextos majoritariamente dominados por frações políticas caudatárias do chamado “coronelismo”, evidencia a imperiosa dimensão estratégica da incorporação de populações etnicamente diferenciadas em um Estado-Nação, além de proporcionar ao Estado o poder de atuar junto a domínios cada vez mais amplos da agricultura e das relações sociais no campo, como resultado de pressões de grupos políticos-econômicos locais, cujas demandas estavam em consonância com a pauta do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. O presente capítulo analisa o processo de instalação do SPILTAN no Maranhão considerando a relação entre a proposta do órgão indigenista, as demandas das frações da classe dominante local e as tensões decorrentes deste processo. Para tanto, busca-se identificar os grupos/indivíduos que disputavam o cenário político e econômico Maranhense, seus respectivos interesses e o modo como se organizavam em torno a distintos projetos para o campo, especialmente no tocante à mão de obra, relacionando-os ao contexto político e econômico nacional.

2.1 Produção agrícola, terra e trabalho no Maranhão: breve análise de conjuntura (1910-

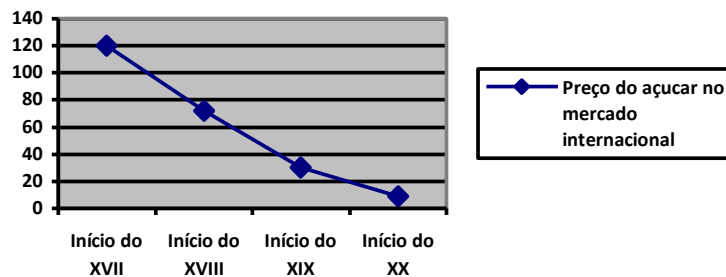
¹²¹ Em 1901 cinco padres franciscanos e nove freiras que dirigiam uma missão de catequese dos índios Guajajara, em Alto Alegre, Município de Barra do Corda, Maranhão, foram trucidados pelos índios revoltados com a separação de pais e filhos, moças e rapazes. A represália imediata, contra inocentes e culpados, revestiu-se de requintes de crueldade da parte de sertanejos e índios Canelas, para isto aliciados. RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis, Vozes, 1977.

¹²² Flávio Gomes, em *Experiências Atlânticas. Ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação*, expõe uma série de conflitos entre indígenas e quilombolas na região do Turiaçu-Gurupi no séc. XIX.

1918)

No que tange aos principais produtos de exportação do Maranhão até inícios do século XX, o açúcar e o algodão, ambos estruturados nos padrões da *plantation*, percebe-se a perda da competitividade desses gêneros, mediante a queda de seus preços no mercado internacional e a conseqüente reconversão de seu fluxo para o mercado interno. Segundo Wilson Cano, o preço do açúcar - que representava cento e vinte libras por tonelada no início do século XVII - despencou em 40%, atingindo setenta e duas libras por volta de 1710. Já no início do século XIX, o valor do produto atingiria cerca de trinta libras, o equivalente a 25% do valor cotado no século XVII, chegando a valer nove libras no início do século XX, ou seja, 7,5% do preço cotado no século XVII¹²³.

GRÁFICO 1. Preço do açúcar por tonelada no mercado internacional



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 3a ed. São Paulo, Hucitec, 1990.

Acentuada queda, demonstrada no gráfico acima, segundo Cano, decorreu do aumento da competição devido à reorganização da produção nas Antilhas, pela expansão da produção cubana e pelo aumento de importância da produção de beterraba que, no início do século XX, atingiram 75% do mercado mundial, restando ao açúcar produzido no Brasil a opção pelo mercado nacional¹²⁴. Mediante tal cenário de competição mundial, a produção maranhense de açúcar adquiriu profundas marcas. Segundo Flavio Reis, o declínio da produção de açúcar exportável expressou a perda da importância da grande unidade produtiva no setor rural local, aliado à insolvência financeira desse setor.¹²⁵

¹²³ CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 3a ed. São Paulo, Hucitec. 1990

¹²⁴ Idem, p.93

¹²⁵ REIS, Flavio Antonio Moura. *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão (1890-1930)*, Unicamp, 1992

O cenário da cotonicultura maranhense, em fins do XIX e início do XX, não seria distinto. A produção local enfrentava a concorrência do mercado mundial, principalmente do produto norte-americano que, por apresentar maiores níveis de produtividade, alcançava menores preços no mercado. Desta forma, também este setor passaria a se reorientar para o mercado interno. Observa-se que é neste período que se verifica a expansão da indústria de tecidos em São Luis, que encontrava em seus próprios arredores sua principal matéria prima. Segundo Cano, “já no final do século [XVIII] a indústria têxtil brasileira, consumia cerca de 60% do algodão produzido no país, e sua acelerada expansão entre 1900- 1920, faria com que o algodão nordestino passasse agora a ter no mercado interno a fonte da sua expansão”.¹²⁶

Tais alterações no setor produtivo local, também podem ser identificadas na oscilação da Balança Comercial maranhense que entre 1911 e 1913 acumulou déficits. Observa-se que entre 1908 e 1912 - período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, cuja conjuntura favoreceu a expansão do comércio maranhense¹²⁷ - a tendência à retração da exportação se manteve, devido principalmente aos preços do algodão no mercado internacional, enquanto o comércio interestadual permaneceu em alta, recebendo impulso com o aumento da produção de arroz.¹²⁸

Segundo Reis, o cenário econômico, que marcou o período compreendido entre fins do século XIX e meados dos anos 1930, caracterizado pela reorientação da produção local e pela desagregação da produção aliada à grande propriedade - mediante o qual se (re) orientavam as frações de classe dominantes e dominadas do Maranhão -, expressa um longo processo estrutural de integração da produção local ao mercado nacional. O que, para o autor, pode ser explicado em parte como consequência da descapitalização dos produtores rurais, da falta de mão de obra e da grande margem de endividamento dos grandes proprietários para com os comerciantes locais.

O autor caracteriza este contexto da economia maranhense como um sistema econômico dominado pelo capital mercantil, com as grandes casas comerciais comandando a acumulação de forma a combinar investimentos na produção agrícola e extrativista, com investimentos urbanos. Muitos dos antigos proprietários rurais teriam perdido sua capacidade de se manter como grandes produtores, transformando-se em agentes da comercialização

¹²⁶ CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 3a ed. São Paulo, Hucitec. 1990, p.94

¹²⁷ A conjuntura da Primeira Guerra Mundial incrementou a balança comercial do Maranhão de tal modo que esta passou de 19%, entre 1911 e 1913, para 43% entre 1919 e 1923, quando o algodão, o tecido, o arroz, a farinha e couros experimentaram grande valorização. Acrescenta-se a esses gêneros a entrada de Babaçu no mercado de óleos vegetais que, segundo Meireles, vislumbra pela primeira vez no orçamento do Maranhão em 1916, se colocando como importante fonte de receita fiscal. MEIRELES, Mario M. *História do Maranhão*. D.A.S.P., 1960, p.325

¹²⁸ Idem, p.338.

interna e intermediários nas relações entre as casas exportadoras e pequenos plantadores. Nesse sentido observa-se, no período analisado, a imbricação do capital mercantil com o capital produtivo, verificando-se que seus principais agentes participavam e compartilhavam os interesses de ambos os setores. Tal imbricação pode ser percebida, sobretudo, a partir da atuação da Associação Comercial do Maranhão (ACM), cujos sócios tinham interesses diretos nos setores agrícola, industrial, comercial e bancário.

Segundo análise de Flávio Reis, mediante a crise da produção para exportação, dois fatores teriam sido determinantes para as transformações das relações terra / trabalho no Maranhão: as secas do Nordeste semiárido (1887, 1888 e 1900) e a expansão da borracha na Amazônia, que teria crescido vertiginosamente entre finais do século XIX e a I Guerra Mundial. Tais fatores possibilitaram um aprofundamento no processo de fixação de homens livres em pequenas plantações localizadas no interior das grandes propriedades ou em terras devolutas, o que configuraria um quadro de dificuldades para os grandes proprietários em estabelecer relações de dominação com a maioria da população livre. Segundo o autor:

Criou-se um fluxo de mão de obra, onde muitos nordestinos assentaram-se em terras férteis do Pará e Maranhão ampliando a fronteira agrícola. No caso do Maranhão esse fluxo foi fundamental na definição de um novo tipo de estrutura produtiva no meio rural. A abundância de terras dificultou o recrutamento dos homens livres para o trabalho nas grandes fazendas, sendo este o principal motivo da pecha de “sertanejos vadios” que os acompanhou por vários anos. (...) ¹²⁹

Tal quadro que implicaria, por parte dos proprietários rurais, em dificuldades para manutenção dos padrões de exploração do trabalhador rural, o que é tratado pela literatura da época como um quadro de escassez de mão de obra que aliado ao alto custo do sistema de escoamento da produção seriam aspectos definitivo para a decadência da *plantation* agroexportadora. Sobre o escoamento da produção Barbosa alerta:

(...)o transporte fluvial nos grandes rios – Itapecuru, Mearim, Pindaré – que cortam o estado e deságuam no golfo maranhense, em São Luís. À medida que a fronteira agrícola se distanciava das margens desses rios, eram maiores as dificuldades operacionais e os custos para o deslocamento da produção ¹³⁰.

A análise de Barbosa condiz com as práticas discursivas de políticos maranhenses na

¹²⁹ REIS, Flavio Antonio Moura. *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão (1890-1930)*, Unicamp, 1992, p. 18

¹³⁰ BARBOSA, Francisco Benedito da Costa. *Contribuição da economia algodoeira e cafeeira ao desenvolvimento do Maranhão e de São Paulo*. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 3, set./dez. 2005. p.598

época e que serão analisadas posteriormente. Para Reis, a subordinação da mão de obra livre à agricultura mercantil teria sido efetivada por meio da sua integração ao circuito de financiamento que “repassava para o pequeno produtor as antigas relações de endividamento entre os grandes proprietários rurais e os comerciantes exportadores”¹³¹, além do controle sobre as máquinas de beneficiamento primário, de instrumentos de trabalho e gêneros de consumo, o que foi reforçado e aprofundado pelas práticas do SPILT¹³². Nesse processo, a despeito do declínio da exportação de açúcar e algodão, crescia a produção de gêneros diversos, - tal qual defendia a SNA - como arroz, mandioca e milho, praticada sob o sistema da pequena plantação e orientada para o mercado interno.

O declínio das grandes plantações foi acompanhado da multiplicação de pequenas unidades localizadas no interior das grandes propriedades ou na vasta extensão de terras devolutas. O primeiro caso predominou nas regiões de ocupação mais antiga e maior densidade populacional, como Itapecuru, enquanto o segundo tornou-se típico de toda região de fronteira agrícola, a partir do médio Mearim, no sentido Oeste.¹³³

O quadro econômico e fundiário de início do século XX expostos acima, que tem como cerne o reordenamento produtivo na região, teria acirrado os debates locais acerca do controle do acesso à terra e à mão de obra, bem como ao papel do Estado, tendo expressão direta nas disputas em torno da representatividade política e da correlação de forças estabelecida pelas frações da classe dominante locais. Ocorre, portanto, um processo de reacomodação dos interesses e estratégias adotadas pelas sociedades civil e política maranhenses¹³⁴, o que será analisado na próxima sessão.

2.2 Breve análise da política formal no Maranhão (1910-1918)

Em artigo que trata do cenário da Primeira República no Maranhão, Maria das Graças do Nascimento Prazeres e Francisco Alcides do Nascimento chamam atenção para alguns aspectos bastante elucidativos no que tange ao *habitus* e às formas de organização das frações

¹³¹ Idem, p.15 e p.19

¹³² Consta a análise das práticas do SPILT¹³² no Maranhão no terceiro capítulo dessa dissertação.

¹³³ Idem, p.17

¹³⁴ No que tange ao conceito de *sociedade civil*, de acordo com a interpretação de Antonio Gramsci, esta é inseparável da noção de totalidade e, portanto, está ligada ao terreno das relações sociais de produção, às formas sociais de produção da vontade e da consciência e ao papel que exerce o Estado. Na concepção deste autor, é a partir do mundo da produção que são produzidos interesses, antagonismos, e que se forjam as conjunções de interesses e vontades. A sociedade civil se configura, então, como um momento de organização, cuja mediação implica nas relações de produção e na construção do Estado.

da classe dominante agrária local. Segundo os autores, a formação dos grupos políticos, em inícios do século XX, estava diretamente relacionada às famílias de grandes proprietários rurais que se instruíram em centros de produção e difusão de saber, como as já citadas escolas de Direito de Recife e São Paulo e a de Medicina da Bahia, locais onde ocorriam profícuos debates acerca do pós-abolição já mencionados no primeiro capítulo dessa dissertação, tendo-se especializado em funções administrativas e políticas. Assim, nota-se que, ao mesmo tempo em que os principais atores do cenário político formal maranhense eram formados em meio aos debates do pós-abolição, simultaneamente, os construíam e os vivenciavam enfrentando a questão da mão de obra, da terra e do papel do Estado, como portadores de uma origem de classe agrária cujos interesses dependiam dessas definições, conforme verifica-se nas tabelas 3 e 4

Dentre os alunos formados pela Faculdade de Direito de Recife constam alguns governadores do estado do Maranhão na Primeira República, tais como Benedito Leite (turma de 1882), Luís Domingues (turma de 1883), Artur Colares Moreira (turma de 1888), entre outros.¹³⁵ Todos eles desempenharam papel de fundamental importância para a compreensão dos arranjos locais que definiriam as práticas relacionadas à implantação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais no Estado. Segundo Prazeres e Nascimento,

A República chegou ao Maranhão como uma cisão das oligarquias e facções políticas que comandaram a política local, principalmente, nas últimas décadas do regime monárquico, representada por uma nova geração de políticos que formados em Direito, possibilitou a emergência do político de carreira, personagem que dominou os momentos iniciais da história política local. Na realidade, o que se viu por parte das oligarquias locais foi uma busca de legitimar seu domínio através do diploma de bacharel em Direito, que fez com que muitos filhos ou até mesmo patriarcas frequentassem as aulas em centros universitários fora do Estado.¹³⁶

A conclusão dos autores resulta na inoperância de argumentos que dissociam a figura política, burocrática, e/ou profissional dos interesses de classe. Vale lembrar que a base produtiva da região ainda era fortemente agrícola, mesmo com a inserção de novas bases, como a mercantil e a industrial, já que estas imbricavam-se intimamente.

Na concepção de Reis, é entre as décadas de 1850 e 1860, que se inicia a definição dos

¹³⁵CORRÊA, Rossini. *Formação social do Maranhão: O Presente de uma arqueologia*. São Luís: SIOGE, 1993, p.155

¹³⁶PRAZERES, Maria das Graças do Nascimento, NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *História e política: uma análise do cenário político maranhense na primeira república*. II Seminário de Sociologia e Política. UFPR, 2010. Anais do Evento.

atores políticos da Primeira República neste Estado, trazendo à cena a afirmação do padrão de carreira política que transformava a formação acadêmica em valioso capital simbólico e político¹³⁷. Nesse período, o quadro político partidário local – em sua acepção tradicional - expressava-se pelas diferenças entre os Partidos Liberal e Conservador. Entre as hostes liberais, figurava João Pedro Dias Vieira - cujo filho, Manuel Ignácio Belfort Vieira¹³⁸, fora membro e diretor da Associação Comercial do Maranhão em 1889 e sócio, junto com Benedito Leite, da Usina Joaquim Antonio até 1911, além de integrante da Comissão Fiscal do Banco do Maranhão - e Carlos Fernando Ribeiro (Barão do Grajaú), formado pela escola de Direito de Recife e um dos mais destacados proprietários de engenho da Baixada¹³⁹. Entre os conservadores estava Silva Maia, médico e proprietário rural, entre outros.

TABELA 3.

Trajetórias de algumas principais figuras políticas do Maranhão até a metade do séc.XIX

Nome	Partido	Formação acadêmica	Base econômica	Observações
João Pedro Dias Vieira	Partido liberal	Direito- São Paulo	Proprietário Rural	Pai de Manoel Belfort Vieira.
Antônio Marcelino Nunes Gonçalves	Partido liberal		Proprietário Rural	
Felipe Franco de Sá	Partido liberal	Direito- Recife	Proprietário Rural	

¹³⁷ Cf. Reis, 1992, p. 19

¹³⁸ Manuel Ignácio Belfort Vieira teria apresentado à Câmara Federal, em 1905, projeto que previa medidas protecionistas ao arroz maranhense ao recomendar a taxaço de cento e sessenta Réis por quilo de arroz importado. MARQUES, César Augusto. *Dicionário Histórico Geográfico da Província do Maranhão* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Cia. Editora Fon-Fon e Seleta, 1970.

¹³⁹ Barão do Grajaú foi criado pelo irmão Tenente Coronel Antonio Onofre Ribeiro, uma das principais figuras do partido liberal maranhense. Formou-se em direito na escola de Olinda, em medicina na Filadélfia e em agronomia no Yale College. Fundou o mais importante estabelecimento açucareiro o Engenho de Jirijó. Orientou e redigiu *A imprensa* (1857-1862), *A moderação* (1856-1859) e *O progresso* (1854-1866), antagonista do senador Gomes de Castro que defendia o Francisco Araujo de Castro “o cristo de Grajaú”.

Nome	Partido	Formação acadêmica	Base econômica	Observações
Carlos Fernando Ribeiro (Barão do Grajaú)	Partido liberal	Direito - Recife; Medicina - Filadélfia; Agronomia - Yale College	Fundou o mais importante estabelecimento açucareiro o <i>Engenho de Jirijó</i>	Barão do Grajaú foi criado pelo irmão Tenente Coronel Antonio Onofre Ribeiro, uma das principais figuras do partido liberal maranhense; Orientou e redigiu <i>A imprensa</i> (1857-1862), <i>A moderação</i> (1856-1859) e <i>O progresso</i> (1854-1866); Antagonista do senador Augusto Gomes de Castro que defendia o Francisco Araujo de Castro, “o cristo de Grajaú”.
Silva Maia	Partido Conservador	Médecina - Faculdade Bahia	Proprietário Rural	
Luís Antônio Vieira da Silva	Partido conservador	Heideberg - Direito	Proprietário Rural	

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do site do senado (www.senado.gov.br), do jornal *A Pacotilha* e REIS, 1992.

Segundo Flávio Reis, o quadro das lideranças políticas locais, nesse período, se consolidara a partir de duas características diversas. Havia lideranças, como Barão do Grajaú, que se empenhavam na sociedade política de forma subsidiária, exercendo influência nas decisões dos diretórios regionais dos partidos¹⁴⁰ e, ainda, lideranças com extensa atividade na administração pública e na representação política em âmbito federal e para os quais o diploma universitário teria adquirido um valor simbólico distintivo e essencial para o exercício dos cargos. É este segundo grupo que vai se assenhorear das “rédeas” do Estado restrito na primeira metade do século XX.

Desta forma, um caminho frequente para a obtenção de interesses particulares na esfera da sociedade política explorado pelos proprietários rurais se dava, muitas vezes, pela indicação de outro membro da família para a “sucessão” política e o exercício de funções administrativas de maior visibilidade. Logo, a trajetória mais usual entre aqueles que aspiravam à carreira política iniciava-se através dos bancos das faculdades, passava por cargos públicos na Justiça, Polícia, entre outros e, finalmente, se erigia como ator político exponencial, padrão este que se perpetuou ao longo das décadas iniciais da República. Assim,

¹⁴⁰REIS, Flavio Antonio Moura. *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão (1890-1930)*, Unicamp, 1992, p.36

era comum aos profissionais liberais utilizar o cargo público como trampolim para a carreira política, prática que continuou a ocorrer mesmo após a aprovação dos decretos que restringiam a elegibilidade, como o que ficou conhecido como “Lei Saraiva” de 1881, quando se estabeleceu a incompatibilidade entre o cargo público e a candidatura política para os distritos onde a função fosse exercida¹⁴¹.

No entanto, tais estratégias não apontam para uma mudança na base produtiva das lideranças políticas locais, demonstrando, ao contrário, o aprofundamento e complexificação da imbricação de interesses particulares e coletivos junto à sociedade política. Em termos de origem social, a grande maioria dos políticos que também eram profissionais liberais provinha de famílias de grandes proprietários rurais, representando, portanto, seus interesses. Para Reis,

(...) de um lado parece ser apenas um setor instruído e especializado nas funções da administração e da política que se destaca de famílias de grandes proprietários rurais, onde está sua origem social; de outro, o seu fortalecimento está intimamente ligado a uma utilização patrimonial do Estado, ao controle das nomeações dos cargos públicos e ao trânsito de que desfruta na administração federal.¹⁴²

Durante as décadas de 1860 e 1870 observou-se o surgimento de dissidências, consequência do aumento das tensões intra classe dominante. Tal fenômeno é, em parte, explicado por Flávio Reis a partir do fortalecimento da nova geração de políticos de carreira, com importantes relações no âmbito do executivo e seus ministérios, como Gomes de Castro e Felipe Franco de Sá, que tentam se livrar das antigas lideranças formando novos partidos¹⁴³.

Esse período coincide com o processo de crise do modelo da *plantation* exportadora e, portanto, há que se destacar a crescente importância da pressão do capital empresarial (bancário, comercial, industrial) no âmbito político que é expressa, principalmente, pela atuação da Associação Comercial do Maranhão. Tal aparelho privado de hegemonia estava intimamente associado aos interesses de alguns dos grandes produtores rurais que diversificaram seu capital em finais do século XIX, conforme exposto anteriormente.

Segundo Reis, esse processo de divisão e fragmentação dos grupos políticos locais, culminou em finais de 1880 quando da retração da produção de exportáveis e de

¹⁴¹ A reforma conhecida como "Lei Saraiva", eliminou a eleição em dois turnos, introduzindo a voto direto e facultativo e permitiu os votos dos libertos, assim como o dos não católicos. Além disso, ampliou as incompatibilidades eleitorais (inelegibilidades), impossibilitando que empresários de obras públicas, vigários e bispos pudessem concorrer em suas próprias paróquias e estabeleceu que funcionários públicos eleitos fora de seus distritos, não poderiam exercer cargos, receber salários ou serem promovidos enquanto da duração do mandato.

¹⁴² Reis, Flavio Antonio Moura. *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão (1890-1930)*, Unicamp, 1992 p.36

¹⁴³ Idem p. 23

reordenamento da economia maranhense - em decorrência da crise do sistema econômico exportador e do enfraquecimento do grande produtor rural-, conjugou-se com o advento da República. Estabelecia-se, então, uma nova hierarquia de lideranças que mediarão as relações entre o estado restrito e seus âmbitos Estadual e Federal. Ou seja, um novo rearranjo na correlação de forças vigente entre as frações da classe dominante locais estava em gestação.

Para o autor, no bojo desta reorganização das relações de dominação já nos moldes do Estado Republicano, pode-se perceber dois marcos estabelecidos no âmbito do Estado restrito regional: a reforma constitucional do Estado do Maranhão em 1898 e as alterações entre as divisões tributárias para Estado e Municípios, concluídas em 1908, modificações que ampliaram a dependência financeira do municípios frente ao Tesouro Estadual e, conseqüentemente, as barganhas políticas pela liberação de verbas. Ampliou-se igualmente a dependência política entre ambas as esferas de poder, aprofundando as possibilidades de imprimir ao Estado restrito regional interesses particulares de uma determinada fração de classe dominante.¹⁴⁴

Esse período é também caracterizado pela aceleração da renovação interna dos grupos políticos locais, pois além da morte de velhos líderes, como Barão do Grajaú em 1889, a geração nascida entre 1850 e 1860 passava a ocupar e desempenhar papel central na correlação de forças. Dentre eles, os já citados Luís Domingues, Benedito Leite, Urbano Santos, Costa Rodrigues, Belfort Vieira, Casimiro Dias Vieira Jr. e Francisco da Cunha Machado. A Tabela 4, a seguir, ilustra alguns destes aspectos.

¹⁴⁴ No que tange a organização eleitoral destaca-se o veto ao voto distrital em eleições estaduais que acabou atrelando a Câmara ao Governo de Estado. Além disso, em 1904, entra vigor a Lei Rosa e Silva que estabelecia o voto de lista incompleta e 1/5 das trinta cadeiras do Congresso Estadual e duas das sete da bancada maranhense na Câmara dos Deputados ficaram reservadas à oposição. Quanto a questão tributária, alterou-se a Lei Orgânica dos Municípios de 1892, que garantia ampla autonomia política e financeira as câmaras na partilha do tributo, de modo que o governo do Estado se apropriou de impostos inicialmente pertencentes às câmaras, como os de consumo e saída de produtos do município, e repartiu alguns outros que pertenciam totalmente aos municípios, como os que incidiam sobre a indústria e profissões. A dependência política foi consolidada com a Reforma de 1898, a qual estabelecia que as Câmaras Municipais deveriam submeter cópias de suas decisões ao Governo Estadual. Também criou-se uma comissão estadual para verificar leis municipais com poderes de anulação, além do conjunto de medidas que englobava a proibição da organização de milícias nos municípios, cujo policiamento deveria ser feito pela força pública estadual, por lei aprovada em 1900. Posteriormente, foi criada uma guarda civil para o policiamento da capital e do interior com soldados pagos pelo Estado. Retirava-se, então essas funções do controle direto de chefes locais. *Ibidem*, p. 53 - 55

TABELA 4. Trajetórias de algumas figuras políticas do Maranhão – Primeira República

Nome	Benedito Leite	Luís Antonio Domingues da Silva	Mannel Bernadino da Costa Rodrigues	Francisco da Cunha Machado	Manoel Inácio Belfort Vieira
Base econômica	Sócio da <i>Usina Joaquin Antonio</i>	Proprietário Rural	Proprietário Rural	Proprietário Rural	Sócio, junto com Benedito Leite, da <i>Usina Joaquin Antonio</i> até 1911; membro do comissão fiscal do Banco do Maranhão; Acionista da Companhia Fluvial Maranhense;
Cargos políticos	Deputado Estadual 1895-1897 /1898-1900); Deputado Federal (1892-1893/-1894-6); Governador (1900-9)		Deputado Geral - 1885 a 1885; Deputado Federal - 1891 a 1913; Senador - 1915 a 1924 e 1924 a 1930;	Deputado Federal - 1904 a 1923; Senador - 1923 a 1930;	Deputado Federal - 1891 a 1892 Governador - 1892 a 1892 Governador - 1892 a 1897 Senador - 1897 a 1900 Senador - 1900 a 1909
cargos público	Promotor público, Juiz Municipal e Inspetor do Tesouro Público			Promotor Público de Grajaú e Alcântara; Promotor Público de São Luís; Juiz Substituto de São Luís; Desembargador do Supremo Tribunal de Justiça; Chefe de Polícia e Delegado de São Luís; Juiz de Direito do Brejo.	Inspetor dos Estabelecimentos Navais; Comandante da Divisão de Couraçados; Inspetor de Máquinas ; Comandante da Divisão de Cruzadores ;Capitão-Tenente ;Superintendente dos Portos da Costa; Ministro da Marinha (1912-1913);
Formação acadêmica	Direito - Recife (1882)	Direito - Recife (1883)	Medicina - Bahia	Direito - Recife	Marinha da Guerra- Escola Naval (RJ)
Partido			Partido Republicano Federal		
nascimento/falecimento			1853-1929	1860-?	1854-1913
Observações	Consolidou-se como líder político local entre 1892 e 1897;		Fundador do Jornal <i>A Pacotilha</i>		Sócio e diretor , em 1889, da Associação Comercial do Maranhão;

Nome	José Eusébio de Carvalho Oliveira	Urbano Santos	Christino Cruz
Base econômica		Dono de <i>Engenho de Cana</i> no Município de Rosário	Dono do <i>Engenho D'água</i> , situado a margem da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeira, e da <i>Fazenda Penedo</i> , indústria de laticínios situada no sul do país; Acionista da Companhia Fluvial Maranhense;
Cargos políticos	Governador - 1892 a 1897; Deputado Federal - 1900 a 1908; Senador - 1909 a 1918 e 1918 a 1925	Deputado Federal - 1897 a 1905; Senador - 1906 a 1914; Governador - 1898; Governador - 1913; Governador - 1918; vice-presidente da República no governo de Wenceslau Braz (1914 - 17); Ministro de Estado para Negócios do Interior e Justiça no governo de Rodrigues Alves e Delfim Moreira;	2º Vice - Governador em 1911
cargos público	Codó; Procurador-geral do Estado; Juiz Substituto de São Luis; Inspetor do Tesouro Público; Juiz Municipal de Pedreiras	Promotor Público do Baixo-Mearim; Promotor Público da Câmara do Rosário; Juiz Municipal de Croatá; Juiz Municipal de São Vicente Ferrer; Ministro da Justiça; Juiz de Direito de Campos Novos; Juiz de Casamentos de São Luis; Juiz Municipal de São Bento;	
Formação acadêmica	Direito - Recife	Direito- Recife	Engenheiro Agrônomo
Partido	Partido Republicano	Chefe do Partido Republicano Conservador no Maranhão	
nascimento/falecimento	1869-1925	1859-1922	
Observações	Membro do diretório do Partido Republicano Constitucional, o mesmo de Pinheiro Machado, para dar sustentação parlamentar a Hermes da Fonseca. Foi neste governo, do Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), cujo vice presidente era Wenceslau Brás e tinha Pinheiro Machado como principal articulador político, que se consolidou o apoio Federal à Santos no Maranhão, quem ocupava a posição de Presidente do Congresso do Estado do Maranhão e que venceu a eleição para o Governo do Estado em 1914; Chefe da oposição no Maranhão;		
	Sócio e presidente honorário da SNA; Apresentou à Câmara dos Deputados em 1902, o projeto de criação de um Ministério da Agricultura, justamente no mesmo contexto em que os grandes proprietários paulistas pleiteavam a assinatura de um empréstimo adicional buscando implementar a primeira valorização do café. Cruz, como sócio da SNA, foi eleito membro do Conselho Superior de <i>A Lavoura</i> , principal veículo de propaganda dessa agremiação. Ademais, influente político maranhense, também era engenheiro agrônomo, tendo sido considerado o “pai da agronomia” neste Estado.		

Nome	Frederico Pereira de Sá Figueira	Antonio Lobo	Artur Colares Mo- reira
Base econômica	Proprietário Rural	Proprietário Rural	Acionista do banco hipotecário e comercial do Maranhão; Proprietário Rural
Cargos políticos	Político e Promotor Público de Barra do Corda (1884); No governo de Luís Domingues foi Presidente do Congresso do Maranhão	Foi Inspetor Geral da Instrução Pública e do Lyceu Maranhense no governo de Luís Domingues.	vice de Benedito Leite e governador a partir de 1908;
cargos público			Promotor Público de Rosário (após 1888);
Formação acadêmica	Direito - Recife		Médico - Bahia/ Direito Recife (1888)
Partido	Um dos fundadores do Partido Republicano		
masculino/falecimento		1870-1916	
Observações	Redator do jornal "O Norte" e colaborador do jornal "A Pacotilha"; e no ato de inauguração do SPL-TN no Maranhão levantou vivas ao ministro Rodolfo Dantas, Rondon, Gonçalves Dias e José Bonifácio.	Colaborou com artigos para o jornal <i>A Pacotilha</i> , dirigiu o jornal <i>A Tarde e A Revista do Norte</i> ; Membro fundador da Academia Maranhense de Letras (1908), onde ocupou a cadeira de n. 14, patrocinada por Nina Rodrigues. Também dirigiu a Biblioteca Pública do Estado. Seu livro, "A política Maranhense", foi escrito no período em que Nina Parga estava no Governo e ocupou-se de denúncias com relação a esse governante.	

FONTE: Elaboração própria baseada em dados do site do Senado Federal (www.senado.gov.br) e do jornal *A Pacotilha*.

Os agentes presentes na tabela 4 revelam ser portadores de trajetórias coerentes ao padrão de carreira política exposto, advindos de interesses agrários, mas também ligados ao capital mercantil e bancário, tendo adentrado na vida pública como bacharéis, passando a ocupar cargos públicos e, finalmente, alçando-se à carreira política. Dentre os vinte deputados que chegaram à Câmara Federal entre 1889 e 1914, estavam os principais chefes políticos do Estado até a década de 1920: Benedito Leite, Costa Rodrigues, Luís Domingues, Urbano Santos, Francisco da Cunha Machado, José Eusébio e Arthur Moreira. Todos eles bacharéis em Direito, formados no Recife, com exceção deste último, médico formado pela escola da

Bahia .

Benedito Leite, que fora sócio da Usina Joaquim Antonio, consolidou-se como líder político local entre 1892 e 1897 quando Belfort Vieira, neto de Manuel Ignácio Dias Vieira sócio desta mesma usina, licenciado, deixou seu vice no comando. Nesse período, Leite exerceu, simultaneamente, os mandatos de Deputado Estadual e Federal, controlando as bancadas e exercendo tutela sobre o governador do Estado, tamanho seu poder de mando local¹⁴⁵. Foi eleito Senador em 1897 e assume a função sem abandonar a cadeira de deputado estadual, até 1889. Consagra-se governador para o quadriênio de 1906 a 1910¹⁴⁶, quando buscou enfrentar uma dívida flutuante de RS. 1.500:000\$000, traçando planos para o "fomento" da agricultura e da pecuária ao reduzir e/ou eliminar impostos, dentre outras medidas. Além disso, Leite iniciou seu plano de administração criando novos serviços ou aperfeiçoando os já existentes como a Biblioteca Pública, o Serviço de Estatística, Registro Civil, Instrução e Obras Públicas.¹⁴⁷ Desta forma, o governador pôde ampliar os recursos de capital político de que dispunha para o exercício das barganhas necessárias para angariar maior apoio e prestígio mediante o oferecimento de maior número de cargos públicos. No entanto, a despeito de seu prestígio político, os preços dos gêneros produzidos no Maranhão para exportação entraram em declínio no mercado internacional e a arrecadação estadual diminuiu, justamente quando os encargos haviam aumentado. Segundo Mario Meireles:

(...) porque, otimista em seus planos, tivesse cometido a imprevidência, premido pelas necessidades de aumentar os vencimentos da magistratura, cedo viria seu sonho desmoronar com o pessoal a atrasar-se em mais de um ano, os fornecedores não serem pagos e os juros dos empréstimos serem suspensos. (...) Daí o descontrole total da administração e os empréstimos na praça a juros altíssimos.¹⁴⁸

Diante desta conjuntura, Benedito Leite entrega o posto a Arthur Moreira (tabela 4), acionista do Banco Hipotecário Maranhense, que assume o controle do Estado como vice-governador, conforme notificado em telegrama expedido, em 24 de Maio de 1908, aos senadores Gomes de Castro e Urbano Santos, bem como aos Deputados Christino Cruz, Cunha Machado, Dunshee Abranches e José Eusébio: “Leite seguiu, pediu transmitisse um

¹⁴⁵ MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão*. 3.ed. São Paulo: Siciliano, 2001, p.319

¹⁴⁶ Acha-se em telegramas oficiais, alguns exemplos de cargos públicos: promotor publico, adjunto de promotor publico, tabelião de notas, escrivão do cível e crime, ajudante de escrivão do registro cível e de casamento, suplente de juiz municipal, fiscal do governo;

¹⁴⁷ MEIRELES, 2001, p.320

¹⁴⁸ Idem, p.321

abraço. Assumi governo e fico vosso inteiro dispor. Pronto cumprir vossas ordens.”¹⁴⁹

O falecimento de Benedito Leite, em 1909, inaugura uma disputa sucessória dentro do partido situacionista que se vê fragmentado. Segundo Antônio Lobo, influente figura política local¹⁵⁰ e autor de livro sobre a política maranhense, a morte de Leite foi um marco por alterar o quadro de disputas que passaram a se articular, a partir de então, para além do âmbito político partidário formal, em torno de dois grupos antagônicos: o de Urbano Santos (dono de engenho de cana no município de Rosário) e o dos correligionários de José Eusébio e Francisco da Cunha Machado¹⁵¹

A crise sucessória então aberta ganhou novo direcionamento com a morte de Afonso Pena e a ascensão de Nilo Peçanha à presidência da república, visto que este último buscava apoio nos Estados influenciando as relações de força locais. Neste período o grupo mais cotado para as eleições era o de José Eusébio, em vista do respaldado explícito de Afonso Pena. Com Nilo Peçanha à frente do executivo federal, alterou-se o cenário das disputas, já que o Presidente apoiava o grupo de Costa Rodrigues, oposicionista, o qual, por sua vez, uniu-se a Arthur Moreira (vice- governador de Benedito Leite) e Urbano Santos. Por intermédio do próprio Nilo Peçanha firmou-se um acordo entre José Eusébio, Costa Rodrigues e Luiz Domingues em torno do nome desse último para o Governo do Estado. Tal acordo forçou a incorporação da oposição ao exercício do poder regional e, com sua consagração, a partir da eleição de 1910, inaugurava-se o período do “regime da paz e amor”¹⁵² que se sustentaria até o fim do governo de Luís Domingues (1910-1914).

(...) foi firmado no Rio entre os nossos representantes federais – próceres dos dois grupos partidários – e nimiamente aceito pelos amigos daqui. No pacto figurava-se a terminação da dualidade pela renúncia dos dois governadores em litígio, Mariano Lisboa e Arthur Moreira.¹⁵³

¹⁴⁹ *Cópia de telegramas do Governo enviados a diversas autoridades, 1907-1919.* Fundo “Palácio do Governo”, livro 3062, Arquivo Público do Maranhão.

¹⁵⁰ Antônio Lobo (1870-1916) colaborou com artigos para o jornal *A Pacotilha*, dirigiu o jornal *A Tarde* e a *Revista do Norte*. Foi Inspetor Geral da Instrução Pública e do Lyceu Maranhense no governo de Luís Domingues. Membro fundador da Academia Maranhense de Letras (1908), onde ocupou a cadeira de n. 14, patrocinada por Nina Rodrigues. Também dirigiu a Biblioteca Pública do Estado. Seu livro, “A política Maranhense”, foi escrito no período em que Nina Praga estava no Governo e ocupou-se de denúncias com relação a esse governante.

¹⁵¹ A partir dos estudos efetuados e das fontes analisadas não foi possível diferenciar as duas tendências em termos de fração do capital, de modo que ambas eram compostas por representantes dos mais variados setores econômicos tanto agrícolas, como mercantis. Ademais, as explicações para tal divisão encontradas na literatura disponível enfatizam tal ruptura como consequência de disputas pessoais de prestígio, lealdade e poder.

¹⁵² Termo utilizado por Antônio Lobo para se referir à conciliação entre os partidos. LOBO Antônio. *A política Maranhense*, São Luís: Tipografia J. Pires, 1916 (publicação póstuma)

¹⁵³ Em 1910, Luís Domingues renunciou a vaga do Senado Federal para honrar contrato. Nesse mesmo ano, Frederico Figueira Sá ocupava a Presidência do Congresso do Estado. *Idem*, p.22.

Tal litígio, atenuado pelo pacto da “paz e amor” a que se refere Lobo, remete ao episódio em que Arthur Moreira entregou o cargo para Mariano Martins Lisboa Neto, presidente do Congresso do Estado, para viajar ao Rio de Janeiro e cuidar de sua candidatura. No entanto, ao retornar, Mariano Neto não concordou em devolver o cargo, alegando que Moreira se ausentara do Estado sem prévia anuência do Congresso, o que teria aumentado a tensão entre os grupos políticos.

Flávio Reis interpreta esta nova configuração política, inaugurada pela renúncia dos governadores em disputa e pela eleição de Luis Domingues, como uma fase de “equilíbrio instável” entre os partidos políticos, em sua acepção convencional, arrastando semelhante situação para o período entre 1909 e 1918, quando as correntes do Partido Republicano - de Urbano Santos e José Eusébio - e do Partido Republicano Federal - de Costa Rodrigues - permanecem em aliança. A partir desse convênio, definiu-se ainda que os vice-governadores da candidatura de Luís Domingues seriam Costa Rodrigues, seguido de duas indicações feitas por José Eusébio, sendo eles os já citados Christino Cruz e Cunha Machado. Segundo Antônio Lobo,

O novo governador, como se sabe, saiu do seio de um desses partidos, do que desfrutava o governo há quinze anos, do que sempre obedecera à orientação e à chefia supremas e exclusivas do finado Benedito Leite, do que no novo convênio continuava a gozar das vantagens da maioria¹⁵⁴.

Ao assumir o governo, diante de um quadro de endividamento do Estado bastante aprofundado por seus antecessores, Luís Domingues lançou mão de empréstimo externo (financiado pelos Banqueiros Mayer Freres & Cie., por intermédio do Banco Argentino Francês, no valor de 20.000.000 de francos, pelo prazo de 25 anos, juros de 3% e amortização de 2%)¹⁵⁵. E, segundo Meireles, “foi isso um dos mais fortes argumentos de violentíssima campanha oposicionista que lhe moveu Costa Rodrigues, através, principalmente, das colunas da *Pacotilha*”¹⁵⁶. Desta maneira, a luta entre ambos os grupos irrompeu logo nos primeiros anos da política do “paz e amor” entre os jornais *A Pacotilha* e o *Correio da Tarde*, o primeiro, pertencente à Costa Rodrigues, que agindo como partidos – na acepção gramsciana – representavam, respectivamente, os interesses da minoria política e da maioria¹⁵⁷.

¹⁵⁴ LOBO, Antonio. *A política Maranhense*. São Luís: Tipografia J. Pires, 1916 (publicação póstuma), p. 22

¹⁵⁵ Mensagem ao Congresso Legislativo do Maranhão, 1911

¹⁵⁶ MEIRELES, Mario M. *História do Maranhão*. D.A.S.P., 1960, p.233

¹⁵⁷ *A Pacotilha* também se ocupará, quase que diariamente entre 1911-1915, de publicar telegramas, correspondências, artigos relacionados ao SPILTIN e à Cruzada Gonçalves Dias, associação da sociedade civil incentivadora da política indigenista na região que será abordada com mais cuidado na próxima seção.

Ainda com relação à correlação de forças regional, pela Constituição Estadual, José Eusébio não poderia concorrer a governador, pois era originário do Estado do Piauí. Tal impedimento fortaleceria Urbano Santos como figura política, que também se sobressaiu por manter relações no âmbito da política formal nacional, integrando o Diretório do Partido Republicano Constitucional, o mesmo de Pinheiro Machado, para dar sustentação parlamentar a Hermes da Fonseca¹⁵⁸.

Foi na gestão de Hermes da Fonseca (1910-1914) - cujo vice presidente era Venceslau Brás e que tinha Pinheiro Machado como principal articulador político - que se consolidou o apoio Federal à Urbano Santos. O chefe político ocupava a posição de Presidente do Congresso do Estado do Maranhão e venceu a eleição para o Governo do Estado em 1914. Pouco depois de eleito, foi escolhido vice-presidente da chapa de Venceslau Brás para as eleições federais. Assim, lançou-se um novo candidato para o governo do Estado do Maranhão, também em um consenso entre os grupos políticos divergentes locais: o bacharel Herculano Nina Parga, apoiado por Costa Rodrigues, quem em 1911 era líder da bancada maranhense na Câmara Federal, e, conseqüentemente, pelo jornal *A Pacotilha*¹⁵⁹. No entanto, segundo Antônio Lobo:

Parga fazia parte daqueles que mais decidida e raivosa oposição moviam ao governador do Maranhão [Luís Domingues], não pela imprensa, porque s.s jamais foi dado a esses hábitos de campanha jornalística, mas por outros processos menores ao alcance de suas forças pessoais.¹⁶⁰

Divergências a parte, ambos, Luís Domingues e Herculano Nina Parga, manteriam a linha do compromisso. Já para o pleito eleitoral de 1918 não houve acordo e Urbano Santos foi eleito sem a participação da minoria.

Diante de complicado jogo político regional cabe analisar como se relacionaram os interesses locais e as práticas do SPILT, atentando para a ideia de que o *habitus* da sociedade política local contribuiu sobremaneira para determinar os padrões de relação com o órgão na região.

O período de implementação das políticas do SPILT no Maranhão verificou-se sob a gestão de Luís Domingues da Silva (1910-1914), seguido de Herculano Nina Parga (1914-

¹⁵⁸ Urbano Santos organizou em Balsas uma junta governativa em Julho de 1917. A reunião realizou-se na casa do coronel Antonio Pereira da Silva e tinha como membros Lupercio Teixeira de Carvalho, Manuel Teixeira de Carvalho e Candido Alves Costa. NETTO, Eloy Coelho. *História do sul do Maranhão. Terra, vida homens e acontecimentos*. Minas Gerais: Editora São Vicente, 1979.

¹⁵⁹ O jornal *A Pacotilha*, associado à figura de Costa Rodrigues, publica artigos de apoio à candidatura de Herculano Praga.

¹⁶⁰ LOBO, Antonio. *A política Maranhense*. São Luís: Tipografia J. Pires, 1916 (publicação póstuma), p.43

1917) e Urbano Santos (1918/1922), (Tabela 5). Observa-se, a partir dos discursos proferidos pelos governadores, uma forte articulação em prol do funcionamento do novo órgão principalmente por Luís Domingues da Silva e Herculano Nina Parga.

Ambos assumiram o cargo dentro da fórmula conciliação, ou “política do paz e amor”, promovida por José Eusébio, Costa Rodrigues e Urbano Santos - então chefe da oposição e futuramente vice-presidente da República de Wenceslau Braz e Ministro de Estado para Negócios do Interior e Justiça no governo de Rodrigues Alves e Delfim Moreira-, que fora mediada por Nilo Peçanha, garantindo, desta forma, lugar estrategicamente importante no escopo de barganhas políticas decorrentes da negociação pela candidatura de Hermes da Fonseca. O que “coincidia” com o contexto de implantação do SPILTIN em âmbito federal e do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, conforme analisado no primeiro capítulo. Vale destacar que Urbano Santos era filho do coronel Antonio Brício de Araújo, encarregado pela “Junta Central pró Hermes - Wenceslau” de organizar, neste Estado, uma Junta de propaganda da candidatura do Marechal Hermes.¹⁶¹

TABELA 5. Titulares do Governo Estadual do Maranhão, 1906-1922

01.03.1906 / 25.05.1908	Benedito Pereira Leite – Governador eleito
25.02.1909 / 29.06.1909	Mariano Martins Lisboa Neto - Presidente do Congresso Estadual
01.03.1910 / 05.02.1910	Frederico de Sá Figueira
01.03.1910 / 01.03.1914	Luís Antônio Domingues da Silva – Governador eleito
01.03.1914 / 26.04.1914	Afonso Gifwining de Mattos - Presidente da Câmara Municipal de São Luís
26.04.1914/ 20.03.1917	Herculano Nina Parga – Governador eleito
20.03.1917/ 01.03.1918	Antônio Brício de Araújo - 1º Vice-Governador
01.03.1918/ 09.10.1918	José Joaquim Marques - Vice-Governador
21.10.1918/ 25.02.1922	Urbano Santos da Costa Araújo – Governador eleito / José Joaquim Marques- Vice-Governador

FONTE: http://www.planalto.gov.br/infger_07/governadores/GOV-MA.htm

Nos meandros das disputas políticas apontadas, um nome se destaca: o já conhecido Christino Cruz (Tabela 4). O influente político maranhense compunha a tríade de vice-governadores de Luís Domingues (1910-1914), além de ter ocupado uma cadeira na Câmara Federal. Engenheiro agrônomo diplomado por Grignon (França), considerado o “pai da

¹⁶¹ Além de Antônio Brício participavam da junta, Antonio Lobo, Luzo Torres, Herculano Nina Parga, entre outros. *A Pacotilha*, 24/10/1911

agronomia” no Maranhão, era proprietário do *Engenho D'água* - situado à margem da Estrada de Ferro que ligava Caxias a Cajazeira - e da Fazenda Penedo¹⁶² - sede de uma indústria de laticínios localizada em Itatiaia, sul do estado do Rio de Janeiro, adquirida em 1909 e vendida em 1913, ano que antecede o falecimento de Cruz -, além de acionista da Companhia Fluvial Maranhense.

Cruz, como sócio e presidente honorário da Sociedade Nacional de Agricultura, foi eleito membro do Conselho Superior de *A Lavoura*, principal veículo de propaganda da SNA, tendo sido responsável pela apresentação, à Câmara dos Deputados no ano de 1902, do projeto de criação do Ministério da Agricultura, justamente no mesmo contexto em que os grandes proprietários paulistas pleiteavam a assinatura do empréstimo adicional que respaldaria a Primeira Valorização do Café.

Um dos braços da Sociedade Nacional de Agricultura no Maranhão era a já citada Associação Comercial do Maranhão, agremiação que buscava ampliar o nível de associativismo entre as frações da classe dominante regional e que apresentava como principais demandas o melhoramento das condições de escoamento da produção através da extensão da malha férrea e fluvial, além da necessidade de capacitar o trabalhador rural local para o exercício de uma *agricultura racional* nos moldes mercantis. Somente em 1908 a Associação Comercial do Maranhão inauguraria sua própria revista, utilizando-se, até então, de outros veículos de propaganda. Conforme publicação de Fran Paxeco pela *Revista do Norte (1901-1906)*¹⁶³, em 1906, a pedido da Associação Comercial:

Para que se não de plantar arroz, trigo, batatas, milho, etc., se, pedindo estes gêneros para Europa, saem mais baratos do que mandando-os vir do sertão ou de qualquer outro Estado?! A primitividade dos transportes e o custo dos fretes é que emparedam as culturas brasileiras e emperram a indústria. (...)¹⁶⁴

(...)A conclusão a tirar, por conseguinte é que urge instalar colônias agrícolas, para amestrar o trabalhador local, decretando o trabalho obrigatório, afim de que a policia campestre se agite nesta campanha saneadora; comprar e usar os maquinismos para produzir mais e melhor, permitindo aos proprietários uma lucrativa fiscalização de capitaes em giro.¹⁶⁵

Nota-se que esse discurso estava em total consonância com as demandas da Sociedade Nacional de Agricultura no que tange à mão de obra e ao tipo de produção que se queria im-

¹⁶² FAGERLANDE, Sergio Moraes Rego. *A utopia e a formação urbana de Penedo: a criação, em 1929, e o desenvolvimento de uma colônia utópica finlandesa no estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado em urbanismo. Rio de Janeiro: UFRJ / FAU, 2007

¹⁶³ Fundada em 1901 por Antonio Lobo e Alfredo Teixeira situava-se no centro de São Luis e tinha dentre os colaboradores Fran Paxeco e Nina Rodrigues.

¹⁶⁴ PAXECO, Fran. *Os interesses maranhenses*. Maranhão: Revista do Norte, 1904, p.27

¹⁶⁵ Idem, p. 28

primir, verificando-se ainda que o projeto defendido pelos dirigentes da Associação Comercial do Maranhão passava pelo aproveitamento da mão de obra local. Percebe-se também, a necessidade de relacionar o soerguimento da economia maranhense à melhora na situação do escoamento da produção, já que muitos membros da Associação Comercial e da SNA eram políticos locais e com interesses diretos no setor de transporte fluvial, tais como o próprio Christino Cruz e Manoel Ignácio Dias Vieira, sócios da Companhia Fluvial Maranhense. Segundo Fran Paxeco,

Neste momento, devido à esforçada ação da Associação Comercial deste estado, cuida-se de realizar o Alfa e o Omega de todas as aspirações maranhenses, ou seja de cancelar a origem de todos os infortúnios estadoaes: ouvimos que o governo federal vae evocar a si a responsabilidade de uma emissão de títulos ou empréstimo externo, exclusivamente destinado à construção de caminhos de ferro no norte e oeste.¹⁶⁶

Fran Paxeco, no mesmo texto em que relata o trecho acima, afirma: “O Brazil não se concretiza em São Paulo e Minas. Muito mais necessitam o transporte, a indústria e a lavoura do Maranhão – e nunca o governo federal lhes franqueou um chavo!”¹⁶⁷ Desta forma, a Associação Comercial revestiu-se do caráter de aparelho privado de hegemonia – na acepção gramsciana do termo - uma vez que permeava o Estado restrito regional com seus porta-vozes pressionando por, e nele inscrevendo, suas demandas que, conquanto representassem interesses específicos, conseguiam fazê-las considerar como demandas gerais de todo o Estado do Maranhão. Mas igualmente associava-se, estrategicamente, a outras frações da classe dominante agrária, porém não hegemônicas em plano nacional, por intermédio da Sociedade Nacional de Agricultura, estabelecendo uma rede de relações de poder mais ampla e forte no âmbito federal.

2.3 “Sem braços não há lavoura”: O processo de instauração do SPILTIN no Maranhão

As questões de cunho econômico pelas quais passava o Estado do Maranhão em inícios do século XX e que já foram apontadas em sessão anterior – referentes à reestruturação da produção local e seu redirecionamento para o mercado interno, seu correlato binômio terra/trabalho e as consequentes demandas sustentadas pela Associação Comercial do Maranhão com relação ao incremento no sistema de escoamento da produção - podem ser resumidas pela frase de Luís Domingues em mensagem ao Congresso Legislativo do

¹⁶⁶ Ibidem, p.30

¹⁶⁷ Ibidem, p.17

Maranhão no ano de 1911: “Sem braços não há lavoira, como exportação possível sem transporte?”

No entanto, ao mesmo tempo em que o governador explicitava suas preocupações, também apontava para algumas possíveis soluções. Expunha como um dos objetivos principais de seu governo o “equilíbrio das contas do Estado”, de modo a incrementar a arrecadação e diminuir os gastos públicos. Nota-se que o governo de Luís Domingues passava por déficits orçamentários, obtendo considerável superávit somente a partir de 1915, no exercício de Herculano Parga, conjuntura relacionada à Primeira Guerra Mundial que ampliara as exportações maranhenses e, conseqüentemente, a arrecadação de impostos.

Tabela 6. Receita do Estado do Maranhão, 1910-1916

Exercícios	Receita	
	Orçada	Arrecadada
1910-1911	2.434:600\$000	2.481:583\$223
1911-1912	2.748:200\$000	2.305:576\$554
1912-1913	3.323:063\$362	3.067:363\$690
1913-1914	3.291:665\$145	2.994:320\$466
1914-1915	3.331:500\$000	3.163.912\$400
1915-1916	3.172:000\$000	4.210:047\$000

Fonte: Elaboração própria baseada em dados de FERNANDES, Henrique Costa. *Administrações Maranhenses: 1822-1929*. São Luís: Instituto Geia, 2003, p.190-191.

Mediante o quadro deficitário da arrecadação do Estado, apontava-se para a necessidade do “desenvolvimento das fontes de produção”, caracterizado pela “recuperação da agricultura local”. Tal associação entre a organização das finanças do Estado e a necessidade de se “recuperar a agricultura” era justificada pelo argumento da *vocação agrícola* do Maranhão, que teria “assombrosa riqueza em todos os reinos da natureza”. Não obstante, faltavam-lhe colonos e, àqueles que já haviam se estabelecido, o treino para o “cultivo racional”¹⁶⁸, conforme mensagem do Governador apresentada em 1915 ao congresso legislativo do Maranhão:

O Estado descansou no pequeno agricultor, sem elementos, sem orientação, sem preparo, cheio, porém de preconceitos, sofrimentos e privações. Vítimas do analfabetismo, ignorando as condições das praças, dos preços dos gêneros (...) os nossos trabalhadores rurais não são, entretanto, destituídos de inteligência nem voltados à indolência de que tanto os acusam.¹⁶⁹

¹⁶⁸ Mensagens apresentadas ao Congresso Legislativo do Maranhão nos anos de 1910 a 1914.

¹⁶⁹ Idem, 1915.

A solução passava pelo incentivo à “agricultura racional” e à regulamentação fundiária das terras públicas e particulares. Nota-se, portanto, que agregado às mudanças nas relações de trabalho no campo, a renda da terra emergia como forma de valor o que, segundo Mendonça, “ampliava a acumulação através de relações sociais cuja reprodução assegurava-se no âmbito da circulação, maximizando a possibilidade da extração de excedentes”, uma vez que a extração de mais valia se deslocava da esfera da produção para a da circulação. Tal cenário pode ser identificado à análise de Raymond Willians sobre a sociedade inglesa no processo designado como de cercamento dos campos. O autor observa que a propriedade da terra havia deixado de ser considerada apenas como um fator de herança, que gerava uma determinada renda, passando a ser vista como uma possibilidade de investimento, que traria lucro maior, o que acarretou na destruição das relações sociais que constituíam obstáculos a essa forma de modernização.¹⁷⁰

O Governador Domingues apostava, então, no “sertão” maranhense como fator fundamental para o soerguimento da agricultura local. É importante, aqui, buscar compreender essa representação da região tendo em vista a perspectiva simbólica do uso da categoria “sertão”. Trata-se de uma categoria que designa uma localização espacial, mas que, no entanto, uma vez analisada em seu contexto, carrega expectativas e referenciais bastante específicos. Observa-se que o discurso remete à noção ideológica de que as terras fora do domínio do Estado e do circuito mercantil eram identificadas à ideia de atraso, assim com aqueles que as ocupavam. O sertão maranhense, portanto, acabaria por servir como uma espécie de moeda política, uma “carta na manga” do Governador, posto tratar-se de uma região a ser controlada pelo Estado restrito por intermédio de uma série de ações, que incluíam, por exemplo, a intervenção do governo federal sob os auspícios das Inspetorias Agrícola e do SPILTIN, ambas sob forte influência dos dirigentes da SNA e seu projeto ruralista¹⁷¹. Esse aspecto remetia ao Estado como uma entidade capaz de garantir o processo de mercantilização da terra, demarcando as propriedades privadas e terras devolutas que, posteriormente, seriam cedidas à exploração de terceiros, e, ao controlar o acesso à terra, controlava-se igualmente a mão de obra.

Em vista desses fins percebe-se, através da análise das mensagens do governador ao Congresso do Maranhão, um grande esforço para a ocupação das terras no interior do Estado

¹⁷⁰WILLIANS, Raymond. *O campo e a cidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.105

¹⁷¹ Na acepção de MENDONÇA, o projeto ruralista, norteador da organização de frações não-hegemônicas da classe dominante agrária na primeira metade do séc. XX, caracteriza-se pelas propostas de diversificação agrícola e prioridade para a produção direcionada ao mercado interno, fundamentadas na ideologia da “vocação agrícola”. Cf. MENDONÇA, 1997.

por meios legais e formais. Nesse sentido, foram empreendidas demarcações de terras devolutas, assim como concessões de contratos a particulares para ocuparem-nas.¹⁷²

Cumpra, porém, que na balburdia dos limites das terras devolutas e particulares a sério embaraço se depara tão auspicioso empreendimento e que para removê-lo cumpra ao Estado demarcar a suas custas as sesmarias particulares, para reconhecer por exclusão as terras devolutas.¹⁷³

Com este objetivo trabalharia a Inspetoria Agrícola do Maranhão, órgão que, tal como o SPILTAN, integrava o organograma administrativo do MAIC e cuja competência abrangia, dentre outras prerrogativas, a instauração de Centros de Instrução Agrícola e a demarcação de terras para fins de colonização. Essa Inspetoria regional ficou, em seus anos iniciais, sob a gerência de José Joaquim Marques e contava com os engenheiros agrônomos, José Palhano de Jesus e Willian Wilson Coelho de Souza, como auxiliares. A partir da análise dos dados dos agentes da Inspetoria Agrícola, expostos na Tabela 6, nota-se que eram em sua maioria engenheiros agrônomos que pretensamente carregavam consigo o monopólio do “conhecimento científico” das técnicas agrícolas, guardando a tarefa de levar a ordem e o progresso para o campo maranhense.

¹⁷² De acordo com Mensagem ao Congresso do Estado do Maranhão de 1911, alguns dos nomes em contrato com o Estado do Maranhão em 1910 para a ocupação e exploração de terras devolutas eram: Dr. Antonio Augusto Machado, entre os Rios Tury-assu e Pindaré, e o do Munin e da Preguiça, Dr. Ernest Ludwig Voss, entre Itapecuru e Mearin, Dr. Adolph Friedheim, entre Itapecuru e Parnayba e nos municípios de S. Vicente Ferrer e Guimarães. Em 1913, observam-se contratos com firmas estrangeiras, inclusive para extração de recursos minerais.

¹⁷³ Mensagem ao Congresso Legislativo do Maranhão, 1911

TABELA 7. Inspetoria Agrícola do Maranhão, 1911

Inspetoria Agrícola do Maranhão	José Joaquim Marques	Chefe da inspetoria em seus anos iniciais; professor e diretor da Escola Médica Teórico-Prática de Agricultura da Bahia/Escola Agrícola da Bahia, entre 1911-1914, e vice-governador eleito em 1918 quando compunha a chapa de Urbano Santos; faleceu em 1918
	José Palhano de Jesus	Engenheiro civil pela politécnica do Rio de Janeiro e adepto do positivismo não ortodoxo; Diretor da Repartição Federal de Fiscalização das Estradas de Ferro; realizou estudo de reconhecimento da estrada de ferro do Itapecuru ao Tocantins;
	Willian Wilson Coelho de Souza	Filho de cotonicultores maranhenses, agrônomo diplomado pela Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Ministério da Agricultura, sediada no Rio de Janeiro e colaborador de <i>A Lavoura</i> , revista da SNA - chefe de algodão da era vargas
	Joaquim de Carvalho Palhano	Engenheiro agrônomo; realizou levantamento de plantas e demarcação de terras com o objetivo de colonização em Tury-Assu;

FONTE: Elaboração própria com base em dados coletados nas diversas fontes utilizadas nessa dissertação.

A conjugação de interesses e projetos locais com aqueles anunciados pelo MAIC e que atendiam aos anseios da SNA fica explícita em discurso por ocasião da instalação desta Inspetoria Agrícola, pronunciado em 22 de Janeiro de 1911, em que Luzo Torres afirma:

A verdade é que o ministério veio corresponder a uma necessidade nacional. (...) O que há de vantajoso na criação dessas inspetorias agrícolas é a compreensão, manifestada pelo Estado, da alta função que lhes compete na animação do trabalho nacional, na educação e nos esforços de cada um, para que a resultasse um produto em vez de ser um quociente. (...) 92% dos nossos produtos são extraídos da terra, pelo trabalho agrícola (...) temos terra demais e homens de menos (...). (...) trata-se de orientar uma corrente cuja direção é secularmente empírica, dando-lhes laboratório, postos meteorológicos e agrônômicos (...), trata-se de guiar os cultivadores menos experientes na escolha dos terrenos próprios, ensinando-lhes vantagens de umas zonas sobre outras, distribuindo-lhes sementes, plantas, etc.¹⁷⁴

Percebe-se, portanto, a valorização de ideias fomentadas e difundidas pela SNA, correspondentes à sua defesa da *vocação eminentemente agrícola do país*, da necessidade de diversificação da produção agrícola, da exaltação da “produção racional” e da figura do engenheiro agrônomo, que deteria o monopólio do conhecimento científico no campo da agricultura. Segundo Sonia Mendonça, os agrônomos eram a “pedra de toque do projeto regenerador” responsáveis pela difusão desta ética da racionalidade produtiva:

¹⁷⁴ A Pacotilha, 22/01/1911

portadores da máxima positivista da prática como critério da verdade, os agrônomos se tornariam os principais mediadores entre o poder público e a iniciativa privada, subsumindo-a, mediante aplicação de um saber especializado, os desígnios políticos do primeiro.(...)Ao indicar o que e como produzir e onde, o conhecimento agrônomo transmitido pelos técnicos do MAIC assumiria sua função homogenizadora e ordenadora social.¹⁷⁵

Tais fatores, aliados às melhorias das condições de transporte para o escoamento da produção e ao treinamento do trabalhador rural, respaldados pelos argumentos decadentistas que apontavam para uma crise da lavoura e das finanças maranhenses, tomaram a forma de uma suposta grande solução que conferiria à agricultura local a possibilidade de tornar-se mais competitiva, adotando meios técnicos para superar sua dita baixa produtividade. Foram muitos os discursos publicados no jornal *A Pacotilha* que difundiram esse ponto de vista como, por exemplo, o trecho abaixo, de autoria do engenheiro/cotonicultor Wilson Coelho de Souza¹⁷⁶:

(...) trata-se aqui de aproveitar inteligente e criteriosamente esta riqueza assuntuosa [do Maranhão] (...) E abater do nosso meio o espantinho da rotina, não com gritos da fanfarrinha científica, que espanta o nosso caboclo ignorante, mas com a demonstração prática das doutrinas da ciência; porque ao ignorante não se fala em ciência, mas demonstram-se exemplos de sua ação (...) Aliando a ciência à prática e demonstrando seus lucrativos resultados econômicos.¹⁷⁷

A relação entre o projeto de aproveitamento da mão de obra nacional e os interesses das frações da classe dominante locais, bem como da articulação entre sociedade política e sociedade civil, também podem ser percebidas nesse emblemático encontro realizado na sede da Inspeção Agrícola com a presença de Christino Cruz, em 1911, noticiado no jornal *O Diário do Maranhão*, sob o título de “A lavoura Maranhense, as causas de sua decadência, os meios de conjurá-las”:

(...) Foram discutidos vários assuntos que se prendiam ao fim da reunião e expostas as principais causas determinantes da decadência da nossa lavoura, entre as quais avultam a falta de braços e de capitais, de vias de transporte e de comunicação. Sugeriram-se os meios de prontamente conjurar tais empecilhos – abertura de estradas e limpeza dos rios navegáveis, demarcação das propriedades agrícolas, para por termo aos abusos decorrentes, a instrução agrícola, prática no campo de demonstração e no aprendizado agrícola e reduções dos fretes e impostos. (...) O grande especial desejo de todos, como ficou expresso, é de que se installe

¹⁷⁵ MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Ruralismo brasileiro: 1888 – 1931*. São Paulo: Hucitec.1997, p.160

¹⁷⁶ Para se ter uma ideia da imbricação existente entre o projeto da SNA, o SPILT e os grupos dominantes agrários maranhenses, temos o exemplo de Willian Coelho de Souza Filho que, além de filho de cotonicultores no Estado, seria nomeado, já na década de 1920, com odiretor do recém criado Serviço Nacional do Algodão, não por acaso, sediado justamente no Maranhão. CF. MENDONÇA, Sonia Regina de, *Agronomia e Poder no Brasil*. Niteroi: Vício de Leitura, 1998, p. 167.

¹⁷⁷ *A Pacotilha*, 25/10/ 1911.

brevemente, no Maranhão, o projeto do campo de demonstração, para o ensino não só do trabalho rural e do manejo de máquinas agrícolas como aos lavradores, com a máxima economia, o maior rendimento de nossas culturas. Ficou também assentada a necessidade urgente estabelecimento de aprendizados agrícolas, destinado preparo daqueles que, no futuro próximo, serão os administradores de nossas fazendas. Estas são, incontestavelmente, as medidas a ser tomadas em definitivo, para a salvação das fontes produtoras do Estado.¹⁷⁸

Nesse encontro, estiveram presentes os inspetores da Inspetoria Agrícola do Maranhão e seus auxiliares, os agrônomos do SPILTN e alguns proprietários rurais os quais, por decisão unânime, deliberaram a Christino Cruz “o patrocínio da lavoura maranhense” junto ao governo do Estado e ao governo federal. Era um membro da Sociedade Nacional de Agricultura, cuja agremiação oficial na região era a Associação Comercial do Maranhão, que reunido com funcionários de dois aparelhos do Estado restrito fora eleito representante dos interesses da agricultura maranhense. Tais interesses, que seriam tomados como interesses gerais do estado, correspondiam apenas a reivindicações e projetos de frações de classe dominantes locais cujos capitais estavam imbricados nas atividades extrativistas e agrícolas, no setor mercantil e financeiro.

Semelhantes condições e compromissos estão igualmente expressos na atuação do Governador Luís Domingues que proferiu inúmeros discursos em apoio à instalação do SPILTN e à criação de Centros Agrícolas e Postos Indígenas na região. Apoio que também se traduzia em reivindicações efetivas ao Presidente da República, haja vista que a integração de medidas de aproveitamento da mão de obra indígena às medidas de controle da mão de obra rural e da terra por meio da ação do SPILTN vinha ao encontro das necessidades expostas pelo governador.

Mesmo antes de assumir o governo do Maranhão, Domingues já havia conferenciado com Nilo Peçanha sobre a situação das populações indígenas do Estado, particularmente na zona entre os rios Tury-assu e Gurupy, ocasião em que demonstrara, por meio de telegramas e cartas, bem como de seu depoimento pessoal, “a desgraça dos habitantes menos afastados das aldeias”.¹⁷⁹

Fugiam os que escapavam ao massacre e os poucos que ficavam somente na morte do selvagem tinham segurança da vida. Então pareceu a VS. Excelência [Nilo Peçanha] que a solução estava no estabelecimento de colônias agrícolas nas intermediações das aldeias, como centro de atração do próprio selvagem e, naquela zona, entre as aldeias e a cidade do Tury-Assú. E dias depois tive a fortuna de ouvir de Vossa Excelência que já havia assentado como Sr. Ministro da Agricultura a fundação dessas colônias (...) poupará a este governo a contingência de assistir

¹⁷⁸ *O Diário do Maranhão*, 29/3/1911

¹⁷⁹ Mensagem ao Congresso Legislativo do Maranhão, 1912

impassível a guerra ao índio como natural e constitucional direito de defesa a honra, da vida e da propriedade dos cidadãos.¹⁸⁰

Nota-se, portanto, que a dimensão do conflito configurava-se como fator que obstaculizava os planos governamentais de expansão do espaço agrícola mercantil por meio não só do controle da produção (racionalização da produção), como também pelo controle do espaço (demarcação de terras e regulamentação fundiária). Desta conferência ficou acordado que o governo Federal, via SPILT, se encarregaria das casas e da localização dos colonos e o Estado cederia as terras devolutas demarcadas em lotes. Face ao acordo, Luís Domingues solicitou a demarcação de terras deste distrito, o que foi feito em “oitenta milhões metros quadrados, cortada de um rio de inúmeros afluentes.” Estaria, assim, o Estado aparelhado para “receber o auxílio combinado.”¹⁸¹

Segundo Flávio Gomes, na região do Tury-assu - a mesma onde se instalaria o Centro Agrícola de Alcântara - estabeleceu-se um campesinato negro advindo de formações quilombolas executadas ao longo dos séculos XVII a XIX¹⁸². Segundo o autor, a área detinha grande importância econômica, posto guardar potencial aurífero e boas terras para cultivo, mas teve suas fronteiras estabelecidas pelas disputas entre quilombolas, grupos indígenas, camponeses e colonos que, ao interagirem, formavam um complexo quadro de relações sociais. Ademais, essa região igualmente passou a ser explorada, em inícios do século XX, pelo extrativismo da borracha.¹⁸³ Diante de tantos interesses, no período entre 1910 e 1914, a região foi alvo de demarcações de terras e concessões a particulares, por meio de contratos de exploração ou de compra formalizados com governo do Maranhão, o que teria gerado novas e maiores tensões entre seus habitantes

Em 1910, o governador Luís Domingues afirma ter contratado o engenheiro Joaquim de Carvalho Palhano para o levantamento de plantas e demarcação de terras visando à colonização de Tury-Assu. Apesar de não haver referência a respeito do fim atribuído a tais lotes demarcados, o Governo Federal já havia autorizado, neste mesmo ano, a instalação de Colônia Agrícola na região. Palhano seria assim instruído:

(...) fazer mapeamento da cidade observando as estradas e a convergência entre as mesmas. (...) Em Santa Rosa fazer uma cerca de preferência retangular de 10.000 m x 8.000 m (...) de modo que a referida cerca cubra uma faixa de terra apropriada a

¹⁸⁰Idem, 1912

¹⁸¹Mensagem ao Congresso Legislativo do Maranhão, 1911

¹⁸²GOMES, Flávio dos Santos. *Experiências atlânticas. Ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil*. Passo Fundo: UPF, 2003

¹⁸³PAXECO, Fran. *O trabalho Maranhense*. Imprensa Oficial, 1916.

fins agrícolas e da qual, sendo possível, Santa Rosa constituía ponto central.¹⁸⁴

No entanto, as iniciativas oficiais de demarcação de terras devolutas não se restringiram a essa região, o que acabou por exaltar ainda mais a figura do engenheiro agrônomo como profissional intermediário, por excelência, nesse processo de mercantilização da terra, posto caber a ele a tarefa de coordenar o trabalho de demarcação de terras solicitado pelo Estado. São nessas regiões, marcadas pela explosão de conflitos entre colonos, fazendeiros, trabalhadores de seringais, populações indígenas, população rural e Estado - em decorrência do avanço de demarcação de terras e dos contratos com novos ocupantes de regiões já previamente ocupadas -, que o SPILTN vai buscar perpetrar sua política. O Maranhão ocuparia a 1ª Inspetoria Regional do SPILTN junto com o Pará até o ano de 1911, quando passou a ocupar a 3ª Inspetoria Regional. Como diretor, figurava o engenheiro Pedro Ribeiro Dantas, auxiliar direto de Rondon, como engenheiro agrônomo contava-se com Américo Pinho Leonardo Pereira e como escrevente, Leandro Pereira da Cunha, além dos encarregados dos postos indígenas e intérpretes.

TABELA 8. SPILTN - Inspetoria do Maranhão, 1911

SPILTN	Pedro Ribeiro Dantas	Inspetor da Inspetoria do Maranhão
	Luiz Eduardo Riedel	Encarregado do posto Gonçalves Dias - Alto Pindaré; Morador de Caru, dono de Seringal;
	Leandro Pereira da Cunha	Escrevente da inspetoria
	Américo de Pinho Leonardo Pereira	Engenheiro agrônomo

FONTE: Elaboração própria com base em dados coletados nas fontes analisadas.

Diferentemente do inspetor chefe, do escrevente e do engenheiro agrônomo, os encarregados dos postos do SPILTN não eram incorporados ao quadro efetivo da instituição, sendo contratados como extranumerários. No caso de Luiz Eduardo Riedel, segundo Fran Paxeco, o encarregado tinha propriedades na região do Carú desde cerca de 1890 e, por volta de 1916, já havia aberto trezentos e cinquenta estradas, com cento e vinte a cento e cinquenta pés de seringal cada uma¹⁸⁵. Ademais, segundo Marcio Pereira Gomes, tinha orientação positivista e origem alemã.¹⁸⁶

A inauguração da sede do Serviço no Maranhão, em 15 de março de 1911, contou com

¹⁸⁴ Mensagem ao Congresso Legislativo do Maranhão, 1911.

¹⁸⁵ PAXECO, Fran. *O trabalho Maranhense*. Imprensa Oficial, 1916, p.5

¹⁸⁶ GOMES, Mércio Pereira. *O índio na história: o povo Tenetehara em busca da liberdade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 94

cerimônia solene realizada no Palácio do Governo e plena de simbologias. Iniciou-se a sessão com o içamento da bandeira do Brasil ao som do hino nacional, enquanto descerrava-se o véu que cobria as fotografias de Gonçalves Dias e José Bonifácio - ambos patronos da repartição, sendo o segundo, também patrono do SPILT - e de Rodolpho Miranda, ex - Ministro da Agricultura, em cuja administração foi criado o Serviço. E ainda, segundo artigo publicado em *O Diário do Maranhão*:

Efetuada a primeira parte do programa, uma filha do coronel Francisco Joaquim Souza recitou bellos versos da Canção do Tamoio de Gonçalves Dias offerecendo ao terminar uma seta simbólica ao inspetor do serviço, Sr. Tenente Pedro Dantas Ribeiro, e à sua digníssima esposa uma lira de flores naturaes. A bandeira na sede da inspetoria foi içada pelo índio Miguel Joaquim Pereira Ramos, descendente dos tupinambás e residente de São José dos Índios, o qual assistiu a todo o ato ocupando logar especial na seção solene. Finda a segunda parte da solenidade (...) como lembrança do dia ofereceu ao Sr. Tenente Pedro Dantas, a caneta de ouro que serviu para assinatura da acta (...) A caneta é cravejada de diamantes , tem gravada a palavra *Lembrança* e estava acondicionada num belo estojo azul.¹⁸⁷

Nota-se, portanto, a necessidade e o esforço de legitimação desse Serviço federal por parte dos grupos de interesses político-econômicos locais. Os presentes oferecidos a Pedro Dantas e sua esposa apontavam para os laços de reciprocidade que se esperava do Inspetor, sendo-lhe conferido, inclusive, um símbolo de liderança - a seta - como se esperassem que ele viesse a cumprir um papel dirigente nesse processo de apropriação pública de terras e também de controle da mão de obra nos campos maranhenses, no tocante à população indígena e aos trabalhadores rurais ainda dotados de alguma “mobilidade”, ou seja, de alguma capacidade de reprodução da sua própria força de trabalho.

A presença de Joaquim Ramos, identificado como índio Tupinambá, em uma cerimônia que exaltava a nacionalidade, e ademais portando um dos principais símbolos nacionais, a bandeira, parece demonstrar, simultaneamente, o que se esperava do SPILT e ao que o órgão se propunha: fomentar, por meio de práticas específicas, a ideologia da unidade nacional e congregar o ideário republicano - de um país positivo, civilizado e no rumo do progresso - com os interesses das frações da classe dominante agrária regional.

Segundo o *Diário do Maranhão* dentre os presentes ao ato estiveram, além de representantes da Associação Comercial do Maranhão, Luis Domingues – Governador; Frederico Figueira - presidente do Congresso; Mariano Lisboa - Intendente municipal; os deputados federais Costa Rodrigues e Cunha Machado (tabela 4) ; o tenente coronel Abílio de Noronha - inspetor da 3ª região militar; O capitão-tenente Rogério Siqueira - comandante da

¹⁸⁷ *O Diário do Maranhão*, 6/3/1911

Escola de Aprendizes da Marinha; O capitão Manoel Bonfim - do 48º batalhão de caçadores; Antonio Lobo - Inspetor da Instrução Publica; José Barreto - diretor da Escola de Aprendizes Artífices; Domingos Barboza e Luzo Torres - representando o legislativo;

O já citado Frederico Figueira se empenhou em promover, por meio de artigos publicados em *A Pacotilha*, uma consistente campanha de apoio ao SPILT, considerando-o importante incentivo ao aproveitamento da mão de obra indígena. Todavia, a ação de Figueira em favor do Serviço não se restringiu apenas a publicações em jornais. Ele era membro de uma associação criada no Maranhão que afirmava ter como objetivo agir “em prol dos infelizes patrícios” em todo o Estado. A esta associação coube o nome de *Cruzada Gonçalves Dias* em homenagem ao poeta maranhense, aclamado pelos membros dessa entidade da sociedade civil em diversos artigos publicados em *A Pacotilha*, já que dedicara parte de sua obra à exaltação da figura do indígena por meio de um olhar próprio ao romantismo de sua época¹⁸⁸.

Quanto à categoria “infelizes patrícios”, tratava-se de uma das representações por meio das quais os artigos assinados pela *Cruzada Gonçalves Dias* referiam-se aos índios da região, refletindo o estereótipo de inferioridade daquelas populações em relação aos avanços da “civilização”, bem como reforçando a necessidade de uma intervenção em seu benefício com o intuito de “salva-los” e “resgatá-los” do atraso e, em última instância, assegurar-lhes a vida¹⁸⁹. Esta associação buscou construir uma rede de relações nas mais diferentes localidades do Estado e no âmbito federal, galgando nomeações de representantes nas diversas regiões, conforme anunciado em dezembro de 1911: "Foram nomeados representantes da Cruzada na Barra do Corda, os srs. João Rodrigues e Manuel Conrado, em Guimarães, Theophilo de

¹⁸⁸ Diante da extensa gama de associações literárias e científicas presentes na sociedade civil maranhense de inícios do século XX, não era apenas a Cruzada Gonçalves Dias que se incumbia da exaltação do poeta que lhe emprestava o nome. Uma outra agremiação literária destacava-se na cena cultural de São Luís neste período, *Oficina dos Novos*, precursora, dentre outras associações, da Academia Maranhense de Letras. Inaugurada em 1900, a *Oficina* formou-se, inicialmente, com vinte membros, posteriormente ampliando seu quadro para trinta. Publicava um boletim oficial - *Os Novos* - e tinha como inspiração Gonçalves Dias, patrono da instituição. Parte de seus integrantes também ocupou cadeiras da Academia Maranhense de Letras, criada em 1908, contando igualmente como patrono com a figura de Gonçalves Dias como patrono. A Academia contou inicialmente com doze participantes, dentre eles, Antônio Lobo, político maranhense citado na sessão anterior, Barbosa de Godois – que, formado em Direito no Recife, foi Procurador da Justiça Federal, Deputado Estadual, Vice Presidente do Estado, diretor da Escola Modelo Benedito Leite e autor da letra do hino do Maranhão, além de ocupante da cadeira n. 1 da Academia Maranhense de Letras - e o já mencionado Fran Paxeco - Republicano histórico, Cônsul da Republica de Portugal no Maranhão e um dos fundadores/professor da Faculdade de Direito do Maranhão, além de colaborador de *A Pacotilha*.

¹⁸⁹ As informações recolhidas sobre a “Cruzada Gonçalves Dias” são provenientes de publicações no jornal *A Pacotilha*, visto que não foi localizada documentação própria e original, nem tão produção acadêmica sobre o assunto.

Lima Bayma, em Monsão, Arsace Gomes Castro e, em Pinheiro, Luiz Alves".¹⁹⁰

TABELA 9. Sócios da Cruzada Gonçalves Dias, 1911.

Cruzada Gonçalves Dias	Frederico Pereira de Sá Figueira	Advogado formado pela Faculdade de Direito de Recife, Proprietário rural de Barra do Corda e Promotor Público (1884), fundador do Partido Republicano no Maranhão junto com Dunshee de Abranches, redator do jornal "O Norte" e colaborador do jornal "A Pacotilha". No ato de inauguração do SPILTIN no Maranhão levantou vivas ao ministro da agricultura Rodolfo Dantas, Rondon, Gonçalves Dias e José Bonifácio. No governo de Luís Domingues foi Presidente do Congresso do Maranhão.
	João Rodrigues	Representante da Cruzada na Barra do Corda.
	Manuel Conrado	Representante da Cruzada na Barra do Corda.
	Theophilo de Lima Bayma	Representante da Cruzada em Guimarães.
	Arsace Gomes Castro	Representante da Cruzada em Monsão.
	Luiz Antonio Alves	Representante da Cruzada em Pinheiro e Gerente de Seringal na região.
	Pedro de Toledo	Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, Cafeicultor Paulista, Ministro da Agricultura, sócio da SNA.

FONTE: Elaboração própria com base nos dados obtidos junto às diversas fontes utilizadas na dissertação.

Além das representações regionais, composta por indivíduos com interesses econômicos diretos - como no caso de Luiz Alves, diretor de seringal na região de Tury-assu e protagonista de inúmeros conflitos com grupos indígenas, como será analisado no capítulo seguinte - a Cruzada também contava com um Comitê Executivo que buscava articular reuniões e traçar estratégias comuns de ação política, configurando vínculos e alianças extra-locais. Um dos membros deste Comitê era, por exemplo, o já citado Pedro de Toledo - cafeicultor paulista, formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1884, apenas um ano após a formatura de Luís Domingues, futuro governador do Maranhão - Ministro da Agricultura entre 1910 e 1913, que assinou artigo em *A Pacotilha* como representante do Comitê da Cruzada lamentando o afastamento de Pedro Dantas da Inspeção do SPILTIN, quando fora requerido pelo Ministério do Exército, sem que se apresentassem as causas¹⁹¹. Ademais, foi também Toledo que, enquanto Ministro da Agricultura, assinara o Regulamento do SPILTIN, sendo também um dos principais articuladores da campanha hermetista em São Paulo.

Em termos de atuação, a Cruzada se manifestava de diferentes modos. Realizava levantamento de recursos financeiros para a ação do SPILTIN no Estado - tais como

¹⁹⁰*A Pacotilha*, 9 de Dezembro de 1911.

¹⁹¹Idem, 21 de Dezembro de 1914.

quermesses de Natal e exibições de sessões cinematográficas na capital - conforme noticiado pelo próprio Pedro Dantas, Inspetor do SPILT, em *A Pacotilha*. Uma dessas sessões teria ocorrido em 30 de Dezembro de 1914, no cinema São Luís, Contando com a presença de um indígena chamado Laurindo e “dois companheiros”.

Uma enchente á cunha – a soirée pró-índios, hontem, no Cinema S. Luiz. Foi aberta com a projeção fixa de um belo retrato do mavioso cantor, saudado pela assistência com uma calorosa salva de palmas. Na parte inferior do quadro, liam-se estes versos melancólicos do grande amigo dos índios , relativos à quaze extinção da raça americana: “Já restam bem poucos dos teus, que ainda possam. Dos seus que já dormem, os ossos levaram.”¹⁹²

A Cruzada também interferia diretamente junto a conflitos que envolviam grupos indígenas, promovendo ainda a propaganda em jornais, buscando formar o consenso em torno do tipo de política a ser adotada pelo Estado restrito - e acatada pela população - com relação aos indígenas da região.

Coronel Figueira e Dr. Palhano de Jesus, aproveitando viagem à Barra do Corda, foram incumbidos de visitar aldeias daquela zona sertaneja, distribuindo brindes, por conta e iniciativa da Cruzada. Ambos têm sido muito festejados pelos índios, Dr. Palhano prometeu atender reclamações dos índios sentido serem demarcadas suas terras, remetendo oportunamente plantas, etc., a esta inspetoria que ultimarà processo legitimação posse.¹⁹³

Tal fragmento nos remete, portanto, à complexidade de interesses que determinavam as políticas agrícola e agrária na região, tendo o poder público que negociar com os grupos indígenas que pressionavam, por meio, inclusive, do enfrentamento físico, pela regularização de suas posses. Contudo, pela lei federal que equiparava o índio ao menor, tal propriedade em nada lhes daria proveito, posto serem, todos eles, tutelados por juízes de órfãos¹⁹⁴. Vale lembrar que Dr. Palhano de Jesus era engenheiro da Inspetoria Agrícola do Maranhão e trabalhava na demarcação de terras devolutas e particulares, empreendimento de grande importância na dinâmica do governo de Luís Domingues, conforme analisado anteriormente.

Observa-se, portanto, nesse estado, uma ampla rede de relações estabelecida por meio de organizações da sociedade civil as quais, muitas vezes, expunham o envolvimento de seus intelectuais orgânicos num debate semelhante àquele propagado pelos jornais paulistas quanto à definição da política a ser adotada para com as populações indígenas, os trabalhadores

¹⁹² *O Diário do Maranhão*, 30/11/11

¹⁹³ *A Pacotilha*, 1914

¹⁹⁴ O Código Civil de 1916 define o sistema de tutela e declara a população indígena como “relativamente incapaz” sendo igualada legalmente aos maiores de 16 anos e menores de 21. Define ainda que à medida que os indígenas se adaptassem à sociedade nacional poderiam adquirir plenos direitos.

nacionais e o papel do Estado. Os diferentes discursos produzidos por tais intelectuais regionais apontavam para a ideia de que, dentro da lógica de desenvolvimento então vigente, as populações indígenas e os trabalhadores rurais que ainda dotados de algum grau de mobilidade representavam um entrave ao expansionismo/crescimento, geográfico e econômico, além de uma ameaça constante à propriedade e à vida dos habitantes locais, tendo em vista o estabelecimento de relações conflituosas decorrentes dos diferentes interesses em jogo.

A partir da análise da conjuntura política e econômica do Maranhão em inícios do século XX, percebe-se um processo de desarticulação do modelo de *plantation* para exportação e a reconversão de frações da classe dominante agrária para atividades ligadas ao capital mercantil, bancário e industrial¹⁹⁵. Este processo refletiu-se nas entidades da sociedade civil local que passaram a justificar suas demandas a partir de um discurso de decadência da economia do Estado¹⁹⁶, imprimindo como proposta de solução para esse quadro a necessidade de investimentos direcionados aos interesses de determinadas frações de classe agrárias como, por exemplo, o gerenciamento da mão de obra e o melhoramento do transporte fluvial e férreo, que, conseqüentemente, valorizaria as terras de um modo geral. Desempenhou um papel importante neste processo, a Associação Comercial do Maranhão, entidade subsidiária da Sociedade Nacional de Agricultura que, como aparelho privado de hegemonia, agia no sentido de inserir junto aos aparelhos do Estado restrito suas reivindicações específicas.

Desta forma, o SPILT, cuja efetivação no plano do discurso e da prática comprometia-se com a construção do “caráter nacional”, ao buscar afirmar-se no âmbito local por meio da Inspeção do Maranhão, ficava à mercê da conjuntura regional e, uma vez que seu discurso se adequava às demandas das frações da classe dominante locais, contou com prestigiosa recepção no âmbito político maranhense. Nesse sentido, na medida em que o avanço de seus trabalhos e a efetiva implantação do órgão na região dependia de sua boa relação com os grupos de interesse locais – estando sujeito a barganhas pelas terras que deveriam ser doadas pelo estado e subordinada à articulação dos políticos com a órbita federal para apoiar o andamento da instalação dos Centros Agrícolas - nota-se que o órgão era percebido por esses atores políticos como instância intermediária que lhes poderia facultar acesso à administração federal. Logo, a formação de consenso em torno da implementação da política do SPILT na região passaria a ser também tarefa das frações locais da classe

¹⁹⁵ REIS, 1992.

¹⁹⁶ Cabe ressaltar que o discurso da decadência da lavoura maranhense, utilizado amplamente pela literatura da época, não era homogêneo. Encontra-se uma análise desse discurso em WAGNER, Alfredo. A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão. Rio de Janeiro: Casa 8, 2008

dominante local e, para isso, utilizava-se de um vasto escopo de estratégias, como a publicação de artigos e telegramas oficiais junto a jornais, sessões de cinema, entre outros.

CAPÍTULO 3

DE “MASSA ANONIMA” A “TRABALHADORES NACIONAIS”: A LOCALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NACIONAIS E O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DOS GRUPOS INDÍGENAS NO MARANHÃO

Caracterizado pelas disputas por terra, mão de obra e poder político, protagonista de relações interétnicas conflituosas, que resultavam em inúmeros processos de etnogênese e etnocídio, a sociedade maranhense abrigava diversos grupos indígenas dotados de diferentes chefes, de etnias distintas que interagiam entre si e com diversos grupos da sociedade local conformando um complexo quadro de relações sociais. Ademais, essa mesma região também protagonizou a formação de inúmeros quilombos que cederam e resistiram às tropas provinciais, constituindo um campesinato negro que se inseria na dinâmica do mercado local, mas que, muitas vezes, interagiu conflitivamente com grupos indígenas e demais população local.¹⁹⁷

Sendo assim, em face dos múltiplos interesses em disputa e considerando a enorme gama de possibilidades assumida pelos arranjos sócio-políticos, busca-se compreender o processo de interação entre o SPILTIN e as sociedades civil e política do Maranhão sob o prisma da pluralidade. Tais relações, que tinham como objeto de ação as populações-alvo alocadas nos *Centros Agrícolas* e *Postos Indígenas*, foram vivenciadas de maneira desigual por esses segmentos, que expressavam lógicas específicas e muitas vezes antagônicas, atuando de maneira a se aproximar ou se afastar do SPILTIN, segundo seus interesses conjunturais. Desta maneira, ao mesmo tempo em que a implantação do SPILTIN possibilitaria toda uma dinâmica de relações sociais que atendia às demandas das frações da classe dominante local, também conferia aos grupos indígenas e “trabalhadores nacionais” outros meios de negociação e mobilização.

Diante de um cenário, cujo teor de conflito agregava-se às propostas de recuperação econômica anunciadas pelo governador Luís Domingues nota-se que, no tocante à atuação da Inspeção do SPILTIN, houve grande preocupação em estabelecer nos *Postos Indígenas* e no Centro Agrícola de Alcântara uma infra-estrutura que servisse tanto para impor a legitimidade da atuação dessa agência na região, quanto a afirmação de seus quadros como representantes do Estado restrito nacional, além de instituir padrões de produção e circulação de mercadorias junto às populações que escapavam dessa lógica. Administrava-se, portanto, a distribuição da

¹⁹⁷ Flavio Gomes, em *Experiencias Atlânticas. Ensaio e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação*, expõe uma série de conflitos entre indígenas e quilombolas na região do Turiaçu-Gurupi no séc. XIX.

força de trabalho e geria-se os conflitos buscando minimizar desequilíbrios e tensões políticas e econômicas próprias à economia, sociedade política e do Estado do Maranhão. As sessões que compõem este capítulo buscam analisar tais processos de interação à luz das práticas do SPILTIN na região.

3.1 *O Centro Agrícola de Alcântara*

Uma reunião realizada na sede da Inspetoria Agrícola do Maranhão no ano de 1911, à qual estavam presentes, além de seus próprios quadros, Christino Cruz, alguns proprietários rurais representantes da Associação Comercial do Maranhão e agrônomos do SPILTIN - provavelmente Américo de Pinho Leonardo Pereira e Pedro Ribeiro Dantas, respectivamente engenheiro agrônomo e chefe da Inspetoria do SPILTIN - ganhou espaço de destaque em no periódico local *O Diário Maranhense*. Segundo o jornal, após expostas as principais causas determinantes da decadência da lavoura do Estado - dentre as quais avultavam a falta de braços e de capitais, de vias de transporte e de comunicação - sugeriu-se que para suplantar tais empecilhos fazia-se necessário a abertura de estradas e a limpeza dos rios navegáveis, a demarcação das propriedades agrícolas, a instrução agrícola, a prática no Campo de Demonstração¹⁹⁸ e no Aprendizado Agrícola¹⁹⁹, além de reduções dos fretes e impostos. Segundo Mendonça, compreendendo o escopo de iniciativas do MAIC, enquanto os campos de demonstração destinavam-se a estabelecer o ensino agrícola, por meio da formação de turmas de aradores, da produção e distribuição de sementes e mudas, bem com ao auxílio de proprietários vizinhos à sede, os campos experimentais voltavam-se para a pesquisa do aprimoramento e seleção de espécies agrícolas²⁰⁰.

Tais soluções, conforme analisado no capítulo anterior, já estavam sendo debatidas na sociedade maranhense e encontravam respaldo em publicações como aquelas encomendadas pela Associação Comercial do Maranhão, tal qual “Os interesses Maranhenses”, de 1906, assinada por Fran Paxeco:

¹⁹⁸ Iniciativa desenvolvida sob os auspícios da Inspetoria Agrícola do Maranhão. Dentre os campos de demonstração encontra-se a Estação Experimental do Algodão, no Município de Coroatá, que funcionava sob a direção de Willian Wilson Coelho, engenheiro da Inspetoria Agrícola local, sócio da SNA e filho de cotonicultores. Cf. COELHO, Willian Wilson. *O algodão brasileiro*. A lavoura. Revista da Sociedade Nacional de Agricultura, 1916.

¹⁹⁹ Entre 1910 e 1913 instalou-se o *Aprendizado Agrícola Christino Cruz* no Município de Guimarães, que funcionou como escola de profissionalização para aprendizes de ofícios no setor agrícola. Desativado em 1914, em 1916 foi transferido para São Luís por determinação do Governador Herculano Nina Parga. Cf. VAZ, Leopoldo Gil Dulcio. *Indícios de ensino técnico profissional no Maranhão: 1612-1916*. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.34, p.97-107, jun.2009

²⁰⁰ MENDONÇA, 1997, p.153-156.

A conclusão a tirar, por conseguinte é que urge instalar colônias agrícolas, para amestrar o trabalhador local, decretando o trabalho obrigatório, afim de que a polícia campestre se agite nesta campanha saneadora; comprar e usar os maquinismos para produzir mais e melhor, permitindo aos proprietários uma lucrativa fiscalização de capitaes em giro;²⁰¹

Nota-se que a solução exposta por Paxeco vai ao encontro do discurso difundido pelo SPILTN cinco anos mais tarde quando em relatório endereçado ao ministro do MAIC argumentava-se que a capacidade de produção do trabalhador não estaria no seu valor individual e sim na técnica e nos métodos tendentes ao seu máximo aproveitamento²⁰². Desta forma, as práticas do SPILTN estariam em consonância com as demandas protagonizadas por frações da classe dominante agrária do Maranhão, que apostavam no discurso da “crise da lavoura maranhense” e da “vocação agrícola” regional – o qual era compartilhado com a Sociedade Nacional de Agricultura - para galgar medidas protagonizadas pelo Estado restrito que se adequassem às suas necessidades econômicas, ou seja, o controle da terra e da mão de obra.

A proposta do SPILTN para a fixação de trabalhadores em espaços demarcados a partir de terras devolutas cedidas à União pelos estados aguçou os interesses políticos locais antes mesmo da inauguração dos serviços do órgão na região. Ainda antes da inauguração do SPILTN no Maranhão, o Ministro Rodolpho de Miranda, que esteve à frente do Ministério da Agricultura de 1909 a 1910, já havia recomendado ao Diretor Geral do SPILTN, Cândido Rondon, que se instalasse o primeiro Centro Agrícola no estado²⁰³. Nota-se que a implantação de um Centro Agrícola sustentaria, então, o interesse em incrementar a produção com garantias de seu direcionamento e inserção ao circuito mercantil formal. Já instalada a Inspeção do SPILTN no Maranhão, Pedro Dantas, em correspondência com o diretor do Serviço, revelava ânimo para encetar tal empreendimento, apresentando indícios de sua boa relação com a sociedade política local:

Núcleo agrícola fundado no continente em boas terras preencherá melhor o destino do nosso regulamento, determinando maior convergência de trabalhadores nacioanes e estabelecendo reparações mais vastas em vários pontos do Estado. Colocado na ilha fica de facto insulado do convívio da grande população agrícola. Muito confiante estou incremento nossa missão nesse estado, sendo apara assignalar a conducta altamente patriótica esclarecido governador Luis Domingues.²⁰⁴

A exaltação da conduta do governador por meio de seu elogio público representava a

²⁰¹ PAXECO, Fran. *Os interesses maranhenses*. A Revista do Norte, São Luís do Maranhão 1904, XXVIII

²⁰² Relatório do SPILTN, Diretoria, 1911.

²⁰³ Telegrama enviado ao governador Luís Domingues em Setembro de 1910.

²⁰⁴ *O Diário do Maranhão*, 20/3/1911

confirmação de uma aliança proposta pela sociedade política local no ato da inauguração da Inspetoria do SPILTN, quando Dantas fora presenteado com uma seta e uma caneta, tal como analisado em capítulo anterior. Observa-se que muitos telegramas publicados nos jornais pelo encarregado do SPILTN na região reconheciam publicamente o apoio do governador. Para Luis Domingues a aliança representava maior prestígio em face da administração federal e também de seus pares, que o pressionavam por determinadas medidas, enquanto que para Inspetoria do SPILTN no Maranhão a aliança representava a possibilidade de galgar maior legitimidade e margem de manobra.

Igualmente, o telegrama expedido por Pedro Dantas também sugere a discussão do modo como se determinou a área de instalação do Centro Agrícola. Segundo o Regulamento do SPILTN, a escolha de terras deveria preceder de um exame por parte da Diretoria do órgão a fim de serem verificadas as condições de produção e escoamento das mercadorias a serem ali produzidas:

Art. 24. Os Centros Agrícolas serão estabelecidos em boas terras de cultura, apropriadas á lavoura mecânica, dotadas de perfeitas condições de salubridade, de mananciais ou cursos de água potável, servidas de meios fáceis de comunicação e próximas dos mercados consumidores.

Art. 25. O governo promoverá, desde já, a fundação de um ou dous Centros Agrícolas, em cada um dos Estados, em que julgar conveniente, inclusive o Districto Federal, devendo sempre ser preferidas para esse fim zonas cortadas por estradas de ferro da União e que reúnam os requisitos exigidos pelo artigo anterior.²⁰⁵

A estratégia do governo baseou-se em facilitar o Centro Agrícola para conquistar, em troca, incentivos federais visando melhorias no sistema de transporte. Segundo o governador do Maranhão,

(...) a receita precisa aumentar pelo acréscimo da produção e nada a reduz mais do que o gravame do imposto e a carestia do frete. Assim, aliviar de imposto todo produto que não seja do vicio ou do luxo e prestar-lhe transporte constante ou barato deve ser, ao meu ver, a nossa preocupação cardeal.²⁰⁶

Desta forma, buscou-se atrelar à instalação do Centro Agrícola a construção de um canal conhecido como Gerijó e, para isso, lançou-se mão de um acordo entre o governo do Maranhão e o Governo Federal. Enquanto o primeiro disponibilizou trezentos contos de réis para a construção do canal e vinte mil hectares de terras férteis para a fundação do Centro Agrícola, o segundo garantiu a efetivação e construção de ambos. A abertura desse canal seria, então, de fundamental importância para o melhoramento dos transportes na região, pois ligava

²⁰⁵ Regulamento do SPILTN, Decreto n.9.214 de 15 de Dezembro de 1911

²⁰⁶ Relatório presidente de província do Maranhão 1911

as baías do Cuman e S. Marcos, através do município de Alcântara, sem a temerosa travessia de Itacolumy (Mapa 1), tal qual enfatizado em relatório do Governador:

A abertura do canal do Gerijó, a desobstrução dos rios e o melhoramento de seus portos são outras tantas soluções do problema do transporte. A abertura do canal de Gerijó é como a do Arappahy, de longos anos aneada pelo comércio e pela lavoura de extensíssima e ubérrima região do Estado (...)²⁰⁷

Mediante tal imperativo, o governador Luís Domingues, após percorrer o trecho em que seria aberto o canal de Gerijó, levou ao local o agrônomo do SPILT, Leonardo Pereira, que fora incumbido de escolher o melhor sítio para a fundação do Centro Agrícola. Em telegrama a Pedro Toledo²⁰⁸, Ministro da agricultura, o governador afirmava:

(...) de passagem pela cidade de Tury-assu, tive há dias o prazer de conferenciar com o agrônomo Leonardo Pereira, do Serviço de Localização de trabalhadores Nacionais(...)Em excursão de exame de terras para escolha de um sitio mais apropriado para a fundação de um centro agrícola, o agrônomo se convenceu de que são as terras chamadas do Carmo, de propriedade da união, no município de Alcântara(...) Local que elle considera superior a toda expectativa em riqueza de terras(...)²⁰⁹

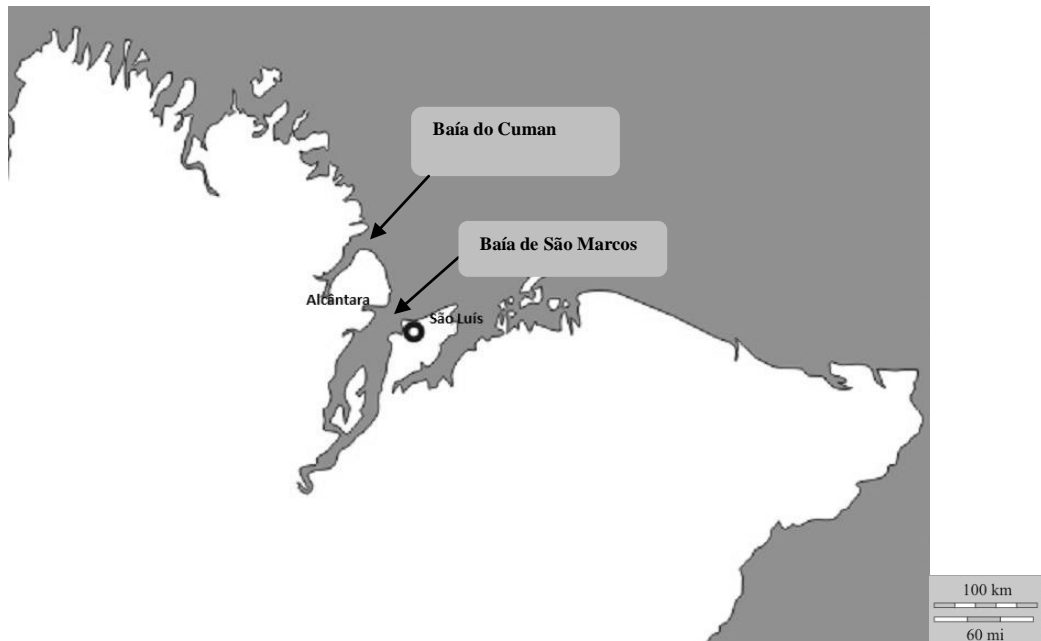
A abertura do canal era considerada inestimável vantagem para toda aquela zona agrícola mas, com o porto de Tamatatuia, as obras do Centro Agrícola puderam ser iniciadas sem haver necessidade de protelar até suficiente avanço das obras do canal. Todavia, não há indícios da efetivação do canal, que parece nunca ter sido construído.

²⁰⁷ Idem, 1910.

²⁰⁸ Vale lembrar que Pedro Toledo, na época ministro da agricultura, era também membro da Cruzada Gonçalves Dias e grande cafeicultor paulista, além de importante político na campanha hermetista e membro da SNA.

²⁰⁹ Relatório do Governador do Maranhão, 1911

Mapa 1. Mapa físico do Maranhão: Baías de Cuman e São Marcos



FONTE: http://d-maps.com/carte.php?lib=maranhao_map&num_car=16100&lang=en, com alterações.

Dentre tantos municípios, a escolha de Alcântara para a instalação do Centro Agrícola não foi aleatória, já que muitos interesses locais direcionaram o agrônomo do SPILTIN a concluir por aquela região. É possível afirmar que estes interesses já estavam sendo articulados em momento anterior à implantação do órgão na região e ainda permaneciam em estado de negociação após a chegada dos representantes do Serviço ao Maranhão, como por exemplo, na já citada ocasião em que se reuniram na Inspetoria Agrícola representantes de diferentes setores da sociedade maranhense. Diante dos vestígios analisados, depreende-se algumas nuances que levam a conclusões sobre essa questão, para além da expectativa do governo estadual em fomentar o comércio com a criação do canal de Gerijó, o qual, ao passar por Alcântara, alçaria a região ao *status* de importante entreposto comercial.

Na região de Alcântara localizava-se o Engenho de Jirijó, que havia pertencido ao falecido Barão do Grajaú²¹⁰, patrimônio confiscado dos Jesuítas após sua expulsão do Maranhão²¹¹. Ademais, o reconhecimento da região realizado por Leonardo Pereira e Willian Wilson Coelho de Souza, respectivamente agrônomos do SPILTIN e da Inspetoria Agrícola do Maranhão, revela um discurso bastante impactante acerca da população local. Ambos os

²¹⁰ Vale lembrar que Barão do Grajaú, formado pela escola de Direito de Recife, era um dos mais destacados proprietários de engenho da Baixada.

²¹¹ XIMENDES, Carlos Alberto. *Sob a mira da Câmara: viver e trabalhar na cidade de São Luis. (1644-1692)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, UFF, 2010

“técnicos” - cuja formação profissional implicava no monopólio do conhecimento legítimo sobre o campo, a produção agrícola e o trabalho rural – visitaram algumas fazendas da região e tiveram suas impressões publicadas no *Diário do Maranhão*.

As publicações, intituladas *Impressões de Alcântara*, traziam versões carregadas de intencionalidades acerca do modo como se produzia no local. Ao visitarem a Piaubité, de propriedade da família Viveiros, concluíram que o “caboclo ignorante, indolente e perverso queima o matto para reduzi-lo a carvão” e ainda que:

(...) o milho, arroz, mandioca, plantadas sempre em comum e muito mal cuidadas, pois a ignorância do caboclo que como fogo e o machado destrói a matta e plantou o que não lhe dá para viver e mais ainda porque nem ao menos capinam as suas roças; são lavradores que se regem pelo correr das estações e tradicção tacanha de cultivar a terra dos seus antepassados. (...) Essas terras distam da cidade de Alcântara de aproximadamente 14 km 500(...).²¹²

Sobre a fazenda de Tamatauia, cujos indícios apontam para a potencial instalação do Centro Agrícola, concluíam que pertenceu à Ordem do Carmo e que “a atual produção dessa gente não dá nem para a vontade própria”. Outra localidade envolvida na região de Alcântara e procedente de uma ordem religiosa era Itatinga que, originalmente, achava-se sob os auspícios dos frades carmelitas quando, por morte do último deles, passou ao domínio do governo federal. Sobre ela, concluíam os agrônomos:

Nella se encontra um corpo de matta, muitas capoeiras e algumas plantações predominando a de melancia. É tal a indolência dos invasores dessas terras, que nem ao menos colhem o que plantam (...) seus ocupantes verdadeiros devastadores da uberidade dessas terras. (...) estão invadidas por muitos indivíduos, que se podem considerar intrusos, que nelles se situam somente para devastá-las deixando após si a miséria. Negam-se a pagar os aforamentos e quando sejam intimados num certo ponto fazê-lo abandonam este sitio e vão adiante, levar a mesma ruína a desgraça e a desídia. (...) Itatinga está situada a duas léguas da cidade de Alcântara.²¹³

Nota-se, portanto, que o discurso comum da falta de prosperidade pelo encarecimento do frete e pela ignorância da mão de obra local, propagado pelos dirigentes políticos locais, encontrou respaldo nos “representantes da ciência agrônômica”, o que nos remete, também, ao processo de imposição de uma lógica de mercado, tendo como principal objetivo o lucro. Nesta lógica, a produção estaria orientada pelo preço do produto. Entretanto, analisando o discurso veiculado pelos agrônomos sobre a produção das regiões visitadas no município de Alcântara, e que fugiam ao controle do grande proprietário, conclui-se pela existência de um

²¹² *Diários do Maranhão*, 26/05/1911

²¹³ *Diários do Maranhão*, 26/05/1911

conflito entre visões de mundo marcadas ora por uma economia de mercado orientada para o lucro - propagada por Leonardo Pereira e Willian de Souza – ora pela lógica de produção local de subsistência.

Mediante a escassez de dados sobre o tema, a análise de Chayanov pode ser elucidativa no sentido de suscitar a melhor compreensão das práticas que regiam os trabalhadores rurais observados pelos funcionários do Estado, uma vez que desnaturaliza a incontestância do cálculo para o lucro. O autor, ao analisar diferentes sociedades camponesas, conclui que a exploração agrícola familiar emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, recebendo como resultado certa quantidade de bens. Para eles, o produto do trabalho nesse sistema seria indivisível, tornando a renda impossível de ser individualizada, o que, conseqüentemente, implicaria na ausência de lucro líquido, impossibilitando a aplicação do cálculo capitalista. A quantidade do produto do trabalho seria determinada, principalmente, pelo tamanho e a composição da família trabalhadora - ou seja, o número de membros capazes de trabalhar, a produtividade da unidade de trabalho e o grau de esforço do trabalho, o qual seria determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a penosidade do trabalho.

A conduta econômica seria, portanto, orientada pelo “princípio do equilíbrio interno” - equilíbrio entre satisfação da demanda e penosidade do trabalho - e não pela lucratividade, tal como formulada em uma economia de mercado.²¹⁴ Diante dessa perspectiva, pode-se inferir que esses trabalhadores observados pelos agrônomos do SPILTIN e da Inspetoria Agrícola local poderiam ser portadores de uma visão de mundo que se contrapunha, na prática, à economia de mercado.

A análise de Chayanov ressalta a relevância do núcleo familiar para a produção camponesa. Da mesma forma, o Regulamento do SPILTIN privilegiava a dimensão familiar da produção agrícola para a montagem dos Centros Agrícolas. Segundo este instrumento os Centros Agrícolas seriam constituídos por trabalhadores nacionais domiciliados no mesmo Estado e que satisfizessem às seguintes condições:

- a) não ter sido condenado por crime de qualquer natureza, nem ter sofrido prisão correccional por embriaguez contravenções; b) ser chefe de família ou solteiro com mais de 21 anos de idade e menos de 60; c) ser trabalhador agrícola; d) ter capacidade física para trabalho. Parágrafo único. Os chefes de família serão sempre preferidos, desde que satisfaçam as condições das letras a, c e d.²¹⁵

²¹⁴ CHAYANOV, A. V. *On the Theory of Non-Capitalist Economic Systems*. In: *The Theory of Peasant Economy*. Homewood, Illinois: The American Economic Association/Richard Irwin, 1966, pp. 1-28.

²¹⁵ Regulamento do SPILTIN, 1910.

Para se candidatar ao Centro Agrícola o indivíduo deveria ser um trabalhador agrícola, sendo esses os "trabalhadores nacionais" a serem localizados na região. Ou seja, homens e famílias do campo que ainda garantiam para si uma subsistência fora dos padrões da mercado e fora dos domínios diretos do proprietário rural. Quanto a essa população, o jornal *A Pacotilha* publicaria, em 1911, telegrama endereçado ao Inspetor Pedro Dantas onde aponta para o caráter voluntário e impessoal que se deveria imprimir à fixação do “nacional”:

(...) já começam a chegar à inspetoria diversos requerimentos de trabalhadores nacionais, pedindo sua admissão no Centro Agrícola, de acordo com as condições do regulamento. Taes requerimentos irão sendo arquivados por ordem cronológica, de sorte que, em igualdade de condições, serão preferidos os que primeiro tiverem sido apresentados.²¹⁶

Nota-se que a candidatura ao Centro Agrícola também implicava em um ritual burocrático que, muito provavelmente, não se achava ao alcance de qualquer trabalhador rural. O fato de se ter que preencher e enviar um requerimento indica que tais ações seriam desempenhadas por indivíduo letrado. Logo, o agente encarregado desses procedimentos tinha o poder de selecionar os habitantes do Centro. Ao se voluntariar, o trabalhador rural receberia transporte para si, sua família e bagagem até o Centro, onde seria munido de ferramentas, plantas, sementes, três meses de assistência financeira e um ano de assistência médica.

Esta mesma lógica está presente no Serviço de Povimento do Solo Nacional, instância do MAIC responsável pela política de imigração, que privilegiava a dimensão familiar na montagem de núcleos coloniais²¹⁷. Para Ramos, a família do imigrante era concebida como a garantia não apenas do financiamento oferecido pelo governo federal na forma de trabalho familiar, mas também de sua adesão ao projeto de colonização. Um colono sozinho dificilmente seria capaz de conduzir a exploração de um lote colonial que media em torno de 25 hectares. Isso tornava fundamental o papel da auto-exploração familiar, mesmo que sob o rótulo família se encontrassem agregados vindos da Europa para trabalhar no lote concedido ao chefe de família. Desta forma, a família, ela mesma, era o capital simbólico e econômico do imigrante, era a garantia da efetivação do empreendimento e, por conseguinte, do pagamento da dívida²¹⁸.

No entanto, segundo Souza Lima, as condições para o assentamento de imigrantes estava estabelecida sob alguns parâmetros bastante diferenciados. Dentre eles menores prazos

²¹⁶ *A Pacotilha*, 20/09/1911

²¹⁷ RAMOS, Jair de Souza. *Enredando Famílias: Estado e Família no Povoamento do Solo Nacional*. Campos 5(2):25-43, 2004.

²¹⁸ Idem.

para iniciar pagamento das dívidas contraídas e para o resgate dos lotes, além das condições de venda desses lotes pelos colonos, dado que os imigrantes gozavam de liberdade para alienar os lotes sem o crivo do Estado²¹⁹. Consoante Art. 44 do regulamento do SPILTN, o trabalhador nacional que se incorporasse a um Centro Agrícola estava obrigado :

a não arrendar, vender ou hypothecar o lote e as respectivas bemfeitorias, nem fazer sobre elle proposta de venda ou qualquer contracto que o prive de cultivar livremente, até que obtenha o titulo definitivo de propriedade; não podendo vende-lo ou arrendá-lo, mesmo depois de obtido o titulo definitivo, sinão a pessoas que reunam as condições do art. 32, a juizo do director do serviço e com aprovação do ministro.²²⁰

O preço dos lotes, compreendendo a casa, a serem financiados aos trabalhadores seria estabelecido pelo titular do MAIC de acordo com a proposta do diretor do SPILTN. Para Souza Lima, “criava-se uma forma estatizada de cativo da terra” ao inserir as populações que dispunham certa de mobilidade, mediante os ditames dos grandes proprietários e do mercado formal, sob a gestão de um aparelho de Estado que mediatizava o acesso a terra por meio da sua mercantilização e que, para isso, lançava mão de sistema de crédito. Nota-se, portanto, para além do controle do espaço, um esforço realizado para o controle da mão de obra rural e da produção.

Diante do que foi exposto na primeira sessão do capítulo, acerca das transformações no cenário econômico e fundiário do Maranhão - quando o sistema de produção para exportação baseado na grande propriedade se deprime, ao passo em que o trabalhador rural ia estabelecer-se no interior dessas grandes propriedades ou em terras devolutas, aprofundando as relações de subordinação deste à agricultura mercantil por meio de sua integração ao circuito de financiamento -, e a partir da análise dos discursos sobre a categoria "trabalhador nacional", podemos deduzir que o registro para admissão ao Centro Agrícola também pode ter sido percebido pela população local como um instrumento de aquisição do acesso à terra no âmbito legal galgando, assim, em teoria, maior independência frente aos grandes proprietários rurais, visto que os lotes deveriam ser comprados mediante parcelamento.

Seria interessante comparar o funcionamento dos núcleos coloniais do Serviço de Povoamento com o Centro Agrícola de Alcântara. No entanto, as informações sobre o funcionamento desse Centro Agrícola são escassas. Encontra-se em Relatório do MAIC de 1914, no quadro onde é apresentada a relação dos próprios nacionais, a Fazenda Tamatatuia,

²¹⁹ LIMA, 1992, p.248

²²⁰ BRASIL, MAIC. Regulamento do SPILTN, 1911, Art. 44

também localizada no município de Alcântara e cedida pelo Ministério da Fazenda, como sede do Centro Agrícola. De acordo com o laudo do levantamento do terreno realizado pelo SPILT, assinado por Pedro Barreto²²¹ em 1914, havia a intenção de se instalar nesta fazenda a olaria mecânica do referido Centro²²². Neste mesmo ano, segundo telegrama publicado em *A Pacotilha*, previa-se sua inauguração: “Sigo [Pedro Dantas] amanhã Gerijó e Tamatatuia providenciar preparativos inauguração parcial centro agrícola e dos aparelhos escavadores do canal, depois do que empreenderei prolongada expedição as zonas indijenas neste começo de ano”.²²³

O fato é que, segundo relatório do MAIC de 1914, nos Centros Agrícolas dos Estados do Maranhão, Piauí, Sergipe e Bahia achavam-se localizadas - em caráter provisório e ainda sem os respectivos títulos de posse - seiscentas famílias, constituídas, nos dois primeiros, por antigos ocupantes das respectivas terras. Já em 1915, só no Centro Agrícola de Alcântara, contava-se com mais de quinhentas famílias dedicando-se a pequenas culturas, tendo sido neles construídos edifícios destinados à administração, escola, casas de tipo definitivo para os colonos e iniciados os trabalhos nos campos experimentais, tal como orientado pelo regulamento do SPILT.²²⁴ O mesmo relatório sugere a efetivação e funcionamento regular do Centro em questão, conquanto sugira dificuldades na ampliação e aprofundamento de suas atividades: “(...) os trabalhos alli executados no anno findo se limitaram a conservação em geral, bem como a construção e reparos da estrada e de cercas de arame para os pastos de animaes de serviço e ao preparo de lavouras no campo de experiências”²²⁵.

Este Centro Agrícola passou para os auspícios do Serviço de Povoamento em 1909, havendo indícios de que estava situado em Santo Antônio e Almas, possuindo trinta lotes com áreas de dez metros em quadro. A próxima seção se ocupará da análise do processo de implantação do SPILT no Maranhão à luz da lógica de um processo de territorialização que abarcava diversos grupos étnicos. Segundo João Pacheco, tal movimento de territorialização levado a cabo pelo Estado restrito, pode ser caracterizado como uma intervenção da esfera política que associava um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados, configurando-se como “ator político que constitui objetos étnicos através de mecanismos arbitrários e de arbitragens”²²⁶.

²²¹ Pedro Barreto possivelmente incorpora o quadro de funcionários do SPILT como engenheiro agrônomo.

²²² Sumula dos serviços executados no centro agrícola do município de Alcântara, 1915.

²²³ *A Pacotilha*, Telegrama de Pedro Dantas para a Diretoria do SPILT, 12/01/1914

²²⁴ Relatório Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, 1916.

²²⁵ Idem

²²⁶ OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.) *A Viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999, p.23

3.2 “A campanha de paz”: representações acerca das identidades indígenas e do papel do SPILTN no processo de territorialização dos grupos indígenas no Maranhão do século XX

A publicação pelos periódicos maranhenses de correspondências produzidas pelo e sobre o SPILTN era recorrente e ocupava a primeira página de jornais como *A Pacotilha* e o *Diário do Maranhão*. Levando sempre no título o nome do Serviço, tal tática de propaganda visava, principalmente, convencer e difundir a ideologia do órgão de forma a promover o consenso entre as frações de classe agrárias locais que, organizadas por meio da Associação Comercial do Maranhão e ocupando diversas instâncias do aparelho de Estado restrito, apoiavam os trabalhos da Inspeção, travando relações de compromisso com seus quadros dirigentes, como, por exemplo, aquele sustentado pela Cruzada Gonçalves Dias²²⁷.

Cunhado pelo Inspetor Pedro Dantas, o divulgado termo “a campanha de paz” serviu como metáfora para os trabalhos do SPILTN no Maranhão, tal como expresso em telegrama publicado em *A Pacotilha*, no ano de 1911:

Tal é a promissora situação em que se acham as relações entre a inspeção do Serviço de Proteção aos Índios no Maranhão e os nossos mais desviados e inacessíveis protegidos naquele Estado. A campanha de paz (passe o paradoxo), em que estamos empenhados, ainda está longe de se dizer ganha, é bem verdade, mas ella virá infalível, por fim, e talvez mesmo mais depressa do que possa razoavelmente esperar.²²⁸

Escolhido para figurar a primeira página do jornal *A Pacotilha*, cujo proprietário era o importante político local Costa Rodrigues, o telegrama acima explicita o caráter tutelar que o Serviço buscava imprimir, ao referir-se às populações indígenas como “protegidas”. Tal noção que dá nome ao órgão, *proteção*, estava diretamente relacionada à justificativa positivista para a criação e ação do SPILTN, contendendo em si a ideia-chave de que caberia ao Estado tutelar os povos indígenas, principalmente aqueles “mais desviados e inacessíveis”, convertendo-os em população trabalhadora agrícola. Propagandeava-se, por tanto, a filosofia positivista partilhada pelos agentes do SPILTN, segundo a qual as populações indígenas encontravam-se em estágio fetichista da evolução do espírito humano, sendo susceptíveis de progredir, caso lhes fossem proporcionados os instrumentos da sociedade ocidental.

O termo “campanha de paz” pode ser bastante elucidativo quanto ao discurso difundido pelo SPILTN sobre sua ação na região. Tal representação coincide com o papel conferido ao órgão indigenista - a “pacificação” dos grupos indígenas mais aguerridos - o que,

²²⁷ A Inspeção de São Paulo utilizava da mesma estratégia de propaganda dos serviços na região.

²²⁸ *A Pacotilha*, 31/09/1911

tendo em vista a conjuntura local, em muito agradava parte dos proprietários de terra e outros setores, como o do extrativismo, que explorava economicamente a região. Fato curioso é que o próprio inspetor do SPITLN assumia o paradoxo da concepção pacificadora. A contradição se dava, uma vez que a dita “campanha de paz” era encetada, muitas vezes, por meio da guerra.

As relações conflituosas entre índios e população local apontam para um cenário complexo de disputas antigas, movidas por vinganças e por novos encontros interétnicos, bem como para a prática corrente do extermínio de indígenas como solução de pendências locais. A política do extermínio não assumiu, no Maranhão, a forma de discurso, mas pode ser flagrada, por exemplo, em relatório do governador do Estado, datado de 1914: “Apenas dois morticínios perpetrados no interior contra toda uma aldeia de índios mansos, no Grajahu, por vingança de um punhado de fazendeiros, e contra uns índios bravios no Tury-Assú, por igual instinto sanguinário”.²²⁹

Nota-se a relativização dos acontecimentos mediante o procedimento de conferir a esses episódios certo grau de naturalidade e normalidade, bem como da utilização, pelo discurso oficial, de categorias como “índios bravios” e “índios mansos”, o que tende a mascarar a complexidade de relações que envolviam os diferentes e numerosos grupos indígenas locais. Nesse sentido, é interessante destacar a maneira como foram retratados ambos os acontecimentos. Enquanto o assassinato cometido na região de Grajahu foi contra “**toda** uma aldeia de índios mansos” - termo que realça o ocorrido; já o sucedido em Tury-Assú foi contra “**uns** índios bravios” - o que dá a impressão de menor importância por tratar-se, justamente, de população indígena considerada “não civilizada”. No entanto, a lógica do extermínio era combatida pelos funcionários do SPITLN, que se posicionavam como “pacificadores” de conflitos violentos. Ao mesmo tempo, a expressão “instinto sanguinário” indica a adesão do governador ao discurso emanado do órgão indigenista, já que ela induz à condenação das práticas de violência.

A dimensão da propaganda com o objetivo de difundir o discurso do SPITLN era fundamental e bastante presente. Dentro desta perspectiva foram publicadas em jornal felicitações pela pacificação dos Kaingangs paulistas, em São Paulo, grupo indígena constantemente comparado com os Urubu-Kaapor do Maranhão, ambos categorizados como “tribos hostis”. Nesta ocasião Dantas apontava a ação do SPITLN em São Paulo como exemplo a ser seguido e ainda a utilizava para desmontar o argumento que se pretendia

²²⁹ Relatório governo do Maranhão 1914

“científico” de Von Ihering a respeito das populações indígenas:

A doutrina Ihering, assim chamada do nome do seu autor, o Dr. Von Ihering, diretor do Museu Paulista, resume-se aos seguintes termos de uma memória, pelo mesmo apresentada, sobre os índios do noroeste paulista, e que aqui reproduzimos textualmente: - “ Os atuais índios de S. Paulo, não representando um elemento de trabalho e progresso e sendo um empecilho para a colonização das regiões que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio”. (...) Ao aldeamento desses mesmos índios, para os quais o Dr. Ihering apontava como único recurso o extermínio sistemático, é que o tenente Manoel Rabello acaba de chegar, sem ter sofrido hostilidade. Assim foram os Nhambiquaras e o mesmo se dará por toda a parte, onde o serviço de proteção for praticado com paciência e dedicação.²³⁰

João Pacheco de Oliveira, ao analisar a situação dos índios do Nordeste, conclui que a ação indigenista tinha que justificar para si mesma e para os poderes estaduais que seu objeto era efetivamente composto por “índios” e não por “meros remanescentes”²³¹. Ademais, ocasionalmente enfrentavam-se interesses locais contrários, gerando a necessidade da permanente exaltação de feitos como uma tentativa de impor e justificar a presença do Estado na região. No Maranhão, o SPILTIN sofria a resistência de alguns segmentos da sociedade, principalmente aqueles que estavam na linha de frente contra os grupos indígenas. Eram comuns os combates resultantes em mortes travados entre os grupos indígenas Urubu-Kaapor, alguns grupos de seringueiros e trabalhadores de linhas férrea e telegráfica. Em dezembro de 1911, o Inspetor Dantas emitiu o seguinte telegrama para Manoel Miranda²³²:

Telegrama de ontem do Sr. Fortunato Bandeira, seringueiro no alto-gurupi, para um jornal daqui, comunica terem os índios atacado Jararaca, matando um homem. Telegrafei ao delegado do serviço em Vizeu, o qual respondeu dizendo última carta de 20 de novembro dava tudo ali em paz. Notícia, conquanto verossímil, é de fonte suspeita, por ser Bandeira declarado adversário do serviço de proteção.²³³

Entretanto, a estratégia adotada por Fortunato Bandeira ao opor-se ao SPILTIN não foi a única desenvolvida por este grupo. Houve ainda o caso de Luiz Antonio Alves que, tendo participado junto à sua turma de trabalhadores, de conflitos com grupos indígenas, decidiu declarar apoio ao Serviço tornando-se representante da Cruzada Gonçalves Dias na região de Pinheiro. O que pode ser observado em telegrama de Pedro Dantas: “Excursão ao Alto Tury, onde houve ‘carrera dos selvagens’, regressou. (...) foi coroada de melhor êxito tendo

²³⁰ *A Pacotilha*, 19/12/1911

²³¹ OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.) *A Viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

²³² Sub Diretor do SPILTIN.

²³³ *A Pacotilha*, 15/12/1911

cessado as hostilidades dos indígenas e voltado a calma e tranquilidade as pessoas que ali se entregam à indústria extrativa, sob a direção do Sr. Luiz Antonio Alves.”²³⁴

Sob a ótica do controle social exercido pelo Estado e buscando inserir os estudos sobre a política indigenista em um quadro mais amplo, referente ao processo de instauração do Estado-Nação brasileiro, Sidnei Peres conclui que, no processo de produção das terras indígenas nos estados de Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pará e Pernambuco durante a vigência do SPILTIN a “indianidade era definida em íntima conexão com as formas de objetivação” de um terceiro termo da relação que se desencadeava a partir do trabalho indigenista. Este terceiro termo corresponderia às diferentes categorias de população não indígena como “colonos, arrendatários e intrusos”.²³⁵ A dimensão relacional da produção de categorias também deve ser observada no Maranhão. As diferentes etnias indígenas ganhavam categorias comuns quando classificadas pelos quadros locais do SPILTIN segundo as determinações do Regulamento da instituição, ou seja, pelo grau de relacionamento com a sociedade inclusiva. Mas, ao mesmo tempo, se configuravam em oposição às categorias genéricas de “trabalhadores”, “fazendeiros” e “seringueiros”, de modo que se inserido em uma turma de extração de borracha, por mais que tivesse origem indígena, o indivíduo era tomado por trabalhador da indústria extrativa.

Assim, seguindo os preceitos do evolucionismo positivista, cujo destino atribuído aos índios consistia em sua total subsunção à população de trabalhadores rurais, os grupos com menor grau de contato – correspondentes à categoria “índios selvagens” ou “índios bravos”, conforme relatório do governador do Maranhão e telegramas de funcionários do SPILTIN - eram representados como grupos “nômades” ou “hostis”. Aqueles que contavam com contato mais estreito eram categorizados como “aldeados” e os reunidos em Povoações Indígenas eram identificados como “pacíficos” ou “mansos”. Havia também os grupos estabelecidos em Centros Agrícolas, os quais já estariam totalmente incorporados à categoria de “trabalhador nacional”.

Desta forma, segundo relatório de 1918, a Inspeção do SPILTIN no Maranhão buscava dividir sua ação em quatro fases. A primeira estaria pautada pela atração de índios “hostis”; a segunda seria de transformação e educação dos indígenas “semi-selvagens”; a terceira correspondia ao ensino das lides de trabalhos agrícolas e industriais, ao passo que a quarta e última fase consistiria na “emancipação” e definitiva introdução dos indígenas na “sociedade

²³⁴Telegrama da Inspeção do Maranhão para a Diretoria do SPILTIN, *A Pacotilha*, 20/11/11

²³⁵ PERES, Sidinei. *Terras indígenas e ação indigenista no Nordeste (1910-67)*. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.) *A Viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

civilizada”. A exequibilidade da primeira fase consistiria no envio de uma expedição ao encontro dos grupos indígenas em conflito, visando estabelecer um ponto de apoio denominado *Posto de Atração*.

São muitas as descrições de conflitos, inclusive com as incursões do SPILT, reportadas em telegramas que circulavam entre os funcionários do órgão indigenista e as autoridades locais. Em tais descrições o SPILT procurava reforçar, também, o caráter heroico que se queria imputar às ações de seus funcionários, conforme trecho abaixo.

(...) de volta das aldeias do alto Gurupi, que deixei acomodadas e satisfeitas com as providências tomadas, entrei, a cinco, ao encontro dos nossos amigos índios *urubus*, com quinze homens, nove armados a rifle, os restantes com espingardas de caça. (...) depois de perdermos várias vezes seguidas fomos pressentidos pelos índios, pois, sem ainda esperarmos, chegamos bem próximo a aldeia; pouco antes, deixáramos vários brindes numa árvore próxima igarapé, onde havia pinguela, que transpusemos, e fora por eles aí posta à guiza de ponte; arrancamos fora do caminho e fui com quatro homens deixar outro grupo de brindes adiante, cerca de duzentos passos, numa curva do mesmo trilho; ouvíamos claramente repetidos toque boré, chamando guerreiros, latido de cães e grande vozeria, quando dispúnhamos presentes no local escolhido(...) Finalmente, ataque teve lugar as sete horas da manhã de onze, felizmente incruento, de parte a parte. Dois índios também, avizaram-me de que eles se aproximavam, tomando posições para a luta; os também gritavam-lhes que não brigáramos com eles, éramos amigos e lhes traziam brindes que designavam, convenientemente industriados por mim. Não obstante, fiz recolher os dois homens, pois o assalto começou, chovendo sobre nós, em poucos minutos, cerca de cinquenta flechas, todas com pontas aguçadas de ferro, bem trabalhadas, isso com enorme alarido. Poucas flechas romperam a paliçada, apenas uma, que me era dirigida, indo rasgar a camisa de um homem que se achava por traz de mim.²³⁶

Muitas vezes o grupo étnico não era identificado e, nesse caso, cabia à categoria “índios bravos” o papel classificatório. Tal mecanismo pode ser percebido neste exemplo, relatado em telegrama publicado pelo jornal *A Pacotilha*:

Jararaca, 28 de julho – relações com os índios bravos começam a melhorar. Chegando a dezessete a um pouzo da expedição anterior, onde Leandro deixara alguns gêneros para minha volta da expedição, encontrei tudo destruído, inclusive barraca, que reconstruí, nella deixando vários brindes, retrocedendo e fazendo o mesmo noutra pouzo. Ali tornamos a vinte, encontrando tudo intacto. Transpus Jararaca, subindo margem direita até outra pouzo, primeira entrada onde eu deixara em abrigo alguma farinha para aliviar carga de um homem adoentado. Verifiquei os mesmos estragos. Procedi da mesma forma anterior, deixando brindes e retrocedendo. Nova entrada a vinte e três, encontramos tudo intato na ida. Na volta, porém, surpreendemos intempestivamente índios retirando brindes da barraca intermédia, levando a maior parte, deixando alguns pelo chão. (...). Chegados ultima barraquinha, verificamos tudo haviam retirado com calma, pois tinham por essa começado, deixando-a, porem intacta, certos objetos, mesmo, retirados com cuidado

²³⁶ *A Pacotilha*, 17/07/1911

para não destruí-la.²³⁷

Podemos perceber, em ambos os telegramas, as táticas de aproximação utilizadas com o objetivo de estabelecer relações com grupos indígenas de modo a amenizar os conflitos locais, mas, ao mesmo tempo criando outros atritos. Chamado pelos funcionários de “pacificação”, o processo de aproximação dos grupos em pugna com a população local - formada por garimpeiros, madeireiros, seringueiros, trabalhadores rurais e trabalhadores da linha telegráfica – seria marcado por incursões em territórios ocupados pelos grupos indígenas na tentativa de convencê-los a estabelecer proximidade com o pessoal do SPILT, de modo a demonstrar, por intermédio de atitudes as quais os funcionários consideravam pacíficas tais como o oferecimento de objetos chamados “brindes” ou “presentes”, seladores das intenções de “amizade”. Ainda neste mesmo telegrama, o inspetor Pedro Dantas afirmaria:

(...)Renovei brindes, deixando igualmente uma das suas flechas, retirada a ponta de ferro, enlaçada com fitas e uma velha espingarda inutilizada, ambas voltadas para baixo, tudo simbolizando nossos desejos ardentes de paz. (...)Não temos mais sofrido nenhuma hostilidade, contando obter brevemente permuta de brindes. Ali volto uma ultima vez, devendo descer Gurupi a um de agosto. Leandro ficará continuando a usar para com os índios da mesma tática fraternal.²³⁸

O trecho evidencia a importância da dimensão simbólica para a análise da ação do SPILT na região. Segundo Bourdieu, os signos não são definidos por seu conteúdo, porém pela relação dos demais termos do sistema simbólico²³⁹ e, nesse caso, nota-se a permanente tentativa de construção de um sistema simbólico comum a estruturas tão distintas.

Nota-se também que, nesse processo, faziam parte das turmas de “atração” alguns indígenas, os quais eram representados como “intérpretes”. Tal categoria se faz importante para pensarmos o processo de interação como uma dinâmica bastante complexa, que envolvia os mais diversos interesses, configurados em termos de alianças e/ou inimizades construídas em permanentes rupturas e reencontros. Nesse sentido, o “intérprete” cumpria o papel de intermediário, dotado do caráter de dupla inserção, o que lhe conferia algumas vantagens, dentre elas a mobilidade e a maior possibilidade de pleitear demandas, podendo recorrer àqueles que se impunham como representantes de um poder oficial. O telegrama da Inspetoria do Maranhão, de novembro de 1911, ao relatar a presença de índios na capital, informava que:

²³⁷ A *Pacotilha*, 01/08/1911

²³⁸ *Idem*.

²³⁹ BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003, p.17

Quatro, porém, entre eles inclusive o capitão Laurindo, puzeram-se a disposição do inspetor para acompanhá-lo ao Alto Turi, a fim de servirem de parlamentares e interpretes, ante índios bravos daquela zona. (...) Acham-se na capital dez índios timbiras e crenzes que vieram do Bacabal (mearim), para vizitar a inspetoria do SPILT N e pedir auxilio para trabalhar²⁴⁰.

Infere-se, portanto, que alguns grupos indígenas adotavam como estratégia a aliança com os quadros do SPILT N, de modo a obter garantias de incorporação aos padrões mercantis de produção por intermédio de relações formais de trabalho, ou seja, buscando escapar do cenário das relações de superexploração local. Além disso, observa-se o contato do SPILT N com o “Laurindo”, provavelmente chefe de algum grupo indígena que, por travar negociações com instâncias governamentais, logrou a categoria “capitão”.

Estudos de Charles Wagley e Eduardo Galvão entre os Tenetehara na década de 1940 destacam um documento datado de 1912 que apontava para a categoria “Major dos Índios”²⁴¹. Semelhante categoria distintiva poderia alçar o indivíduo a uma posição de poder perante sua aldeia. Todavia, essas mesmas análises relativizam tal perspectiva ao afirmarem que, a partir das suas observações, concluíram que o “fato de um homem ter sido nomeado *capitão* não lhe assegura prestígio ou autoridade. Significa, simplesmente, que ele agirá mais ou menos como intermediário entre índios e o SPI”²⁴², o que nos remete à ideia de que nem sempre a possibilidade de relação com o órgão indigenista era compreendida pelos grupos indígenas como fonte de prestígio.

Outra estratégia muito comum consistia em levar nas excursões chefes indígenas aliados, principalmente na região de Turiassú, palco de conflitos com os índios denominados pelos agentes do SPILT N de Urubu-Kaapor. Tal expediente também fora utilizado por Horta Barbosa, chefe da inspetoria de São Paulo, com os também “temerosos”, e já citados, Kaingang Paulistas. Em relatório datado de 1916, o Inspetor paulista relataria: “viviam esses selvagens em permanente estado de guerra com os trabalhadores da Estrada de Ferro Noroeste do Brazil e especialmente com a turma 21 dessa empresa”.²⁴³ No mesmo documento afirmava ainda que os trabalhadores da ferrovia eram mais hostis que os índios, ao narrar uma tentativa de aproximação do chefe Congue-Hui com os referidos trabalhadores.

Este se aproximara com seu filhinho no colo buscando estabelecer contato e oferecer amizade de seu bando, no entanto foi recebido a tiros. Ao tentar se retirar, seu filho

²⁴⁰ *A Pacotilha*, Telegrama de Pedro Dantas para a Diretoria do SPILT N, 21/11/11

²⁴¹ WAGLEY, C. & GALVÃO, E. *Os índios Tenetehara. Uma cultura em transição*. Rio de Janeiro, MEC/Serviço de Documentação, 1961, p.36.

²⁴² Idem.

²⁴³ Relatório do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais, p.32. Filme 381, fot.002-050. – fundo SPI- Museu do Índio (RJ)

foi atingido e morto. Este chefe se alia ao chefe Vauvim, outro chefe Kaingang, e juntos congregam seus guerreiros. A “turma 21” ficou sabendo e entrou em contato com seu chefe em busca de auxílio. O Inspetor Geral da Noroeste Paulista telegrafou para o inspetor do SPILTN pedindo a intervenção de seu pessoal. Este mandou um funcionário e um interprete²⁴⁴ que conseguiram estabelecer a paz entre as partes tendo os “trabalhadores nunca mais incomodados pelos índios.”²⁴⁵

Nota-se, uma vez mais, no discurso do Inspetor, a ostentação e justificativa da ação do SPILTN ao enfatizar a confiança do Inspetor Geral da Noroeste Paulista, o qual não mais estimulou o confronto físico, solicitando a intervenção do Serviço. Este episódio se verificou em janeiro e, segundo relato do Inspetor Horta Barbosa, a partir de então, os funcionários do SPILTN passaram a adotar uma tática de aliança com Kaingangs do Paraná que eram cooptados para os postos do SPILTN situados neste Estado, sendo posteriormente levados pelos “sertões” paulistas para auxiliar no estabelecimento das bases de amizade com os Kaingangs paulistas. Desta forma, os agentes do SPILTN utilizavam-se do prestígio de alguns chefes para negociar em termos de igualdade com grupos indígenas mais resistentes ao contato.

Da mesma forma, no Maranhão, ao relatar à Diretoria do Serviço o plano de enviar excursão para região do Alto Tury, o tenente Pedro Dantas afirmou:

Crenzas estavam prontos seguir comigo e seriam ali de inestimável auxílio, não queiram ir com outra pessoa. Finalmente aceitam ir com Leandro, mas depende ordem vossa e recursos postos a disposição destes. (...) Estes índios indispensáveis lá, pois o chefe Guajajara Avelino e seus dois companheiros não entendem Urubus ou Timbiras bravos.²⁴⁶

Infelizmente os documentos analisados que tratam da ação do órgão indigenista no Maranhão não dispõem de relatos sobre as negociações travadas por estes chefes indígenas, nem tampouco os termos acordados em cada incursão realizada pelo SPILTN. O que é compreensível, uma vez que tais vestígios foram produzidos pelo próprio órgão indigenista, que difundia a noção da inferioridade dessas populações com relação à sociedade nacional, buscando, assim, justificar sua própria prática tutelar.

A região do Alto-Tury, por exemplo, era palco de constantes conflitos entre grupos indígenas e trabalhadores de seringais. Desta forma, instalou-se ali um “Posto de Atração” exclusivamente destinado ao estabelecimento de relações com os Urubu-Kaapor que

²⁴⁴ José Candido Teixeira era encarregado da pacificação dos Kaingangs e Augusto de Avellar, interprete.

²⁴⁵ Relatório do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais, p.33. Filme 381, fot.002-050. – fundo SPI- Museu do Índio (RJ)

²⁴⁶ Idem, 06/12/1911

ocupavam a região do Gurupi, a oeste, e as cabeceiras do Tury-Açu, a norte (mapa 2).

Classificados pelo SPILTIN como “tribo guerreira”, os Urubu-Kaapor podem ser considerados a maior preocupação do Inspetor Pedro Dantas nos primeiros anos de SPILTIN no Maranhão. Segundo Darcy Ribeiro, a eficiência dos ataques promovidos por estes grupos, que incluíam a estratégia do saque, levou a população local a acreditar que os Kaapor eram dirigidos por criminosos evadidos dos presídios situados no Maranhão, bem como por negros remanescentes de antigos quilombos. Além disso, especulava-se que aventureiros atraídos pelas minas do Gurupi incitavam os índios ao saque, sendo os principais interessados em mantê-los aguerridos, de modo a servirem a seus propósitos de traficância clandestina do ouro.²⁴⁷

Funcionando como Centro de Atração à “tribo guerreira dos índios Urubus” fundou-se, em 1911, o Posto Indígena Jararaca, situado à margem maranhense do rio Gurupy, três quilômetros a montante do rio Jararaca, afluente deste último. Este Posto era igualmente considerado ponto de apoio às aldeias dos Tembés e Timbiras que povoavam a outra margem do rio Gurupy. Segundo relatório do MAIC de 1915, neste Posto havia várias famílias indígenas que cultivavam regularmente seus lotes e iam se “habitando cada vez mais ao manejo de pequenas máquinas agrícolas”. A Inspeção, em vista desse resultado, despachou, neste mesmo ano, outras máquinas destinadas à instalação de uma pequena usina a vapor para beneficiamento dos produtos ali produzidos.

Segundo Lima, os postos indígenas funcionavam como unidade de produção agrícola autônoma que buscava auto suprir-se colocando num mesmo espaço índios e servidores do SPILTIN. Para o autor a dimensão produtivista expressa pela “direção empresarial” e autonomizante das unidades do Serviço é coeva à sua fundação e estruturante dos postos e povoações:

Ressalta-se, pois, que civilizar era também uma forma de repassar os custos do processo de crescimento estatal aos nativos, em nome de sua proteção e segurança, quer isto significasse utilizar intensivamente sua força de trabalho, quer implicasse em retirar-lhes o controle sobre a terra e seus recursos.²⁴⁸

No entanto, não se garantia apenas pelo trabalho a mercantilização da vida social dessas populações estabelecidas em postos indígenas. Também funcionava no Posto a escola

²⁴⁷ Os Urubu-Kaapor até 1928 se envolveram em graves disputas em quase todo o vale do Gurupi, entre Pará e Maranhão, “pacificados” após dezoito anos de presença do SPI, por Benedito Jesus de Araujo. Os conflitos chegaram a tal ponto que por volta de 1920 as autoridades do Maranhão e do Pará decretaram o estado de sítio em toda a região. Cf. RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis, Vozes, 1977, p.179

²⁴⁸ LIMA, 1995, p.185.

Gonçalves Dias que, inaugurada em 15 de Novembro de 1912, tinha como professor Francisco Ramos e contou com o apoio da Cruzada Gonçalves Dias para sua implementação. Ademais, o Inspetor pretendia adquirir instrumental necessário para ensaiar a organização de uma banda de música.

Conta a escola dezenove alunos que não mostrando aproveitamento, pois alguns já leem e escrevem regularmente. Cada aluno tem sua banca e assento independentes, preparados no próprio posto, tendo sido o primeiro material escolar oferecido pela “Cruzada Gonçalves Dias”. (...) Os cadernos revelam, de fato, não só a inteligência dos nossos caboclos, pois alguns começaram a aprender em setembro e já fazem o alfabeto, sem o auxílio de copia, como também desfaz o errado conceito de que o índio é um ser inaproveitável. (...) Sendo o professor um hábil musicista, o dr. Pedro Dantas, inspetor, vai adquirir alguns instrumentos, para tentar organizar uma “charanga”, naquelas parajens. (...) Como se vê da estatística que nos foi enviada, a maior parte dos alunos é de paraenses, pela proximidade em que está da aldeia da Praia Grande, que fica situada na margem esquerda do Gurupi²⁴⁹.

Nota-se que o acesso à escola também era facultado aos regionais. Segundo Antonio Carlos de Souza Lima era comum nas escolas situadas em postos indígenas o ensino “das primeiras letras” passando pelo ensino agrícola e, em alguns casos, outros ofícios. O que poderia ser observado também em relatos produzidos pelos postos indígenas de Lalima, Cachoeirinha– da Inspeção do Mato Grosso- e no posto indígena Bananal – da Inspeção do Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia. Para o autor,

Tratava-se, pois, da veiculação de noções elementares da língua portuguesa (leitura e escrita) e estímulo ao abandono das línguas nativas, além de introduzir uma série pequenas alterações no cotidiano de um povo indígena, a partir de formas de sociabilização características de sociedades que tem na escola seu principal veículo de reprodução.²⁵⁰

Ao imputar uma nova língua, apresentava-se um novo sistema de símbolos e, conseqüentemente, novas formas de sociabilidade e novas lógicas de distinção criando as bases para uma nova estrutura social ao mesmo tempo em que se assegurava os alicerces para sua reprodução.

Homogeneizados por categorias genéricas adotadas e aplicadas pelos agentes do SPILT, a partir da análise do discurso veiculado pelo órgão, ficam pouco evidentes as disputas entre os próprios grupos indígenas e suas respectivas lideranças. Parece que a estratégia de ação de Pedro Dantas no processo de “pacificação” no Maranhão, conquanto

²⁴⁹ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 17

²⁵⁰ LIMA, 1992, p.191

espelhada na ação de Horta Barbosa em São Paulo, não contara com as divergências internas dos temerosos Urubu-Kaapor.

Tal perspectiva tangenciava a ação dos agentes do SPILTIN no processo de “pacificação” dos Kaingangs Paulistas, o qual era constantemente comparado à “pacificação” dos Urubu-Kaapor maranhenses. Em relatório do chefe da Inspetoria de São Paulo, Horta Barbosa, de 20 de Janeiro de 1917, corrobora a rivalidade entre diferentes grupos Kaingangs que se organizavam em torno de diferentes chefes, os quais articulavam complexa política de alianças e conflitos. Neste mesmo relatório, Barbosa, informa que os grupos rivais a um chefe Kaingang chamado Vauhim, não se aproximavam do Posto Icatú²⁵¹ pois, a seu ver, estes pensavam que o Posto era aliado apenas do grupo que lá se encontrava.

Por um preconceito que nós ainda não conseguimos desarraigamos de seus esperitos, todos elles tenham a considerar o nosso posto como propriedade privativa do grupo de Vuhim. De acordo com essa ideia os membros dos demais grupos, que são hoje em numero de três, entendem não lhes caber o direito de também se instalarem em terras do Icatú e nos solicitam para irmos fazer em seus domínios obras equivalentes as que no seu pensamento fizemos para Vahuim.²⁵²

Os grupos rivais indígenas solicitavam a instalação dos mesmos serviços disponibilizados ao grupo do chefe Vauhim em seus domínios, mas de acordo com o Inspetor, a impossibilidade estava dada pela falta de recursos, o que é lamentado pelo agente indigenista: “vemo-nos privados da vantagem que resulta para a civilização dos índios, de nunca se interromperem as relações, o contato imediato, entre eles e nós”.²⁵³ Portanto, mesmo percebendo as diferenças e relatando-as em seus escritos - ao discorrer sobre as dinâmicas dos diferentes chefes e grupos que compunham os assim chamados Kaingangs paulistas - Horta Barbosa corroborava com a perspectiva da categoria *índio*, a qual unificava a personalização do outro que se pretendia dominar.

A caracterização exposta no discurso de Horta Barbosa, ao mesmo tempo em que sugeria a rivalidade entre os grupos Kaingangs - diferenciando-os de acordo com seus chefes e alianças articuladas - não reconhecia o caráter desse tipo de política como estrutural a estes grupos. Segundo Barbosa, “não é raro verem-se esses grupos inimizados uns com os outros, a guerrearem-se” o que, apesar de constituir a estrutura social e simbólica daqueles grupos

²⁵¹ O posto de Icatú foi fundado em 1915 quando o posto Ribeirão dos Patos tem que fechar para se instalar em outro lugar e com ele seguem também os mesmos índios que lá se encontrava.

²⁵² Relatório do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de trabalhadores nacionais, 1916. Filme 1A, fot. 1389-1434; Fundo SPI- Museu do Índio (RJ)

²⁵³ Idem

indígenas, para ele era uma questão crítica. A tática exposta pelo Inspetor para ser aplicada na região buscava aproveitar as divergências entre eles de forma que cabia ao órgão mostrar-se neutro diante das tensões para atrair a confiança dos diferentes grupos e “saber sair dos manejos que cada qual desenvolve para nos enlear nos seus interesses, fazendo aos outros crerem que lhes esposamos a causa sem, no entanto, desgostar a ninguém.”²⁵⁴

Em seguida o Inspetor paulista afirmava que o ano de 1917 fora fertilíssimo de lutas dessa natureza, protagonizadas pelos grupos chefiados por Vauhim, Careg e Yacry, que se enfrentavam contra os chefes Requency e Charim. Sendo assim, abrir-se-ia mais um Posto de Atração, que se desdobrou em derrubada de matas, plantação de milho e construção de ranchos.

Assim afastamos, mais uma vez, a situação cheia de perigos, que desde o principio da pacificação destes índios nos tem ameaçado de todos os lados, de figurarmos nas matas do Feio e Aguapehy, não como amigos e protetores da totalidade da nação Caingang, mas sim como simples partidários de um grupo dela contra os outros.²⁵⁵

Horta Barbosa ainda caracteriza a presença da “política interna dos próprios índios” como responsável por enganar os “colonizadores de todos os tempos”, no sentido de os atraírem para o lado de um grupo fazendo intrigas com grupos inimigos. Estes entravam em “relações que os transformavam em aliados”. Nesse sentido, apontava para a presença de disputas entre os grupos, assumindo que os indígenas agiam segundo interesses próprios ao se aproximarem do SPILT:

Na época em que se realizou o primeiro contato pacífico da inspetoria com os Caingangs do Grupo de Vauhim, este chefe achava-se em guerra com os de nome Rугrê, Doquê e Charim. A consequência desse estado de cousas foi recebermos nós de Vauhim, e sua gente, as informações as mais desfavoráveis que imaginar se possa a respeito daqueles outros grupos. Aos que nos diziam nossos informantes, aquela gente seria de uma outra nação, absolutamente estranha a dos que nos falavam; com eles, nós não teríamos paz e só nos restava um caminho a seguir: era acompanharmos, armados com as nossas carabinas, os guerreiros de Vauhim, que se propunham a ir exterminá-los para nos livrar do perigo de sermos exterminados por eles!”²⁵⁶

O caso dos Kaingangs paulistas, guardadas as diferenças, pode ser elucidativo, pois sugere uma reflexão acerca da condição dos povos indígenas à época e remete à perspectiva

²⁵⁴ Idem.

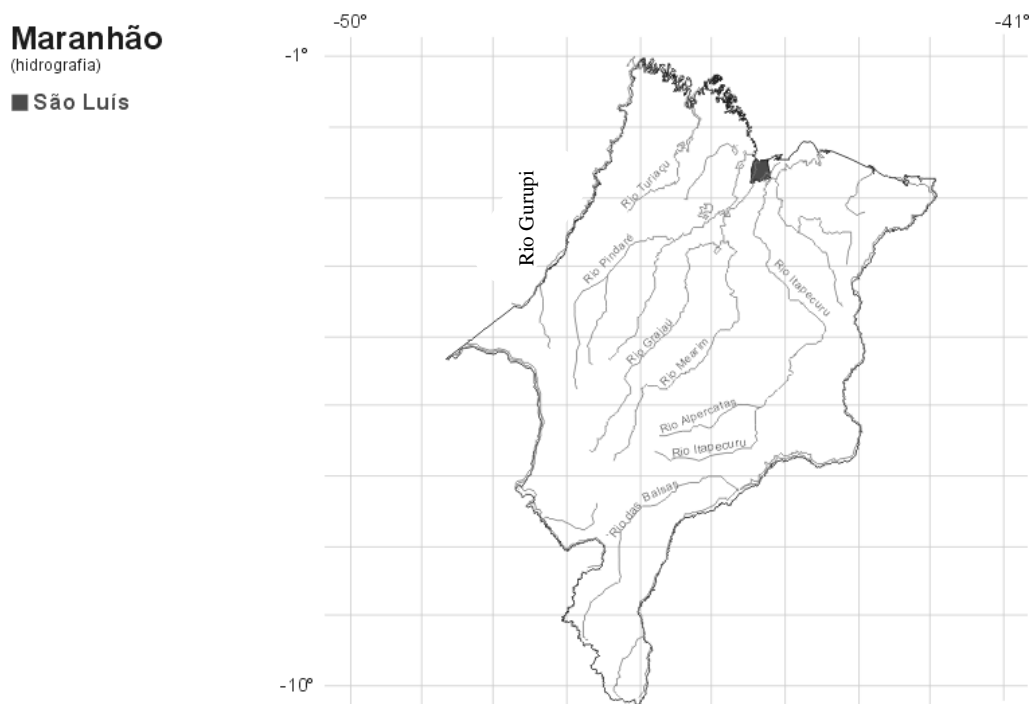
²⁵⁵ Ibidem.

²⁵⁶ O chefe Charim, unico sobrevivente de seu grupo, se aproximou do SPI em 1915. Relatório do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de trabalhadores nacionais, 1916

de que os conflitos locais entre índios e não índios apresentavam também dinâmicas próprias, dotadas de mecanismos simbólicos próprios para além da intervenção do SPILTN. No entanto, apesar de disporem dos mesmos tipos de veículos de difusão e propaganda, no caso do Maranhão, tais dinâmicas eram silenciadas pelos agentes do órgão indigenista.

Sabe-se que, nesta região, os Timbiras constituíam-se em dois grupos: um situado no baixo Turiaçu, os Krejé - que desde meados do século anterior haviam se deslocado para o Gurupi – e outro situado a leste do Turiaçu, com aldeias no rio Grajaú - e que desde finais do século XIX entravam em conflitos com sertanejos que passavam boiadas pela Estrada do Sertão, tendo, em 1890, atacado a colônia Januária, lugar onde fora fixado pelo SPILTN o Posto Gonçalves Dias²⁵⁷. O mapa 2, a seguir, possibilita uma melhor visualização de alguns rios da região.

MAPA 2. Mapa Hidrográfico do Maranhão atual



FONTE: http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/mapas/imagens/ma_rios_gde.gif (Com alterações)

Segundo relatório do MAIC de 1915 este Posto Indígena, que corresponderia à segunda fase de atuação do SPILTN - fundado na lage do rio Alto-Pindaré, pouco abaixo da confluência do Carú - destinava-se à concentração dos índios Guajajaras, Tembés e Timbiras e, simultaneamente, “à atração dos índios guerreiros da outra margem do Pindaré”. Seu primeiro

²⁵⁷ GOMES, Mércio Pereira. *O índio na história: o povo Tenetehara em busca da liberdade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

encarregado fora Luiz Riedel.

Em 1914, o Posto Indígena Gonçalves Dias contava com quarenta e quatro famílias, sendo previstas mais duzentas em preparo para mudança. Neste mesmo ano, o Inspetor Pedro Dantas remetera para esta localidade uma serraria mecânica destinada a fornecer madeiras aparelhadas utilizáveis em obras no Centro Agrícola em fundação no município de Alcântara, conforme telegrama publicado em *A Pacotilha*:

Acabo [Pedro Dantas] de receber relatório encarregado posto indígena Alto Pindaré, fundado a três de Novembro último, para ser ali instalada serraria mecânica, destinada fornecer madeiras aparelhadas e esquadrias para centro agrícola. É muito animadora situação, tendo-se derrubado e preparado com auxilio de índios e alguns trabalhadores cinquenta e duas linhas de terreno em mata virgem correspondente a cerca de dezessete hectares, estando parte já plantada, continuando plantações, tendo-se construído grande barracão e varias pequenas casas onde se tem localizado varias famílias de índios, muitas outras, achando-se preparativos mudança para tal. (...) Estou providenciando seguir posto Pindaré este mez dita serraria e locomovel acompanhado mecânico para efetuar montagem, para que só espero ultimação reparos e adaptações estão sendo feitas lancha vapor, para rebocar catraia com materiais. Maquina vertical e outras destinadas uzina beneficiamento produtos agrícolas seguirão também primeira oportunidade, para porto Gurupi, que prospera.²⁵⁸

Segundo relatório da Diretoria do SPILT, de 1918, os métodos empregados pelo Serviço estavam garantidos pelo Regulamento e resumiam-se, entre outros aspectos, a assegurar: a posse da terra, a justa remuneração do trabalho, a lisura no cumprimento dos contratos de compra e venda realizados com civilizados, a “inculcar-lhes o amor ao trabalho systematico, à previdência, à moralidade, à ordem e à hierarchia, com o exemplo” e, ainda,

em caso nenhum, desorganizar-lhes a família (...) não separar o pai dos filhos, (...) não menosprezar nem diminuir a autoridade dos chefes (...) mas antes procurar captar mais depressa a confiança e amizade delles para que adoptem com seus os conselhos e direções que se pretendem dar a todos”.²⁵⁹

Sendo assim, buscava-se, em geral, compreender a lógica das sociedades indígenas para, a partir dela, traçar estratégias de sua subsunção. Pierre Bourdieu²⁶⁰, ao buscar compreender a experiência colonial francesa na Argélia, observa como a imposição de certos parâmetros de mercado é assumida pelo campesinato Kabile e aponta para um importante

²⁵⁸ *A Pacotilha*, Telegrama de Pedro Dantas à Diretoria do Maranhão, 12/01/2014

²⁵⁹ Relatório da Diretoria do SPILT, 1918

²⁶⁰ BOURDIEU, Pierre. *The attitude of the Algerian peasant toward time*. In: *Mediterranean Countrymen*, J. Pitt-Rivers ed. Paris: Mouton, 1963, pp. 55-72.

fator deste processo, que é a lógica temporal própria desta população. Para Bourdieu o campesinato Kabile vivia sua vida em um ritmo determinado pela divisão do calendário ritual, o qual possuía um sistema mítico definidor do ano agrícola de trabalho e de tarefas, da divisão do trabalho entre sexos e da distinção de alimentos para o outono e o inverno. Essa lógica determinava o ritmo das atividades sociais, bem como as temporalidades das festas naquela sociedade. Ademais, para o autor, a troca dos bens obtidos pela produção Kabile revelava a noção de uso imediato, pois o indivíduo conhecia a utilidade do objeto trocado. No entanto, com a introdução da moeda nos mecanismos de troca essa apreensão, relacionada ao valor de uso dos objetos, tornou-se inviável, já que o dinheiro representava o símbolo concreto de um futuro abstrato. Ou seja, a soma de dinheiro não seria, ela mesma, fonte de nenhuma satisfação, representando uma série de possibilidades futuras onde pudesse vir a ser empregado. Portanto, o uso do dinheiro, ao contrário da permuta de objetos, pressupunha adotar uma perspectiva de futuro aberto a infinitas possibilidades, futuro este bastante abstrato, enquanto a troca de objetos representava um futuro concreto. Desta forma, a mercantilização e monetarização da vida social Kabile não só consolidou mudanças práticas, mas também transformações simbólicas.

Observa-se que as regiões onde se estabeleciam os Postos Indígenas, mesmo antes de sua implementação, eram bastante profícuas nas relações comerciais e muitos grupos indígenas, apesar de não considerados “civilizados” pelo SPILT, já estavam inseridos na dinâmica das trocas locais, fosse no setor da produção de artigos como cereais e milho, fosse no setor da borracha ou transporte, que se tratava principalmente de balsa através dos rios. Desta forma, esta digressão sobre a análise de Bourdieu sugere algumas possibilidades de interpretação a respeito da apreensão por parte dos diferentes grupos indígenas que se submeteram ao sistema de trabalho sistemático imposto pelo SPILT, o qual destinava-se a “guiá-los” segundo os “modernos” parâmetros de produção de mercado.

Ao analisar as conclusões de Bourdieu sobre a sociedade Kabile, pode-se inferir que há um contraste - ou uma inadequação - entre duas formas de racionalidade: aquela baseada em uma economia de valor de uso e aquela referenciada a uma economia centrada no valor de troca. Todavia, a ideologia veiculada pelo SPILT promovia a noção de incompatibilidade entre ambas as lógicas, imputando à lógica de trabalho própria das populações indígenas o caráter irracional que deveria ser superado pelos padrões da lógica de mercado. Para isso, previa-se não só o treinamento e preparação do trabalho em produção orientada, mas também estratégias de formação de consenso, como a implementação de escolas e bandas de música, conforme previsto pelo artigo nº.15 do Regulamento:

Cada um dos antigos aldeamentos, reconstituídos de accôrdo com as prescrições do presente regulamento, passará a denominar-se «Povoação Indígena», onde serão estabelecidas escolas para o ensino primário, aulas de musica, officinas, machinas e utensílios agrícolas, destinados a beneficiar os productos das culturas, e campos apropriados á aprendizagem agrícola.²⁶¹

A instituição assumia, em seus discursos, a forma de bastião da paz nos sertões, capaz de elevar as populações indígenas à civilização. No entanto, a dissolução de determinados conflitos atendia a interesses econômicos bastante específicos, como, por exemplo, a ampliação da capacidade do governo do Maranhão em arrecadar receitas, um dos principais objetivos do Governo de Luis Domingues.

No plano produtivo, nota-se também a ampla relação deste serviço com os setores do extrativismo. A exploração dos seringais incrementava o volume de possibilidades de investimento no sertão maranhense de modo que só entre 1910 e 1911 movimentou cerca de trinta mil setecentos e vinte quilos, o equivalente a 168.551\$, escoados principalmente para o Piauí²⁶².

Sobre o tema, o MAIC fez editar uma monografia, com destino à Exposição Nacional de Borracha, em 1913, a qual tratava dos diferentes espécimes desse recurso no Maranhão. Seu autor, Jose Pedro Ribeiro, era um dos consultores da SNA, fora -em 1881- diretor da Associação Comercial Maranhense e importante comerciante em São Luís. Segundo Fran Paxeco, José Ribeiro afirma que, no período que antecedeu a esta exposição, os seringais mediam cerca de cento e setenta quilômetros de extensão nos vales do Gurupi, Turi, Pindaré, Carú²⁶³ e seus afluentes. Já nas terras devolutas do Alto Gurupi, achavam-se cerca de seis proprietários de seringais que abriram aproximadamente cinquenta estradas, providas de cem a cento e vinte madeiras, as quais ofereciam boas colheitas, mas da espécie *hevea sprucena*, “tipo fraco , vendido como entrefino em São Luiz”²⁶⁴. Ainda segundo Fran Paxeco, a partir da análise da obra José Ribeiro, no município de Santa Helena, perto de Pinheiro, a companhia Alves & C. contavam com cento e cinquenta estradas de seringueiras, que chamavam de itaúbas, recolhendo uma média de trinta quilos por estrada. Neste mesmo local, os indígenas Urubus teriam forçado aquela firma a largar os trabalhos depois de consumir uma soma superior a 60 contos. Esta companhia pertencia ao senhor Luiz Antonio Alves que, não por acaso, conforme analisado anteriormente, era representante da Cruzada Gonçalves Dias em

²⁶¹ Regulamento do SPILT, Decreto n.9.214, 15 de Dezembro de 1911.

²⁶² PAXECO, Fran. *O trabalho Maranhense*. Imprensa Oficial, 1916, p.4

²⁶³ Vale lembrar que nessas regiões foram instalados os postos indígenas do SPILT e que a região de Carú era o local de origem de Luiz Riedel, encarregado do posto indígena Gonçalves Dias.

²⁶⁴ Idem, p.5

Pinheiro.

Ademais, ocorre que, com a presença do órgão indigenista, o preço das terras sofreu grande valorização e os grupos indígenas sobreviventes - tanto aqueles aliados ao SPILT, como aqueles que a ele resistiram - foram rapidamente cercados por ferrovias, estradas e fazendas, passando a sofrer grande pressão por conta da especulação sobre aquelas terras. Desta forma, os processos de expansão da fronteira econômica, especulação fundiária e mercantilização da terra no Maranhão foram bastante auxiliados pela política de “pacificação” praticada pelo SPILT. Conforme analisado no capítulo anterior, o período entre 1910 e 1914, caracterizou-se pelo aprofundamento das demarcações de terras e concessões a particulares por meio de contratos avalizados pelo governo do Maranhão. Em publicação de Fran Paxeco, datada de 1916, observa-se que o processo culminou com a formalização de uma Lei de Terras no Estado:

A comissão de finanças leu ao Congresso do Estado, a 29 de março de 1915, o projeto n. 21, estabelecendo imposto territorial. Incidirá em todas as terras que, sob qualquer título, se encontrarem no domínio ou posse de particulares. Não indo a mais de três décimos por cento sobre o valor venal do imóvel. O novo tributo destina-se a coadjuvar as demarcações. Os lugares cultivados pelo sistema intensivo e os que se consagram a indústria pastoril, pelos métodos modernos, pagarão apenas dois décimos sobre seu valor. A taxa nunca poderá, todavia, ser superior a 1\$000. O prazo prescrito para se delimitarem os terrenos é de três anos. Só depois disso feito se concederá o título definitivo. O governo criará um registro de terras.²⁶⁵

Em São Paulo não foi diferente. O relatório de 1916, produzido Inspetoria desse Estado, menciona o aumento da penetração de colonos nos “sertões”, chamando atenção para “a entrada de civilizados que tomou um crescente assumindo as proporções de uma verdadeira inundação”.²⁶⁶

Nota-se, portanto, que o discurso oficial estabelece um quadro complexo envolvendo categorias atribuídas pelo Estado, produzidas em situações históricas e em espaços específicos, que serviam para classificar e padronizar os grupos indígenas e demais membros da população local, garantindo ao Estado a ampliação do poder sobre as relações sociais no campo e sobre o processo de mercantilização da terra. A conotação humanística e salvacionista que se queria imprimir a ação indigenista, na prática estava relacionada regulamentação do trabalho indígena e do acesso a terra, além de intermediar as relações entre índios e demais grupos da população local. Desta maneira, administrava a distribuição da

²⁶⁵ PAXECO, Fran. *O trabalho Maranhense*. Imprensa Oficial, 1916.

²⁶⁶ Relatório do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de trabalhadores nacionais, 1916. Filme 1A, fot. 1389-1434; Fundo SPI- Museu do Índio (RJ)

força de trabalho e geria os conflitos, buscando minimizar os desequilíbrios e tensões políticas. No entanto, a imposição de novos padrões derivados de uma visão de mundo ditada pelo mercado, não significava necessariamente uma imediata apreensão deste padrão. Mas, tais relações eram resignificadas pelos grupos indígenas que apreendiam seu uso de acordo com seus imperativos sociais e valores morais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação tratou de analisar o processo de institucionalização da política indigenista brasileira na Primeira República e a sua correlata ação no Estado do Maranhão, no período de 1910 a 1918, de modo a considerá-las como parte das disputas nos marcos da política agrária. Verificou-se que este período se caracterizou por intensos debates acerca do uso e da formação de mão de obra rural no Brasil e, dentre as discussões próprias dos círculos intelectuais e políticos, observou-se diferentes projetos para a mão de obra rural, os quais também exprimiam perspectivas relacionadas a definição da função do Estado na edificação de uma unidade e identidade nacionais.

Tais disputas teóricas, que traduziam a necessidade de se regularizar as relações sociais entre negros e brancos e índios, donos de terra e trabalhadores rurais, se faziam presentes no Estado do Maranhão mediante a íntima relação entre os intelectuais orgânicos locais e os centros de produção dos debates sobre o pós-abolição, como a faculdade de Direito de Recife e a escola de Medicina da Bahia. Deste modo, o *habitus* da sociedade política local contribuiu sobremaneira para determinar os padrões de relação com o SPILTIN na região.

A formulação ideológica da política indigenista republicana, representada pelo SPILTIN, coube principalmente aos positivistas, do Apostulado Positivista do Brasil, que baseados no evolucionismo positivista de Comte, difundiam a certeza de que, uma vez libertas de pressões externas e amparadas pelo governo, os diversos grupos indígenas passariam pelos “estágios evolutivos”, os quais julgavam necessários à civilização, de maneira espontânea.²⁶⁷ Assim, por meio de práticas designadas pelos quadros do serviço como de “qualificação” ou inserção à vida “civilizada”, estabelecia-se iniciativas que impediam a migração para as cidades ou regiões agrícolas mais dinâmicas, de modo a fixar o trabalhador no campo, além de neutralizar os conflitos locais, favorecendo, assim, determinadas dinâmicas locais de acesso à terra e à mão de obra. Como consequência, o discurso oficial estabeleceu um quadro complexo de categorias atribuídas pelo Estado que serviam de modo a classificar e padronizar os grupos indígenas e demais população local garantindo ao Estado poder de ingerência e participação em domínios cada vez mais amplos da agricultura e das relações sociais no campo, o que auxiliava na tão prezada conjugação entre ordem e progresso.

No entanto, ficou claro que o processo de interação entre SPILTIN, populações

²⁶⁷ RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis, Vozes, 1977, p.98.

indígenas e “trabalhadores nacionais” não ocorreu de forma homogênea. Mas, sim, decorreu de relações vivenciadas de maneira desigual pelos diferentes grupos indígenas e famílias estabelecidas nos centros agrícolas, os quais tinham chefias específicas e muitas vezes antagônicas, que atuavam de maneira a estabelecer alianças com o SPILT, visando galgar nas negociações benefícios que obedeciam aos seus imperativos sociais e morais. Desta maneira, ao mesmo tempo em que a entrada do SPILT estabelecia toda uma dinâmica de relações sociais, também conferia aos grupos indígenas e “trabalhadores nacionais” outros meios de negociação e instrumentos de mobilização.

Constatou-se, a partir da análise da conjuntura política e econômica do Maranhão, que a região passava por um processo de desarticulação do modelo de *plantation* para exportação e a rearticulação das classes dominantes agrárias em torno do capital mercantil, bancário e industrial. Este processo teve reflexo na organização da sociedade civil local que agregou às suas demandas o discurso de falência da economia Maranhense e imprimiu, como proposta de solução deste quadro, a necessidade de investimentos direcionados para os interesses de determinadas frações de classe agrárias, como, por exemplo, a gerência da mão de obra e o investimento no setor de transporte fluvial e férreo, o que, por conseguinte, representaria também a valorização das terras.

Desta forma, verificou-se que a atuação do órgão indigenista na região também decorria da articulação de interesses entre as frações de classe agrárias não hegemônicas, por meio, principalmente de seus aparelhos privados de hegemonia, seja no âmbito local, seja no âmbito nacional. Sobressaiu-se, portanto, as relações entre a Sociedade Nacional de Agricultura e a Associação Comercial do Maranhão que, fundamentadas na ideologia da “vocação agrícola”, empenhavam-se de maneira a pressionar o aparelho estatal com o objetivo de se tornarem hegemônicas, de modo que o Ministério da Agricultura Indústria e Comercio tornou-se seu principal *locus* de ação.

Sendo o SPILT, órgão submetido ao MAIC, obedecia, pois, à lógica de algumas propostas da atuação ministerial, como o fornecimento e controle da mão de obra para o campo a partir do Estado sendo, para isso, legitimado um conjunto de práticas que impediam o acesso a terra e o desenvolvimento de atividades produtivas fora do circuito mercantil e, portanto, apresentava-se em consonância com as demandas de frações de classes agrárias locais. Para isso, a ação do SPILT no Maranhão resultou tanto no estabelecimento de postos de atração e povoações indígenas, destinadas a proteção e incorporação destes á *civilização*, quanto na criação dos centros agrícolas, que representava a fixação de trabalhadores em espaços demarcados pelo Estado, ambas as frentes com conseqüências positivas também para

o mercado fundiário. No entanto, pode-se concluir que além de soluções economicamente eficazes para a crise da lavoura pela qual dizia-se passar o Maranhão - discurso defendido pelas frações de classe dominantes agrárias relacionadas às atividades comerciais e/ou de produção para exportação (açúcar ou algodão) – o SPILTAN promoveu grandes incursões simbólicas no processo de construção de uma pretensa nacionalidade, de edificação e ampliação de um Estado Nacional e de difusão e consolidação dos padrões próprios do capitalismo moderno na região.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes trabalhadas

Cópia de telegramas do Governo enviados a diversas autoridades, 1907-1919. Fundo “Palácio do Governo”, livro 3062, Arquivo Publico do Maranhão

BRASIL, MAIC. Regulamento do SPILT, 1911

BRASIL, MAIC. Relatório. (1910-1922)

_____. Relatório do SPILT, Diretoria. (1910-1918)

BRASIL. Mensagem ao Congresso Legislativo do Maranhão. (1910-1922)

BRASIL. Decreto n.3.454 de 6 de janeiro de 1918.

_____. Decreto n. 8.072, de 20 de julho de 1910.

Relatório do Governador do Maranhão (1911-1918).

Súmula dos serviços executados no centro agrícola do município de Alcântara, 1915.

Periódicos

A Pacotilha (1910-1915)

O Estado de São Paulo (1910)

A Lavoura (1910-1918)

O Diário do Maranhão (1911-1912)

Bibliografia Consultada

AMARAL, L. *História geral da agricultura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1958. v. 2.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação – abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2009;

ALMEIDA, A. W. B. *A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão*. São Luís: IPES, 1983.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas*. Rio de Janeiro: Premio Arquivo Nacional de Pesquisa. 2001.

AZEVEDO, Celia Marinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites*

do século XIX. São Paulo: Annablume, 2008, p.37

BARBOSA, Francisco Benedito da Costa. *Contribuição da economia algodoeira e cafeeira ao desenvolvimento do Maranhão e de São Paulo*. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 3, p. 587-611, set./dez. 2005

BARBOSA, Luiz Bueno Horta. *Homenagem a José Bonifácio no 88º aniversário da Independência do Brasil: inauguração do Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionaes*. In: BARBOSA, L. B. Horta. *Pelo índio e pela sua protecção oficial* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci*. São Paulo: Alameda, 2008.

BOBBIO Norberto, & BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1987

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. *The attitude of the Algerian peasant toward time*. In: Mediterranean Countrymen, J. Pitt-Rivers ed. Paris: Mouton, 1963, pp. 55-72.

CAMARGO, A. *Federalismo e identidade nacional*. In: SACHS, I; WILHEIM, J; PINHEIRO, P. S. (Orgs.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 3a ed. São Paulo, Hucitec. 1990.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. . *Urbanización y Tribalismo: La Integración de los indios Terêna a una Sociedad de Classes*. Ciudad de México, DF: Instituto Indígenista Interamericano, 1972.

CARONE, Edgar. *A Republica Velha II Evolução política (1889-1930)*. Rio de Janeiro : DIFEL, 1976.

CARVALHO, C. J. de. *Ascensão e crise da lavoura algodoeira no Maranhão (1760-1910)*. 1982. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CHAMBOULEYRON, R. *Revoltas no estado do Maranhão*. Nossa História, v. 2, n. 20, 2005.

CHAYANOV, A. V. – *On the Theory of Non-Capitalist Economic Systems*. In: *The Theory of Peasant Economy*. Homewood, Illinois: The American Economic Association/Richard Irwin, 1966, pp. 1-28.

CORRÊA, Rossini. *Formação social do Maranhão: O Presente de uma arqueologia*. São Luís: SIOGE, 1993, p.155

DANTAS, Carolina Viana. *Brasil Café com Leite. Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na primeira república*. Revista Tempo n.26, 2008.

CORRÊA, Rossini. *Formação social do Maranhão: O Presente de uma arqueologia*. São Luís:

SIOGE, 1993.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia a republica: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *A História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. *Pensar os índios: apontamentos sobre José Bonifácio*. In: *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1984.

FAGERLANDE, Sergio Moraes Rego. *A utopia e a formação urbana de Penedo: a criação, em 1929, e o desenvolvimento de uma colônia utópica finlandesa no estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado em urbanismo. Rio de Janeiro: UFRJ / FAU, 2007

FERNANDES, Henrique Costa. *Administrações Maranhenses: 1822-1929*. São Luís: Instituto Geia, 2003.

FERREIRA, Luis Alberto. *Os clubes republicanos e a implantação da República no Maranhão (1888-1889)*. In: COSTA, Wagner Cabral da (Org.). *História do Maranhão: Novos Estudos*. São Luís: Edufma, 2004.

FONTES, Virgínia. *Reflexões impertinentes*. Rio de Janeiro: Bom Texto. 2005.

- GAIOSO, R. J. S. de. *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970.
- GOMES, Ângela de Castro. Venturas e desventuras de uma política de cidadãos. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs). *Ensino de história*. RJ: Casa da Palavra, 2003;
- GOMES, Flavio dos Santos. *Experiências atlânticas. Ensaio e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil*. Passo Fundo: UPF, 2003.
- GOMES, Mércio Pereira. *O índio na história: o povo Tenetehara em busca da liberdade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. v.3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Caderno 13.
- GUINZBURG, Carlo. *Os fios e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Intelectuais negros e formas de integração nacional*. Estudos Avançados n.18 (50), 2004
- HOLANDA, Cristina Buarque. *Modos de representação política: o experimento da primeira república*. Belo Horizonte: IUPERJ/UFMG, 2010;
- IHERING, Von. A antropologia no estado de São Paulo. Revista do Museu Paulista, VII, 1907, p. 202-257
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980
- LEVINE, Robert. *A velha usina: Pernambuco na Federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: Poder Tutelar, indianidade e formação do Estado brasileiro*. Petrópolis: Vozes. 1995
-
- _____. *Aos fetichistas, ordem e progresso: Um estudo do campo indigenista no seu estado de formação. Tese mestrado*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 1987.

LOBO, Antonio. *A política Maranhense*. São Luís: Tipografia J. Pires, 1916 (publicação póstuma)

MARQUES, César Augusto. *Dicionário Histórico Geográfico da Província do Maranhão* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Cia. Editora Fon-Fon e Seleta, 1970.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Universitária, 1978.

MEIRELES, Mario M. *História do Maranhão*. D.A.S.P., 1960.

MENDONÇA, Sônia R. de. *O Ruralismo brasileiro: 1888 – 1931*. São Paulo: Hucitec. 1997.

_____. *Agricultura, Poder e Estado no Brasil: um Projeto contra-hegemônico na Primeira República*. In: MENDONÇA, SONIA; MOTTA, MÁRCIA. (Org.). *Nação e Poder: As Dimensões da História*. Niterói: EDUFF, 1998, v. 1, p. 93-154.

MINTZ, Sidney. *Cultura: uma visão antropológica*. Revista tempo. Vol.14, n.28. Niterói: EDUFF.

MIRANDA, Manoel, 1911 - "Relatório da segunda sub-directoria do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais". In: BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, Dr., Pedro de Toledo, no ano de 1911*. Rio de Janeiro, Of. da Directoria Geral de Estatística, 2 vv. v. 2 (Anexos).

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. UNICAMP, 2001

NETTO, Eloy Coelho. *História do sul do Maranhão. Terra, vida, homens e acontecimentos*. Minas Gerais: Editora São Vicente, 1979.

NIMUENDAJU, C. ;GUÉRIOS, R.F.M. *Cartas etno linguísticas*. Revista do Museu Paulista, São Paulo, Nova série II, p.207-241, 1948.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaio em antropologia histórica*. Rio de Janeiro: UFRJ. 1999

_____. *Uma etnologia dos índios misturados: situação colonial, territorialização e fluxos culturais*. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.) *A Viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de

Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999

PALHANO, Raimundo. *A Produção da Coisa Pública: Serviços Públicos e Cidadania na Primeira República*. São Luis: IPES, 1988.

PAXECO, Fran. *Os interesses maranhenses*. In: A Revista do Norte. São Luís, 1904, XXVIII

_____. *O trabalho Maranhense*. Imprensa Oficial, 1916

PERES, Sidinei. *Terras indígenas e ação indigenista no Nordeste (1910-67)*. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.) *A Viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999

PESSANHA, Andre Santos. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as ideias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: Quartet: UNIABEU, 2005.

PRAZERES, Maria das Graças do Nascimento, NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *História e política: uma análise do cenário político maranhense na primeira república*. II Seminário de Sociologia e Política. UFPR, 2010. Anais do Evento.

REIS, Flávio. *Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão*. São Luís: [s.n.], 2007.

_____. *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão (1890-1930)*, Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1992.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003.

RIBEIRO, Darcy. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1962.

_____. *Os índios e a civilização brasileira*. Petrópolis: Vozes. 1993..

RIOS, Ana Maria Lugão. *Campesinato negro no pós-abolição: repensando o coronelismo, enxada e voto*. São Leopoldo: Caderno IHU Idéias. UNISINOS. n.76. 2007.

SANTOS, Ivison Poletto dos. *A Sociedade Promotora de Imigração: formação e influência, 1886 -1895*. Histórica. Revista do arquivo público de São Paulo. Ed. 25, 2007.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Identidade Urbana e globalização: a formação dos múltiplos territórios em Guarulhos*. São Paulo: Annablume, 2006.

STAUFFER, David Hall. *Origem e fundação do serviço de proteção aos índios (1889 a 1910)*. Revista de historia, São Paulo, v. 37.1959

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia. Das Letras,1997.

STEIN, S. J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico:um século de imigração italiana para o Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p.25

TRIBUZI, J. P. G. *Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento*. São Luís: FIPES, 1981.

VELHO, Otavio. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1979

VILLELA, A. V; SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945*. 3. ed. Brasília: IPEA, 2001.

VIVEIROS, Jerônimo de. *Benedito Leite, um verdadeiro republicano*. Rio, 1957.

WAGLEY, C. & GALVÃO, E. *Os índios Tenetehara. Uma cultura em transição*. Rio de Janeiro: MEC/Serviço de Documentação, 1961.

WILLIANS, Raymond. *O campo e a cidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.105

XIMENDES, Carlos Alberto. *Sob a mira da Câmara: viver e trabalhar na cidade de São Luis. (1644-1692)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, UFF, 2010